# HISTÓRIA
Jornal de Notícias

DESTAQUE

## RECENSEAMENTO ELEITORAL ATRAVÉS DOS TEMPOS

TEMA DE CAPA

# PARIS LIBERTADA

UMA VIAGEM PELOS DIAS DRAMÁTICOS DE HÁ 80 ANOS, QUANDO A RESISTÊNCIA E OS CIDADÃOS COMUNS SE ANTECIPARAM ÀS TROPAS CONTRA A OCUPAÇÃO NAZI

UM MUSEU POR ARISTIDES DE SOUSA MENDES

Jornal de Notícias
N.º 51 / AGOSTO / 2024

# Pórtico

## *Dieu réunit ceux qui s'aiment*

**Pedro Olavo Simões**
Coordenador editorial

*Nunca pensei escrever tal coisa, atendendo à generalidade das minhas preferências musicais, mas, se tivesse de escolher um só momento inesquecível de toda a notável cerimónia de abertura dos Jogos Olimpicos, em 26 de julho, não hesitaria: Céline Dion a cantar, a partir da Torre Eiffel, "L'hymne a l'amour", da imortal Édith Piaf.*
*As razões podem ser muitas. A excelência da interpretação, exuberante mas contida, é incontornável, embora não venha aqui ao caso. Tampouco a superação da cantora face aos conhecidos problemas de saúde. Mas, se misturarmos tudo, temos aí uma espécie de essência de Paris, e referir isso já nos conduz a território desejado: o amor, claro, que permitiu dar a esta crónica um título em francês, o fatalismo, o charme (francês, de novo), a Torre Eiffel, que surge repetidamente nesta edição, incluindo na capa. "Teremos sempre Paris", dizia Rick a Ilsa, Bogart a Bergman, em "Casablanca". Porém, no tempo em que o filme foi feito, tal era uma incerteza: a capital francesa estava ocupada pelos nazis e ninguém supunha que, no estertor, Hitler desejaria praticamente a sua destruição, valendo à posteridade que as ordens de dinamitar todas as pontes ou fazer da cidade uma trincheira não tenham sido cumpridas. Poderão os crentes dizer que foi Deus, para ali concentrar, 80 anos depois, o amor de toda a humanidade. Será mais certo dizer que, nos dias da Libertação, tudo esteve por um fio.*
*A verdadeira tragédia da Segunda Guerra Mundial foi humana, bem o sabemos, mas amar o património, histórico ou incorpóreo, é algo que nos distingue ainda da bestialidade.*

**Diretora:** Inês Cardoso **Diretores-adjuntos:** Pedro Ivo Carvalho e Vítor Santos **Diretor de Arte e design:** Pedro Pimentel **Coordenador Editorial:** Pedro Olavo Simões **Tratamento de imagem:** Pedro Tomé **Sede da redação:** Rua Monte dos Burgos, 470-1º, 4250-311 Porto. **Tel.:** 222 096 111 **Fax:** 222 096 140 **Email:** historia@jn.pt **Propriedade:** NOTÍCIAS ILIMITADAS, S. A. Sede na Rua António Oliveira Braga, nº 111, 2º, Sala J, 4470-141 MAIA, tel. 222096111, Fax 222096222 e filial na Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3º piso, 1600-209 Lisboa, Tel. 213187500, Fax 213187501, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais. **Capital social:** 50.000,00 euro. **NIPC:** 518 022 145. **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Verbos Imaculados SA – 70%; Global Notícias-Media Group SA – 30%. **Conselho de Administração:** Alexandre Mendes de Almeida Bobone (Presidente); Domingos Portela de Andrade; Carlos Samuel Moreira Pascoal Farinha **Impressão:** LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, SA Rua Consiglieri Pedroso, 90, Casal de Sta. Leopoldina, 2730-053 Barcarena - Portugal **Depósito Legal:** 400733/15 **Periodicidade:** bimensal **Tiragem:** 15 mil exemplares **N.º registo na ERC:** 126761

ÍNDICE





**Capa:**
Soldados americanos fotografados junto à Torre Eiffel após a libertação de Paris, em agosto de 1944

ESTATUTO EDITORIAL

O Estatuto Editorial da "Jornal de Notícias História" pode ser consultado online, no endereço **https://jnhistoria.jn.pt/estatuto-editorial**

# Acontece

## Arqueologia de volta a Proença-a-Nova

**De 2 a 8 de setembro** estarão em curso as escavações associadas à campanha de 2024 do Campo Arqueológico de Proença-a-Nova, distrito de Castelo Branco. A ideia, lançada em 2011, passa por levar a cabo um trabalho de continuidade em sítios arqueológicos já explorados e em novos locais. Desta feita, os trabalhos, envolvendo duas equipas, com seis a oito pessoas cada, têm como objetivo principal "levar a cabo um processo de pesquisa arqueológica que visa identificar, localizar e avaliar sítios arqueológicos no concelho e que servirá de base para planear as intervenções arqueológicas futuras". O Campo Arqueológico é organizado pelo município beirão, em parceria com a Associação de Estudos do Alto Tejo.

## Curso de paleografia e edição de textos

**De 19** de setembro a 25 de outubro realiza-se o curso "Ler a China e o Brasil em Manuscritos (sécs. XVI-XIX). Curso de Paleografia e Edição de Textos", organizado pelo Centro Científico e Cultural de Macau e pelo Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, com a parceria da Academia Portuguesa da História. O formato é online e presencial, incluindo uma oficina de paleografia na Biblioteca da Ajuda, Lisboa. A coordenação é de Cristina Costa Gomes e Isabel Murta Pina.

## Ciência identifica restos do bispo que lançou Compostela

**Investigadores** creem que, com recurso a testes diversos (osteoarqueologia, datação por radiocarbono, isótopos estáveis e análises de ADN antigo), podem afirmar que uma ossada descoberta há cerca de 70 anos é de Teodomiro, bispo de Iria Flavia que, no século IX, foi decisivo na implementação do Caminho de Santiago. A Teodomiro é atribuída a descoberta do túmulo que a tradição diz ser do apóstolo Tiago, o que fez do lugar de Compostela destino de uma das mais importantes rotas de peregrinação medievais, fenómeno de crescente popularidade nos nossos dias.

## Babilónios viam desgraças nos céus

**A recente** decifração de placas de escrita cuneiforme mostra que os babilónios associavam fenómenos astronómicos, como eclipses, a desgraças terrenas: epidemias, sismos, morte de reis... Há quatro mil anos não havia pseudociência, mas vê-se que as raízes da pseudociência de hoje são profundas.

## Memória, 50 anos depois

**Nos dias** 5 e 6 de dezembro, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto acolhe o congresso "Guerra, Revolução e Retorno: 50 anos depois, a memória de um Portugal europeu, democrático – e descolonizado?". "Partindo de uma preocupação em pensar os usos do passado, este congresso propõe-se debater em torno da experiência, representação e rememoração da violência quer do passado colonial em Portugal, quer do processo de descolonização. Assim, procurar-se-á identicamente dar centralidade à Guerra Colonial, questionando o seu significado de rutura ou de continuidade estrutural, e sua interpretação e influência na realidade pós-colonial da ex-metrópole e das ex-colónias", escrevem os organizadores.

**NÚMEROS**

**23** **mil anos** é a idade da mais antiga pegada humana descoberta no Novo México

**500** **anos** foram acrescentados à origem do porto de Corinto, colocando-a em 1381 a.C.

# Jornadas de Idade Média

**Mantendo-se fiel** a uma fórmula que ao longo dos anos tem tido enorme sucesso, a vila alentejana de Castelo de Vide volta a acolher este ano, de 3 a 5 de outubro, as Jornadas Internacionais de Idade Média, organizadas pelo Instituto de Estudos Medievais da NOVA-FCSH. Subordinado ao tema "As sociedades urbanas na Europa medieval", o evento tem já confirmados conferencistas de renome, como Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa), Marc Boone (Universiteit Gent), Elodie Lecuppre-Desjardin (Université de Lille) ou Pierre Chastang (Université Paris-Saclay). Como se lê no *call for papers*, "o estudo das sociedades urbanas medievais continua a ser importante e necessário para compreender a sua composição, desigualdades e complexidade, assim como o seu papel na construção e vivência do espaço urbano".

## Prémio Mário Soares em andamento

**Estão abertas,** até ao dia 30 de setembro, as candidaturas ao Prémio Mário Soares, instituído pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso, para teses, dissertações ou outros trabalhos de investigação originais em História Contemporânea de Portugal, realizados ou publicados nos últimos três anos.

## Nova edição da revista "O Ideário Patrimonial" já está disponível online

**Está** online o N.º 19 da revista "O Ideário Patrimonial", do Instituto Politécnico de Tomar. A edição aborda "diversas facetas do património, quer cultural quer natural, tais como a valorização e preservação do património geológico, a associação entre sonoridades epscíficas e arte rupestre, arqueologia histórico-cultural, fazendas sertanejas, exposição de bens culturais, educação patrimonial e património cultural subaquático, entre outros temas".

## Torre de Londres arrisca estatuto junto da UNESCO

**Mítica** não só por quantos lá foram encarcerados ou decapitados, mas também, por exemplo, por guardar as joias da coroa britânica ou pela fotogenia dos Beefeaters, nome por que popularmente são conhecidos os Yeomen Warders, os pitorescos guardas, arrisca-se a perder a classificação como património da humanidade que lhe foi conferida pela UNESCO. Em causa está um plano urbanístico, desenvolvido pela City of London Corporation para a zona conhecida como "Square Mile", envolvendo a construção de 1,2 milhões de metros quadrados de escritórios. Já foi solicitado pela UNESCO ao governo britânico um relatório, a entregar até 1 de dezembro, sobre o estado de conservação da torre,cuja construção remonta ao século XI e a Guilherme o Conquistador, e sobre os esforços feitos nesse âmbito.

**57** **mil anos,** no mínimo: a idade de gravuras atribuídas ao homem de Neanderthal

**260** **dias:** o ciclo anual de calendário cerimonial usado na Mesoamérica há 3000 anos

# Rota dos Templários

# Torre sobre o rio Zêzere restaurada e musealizada

**A torre medieval** de Dornes, Monumento de Interesse Público desde 1943, vai contar com um espaço museológico e um novo esquema de visitação, por inicitiva do município de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém. Erguida numa península – ou esporão – na margem direita do rio Zêzere, ainda ali engordado por efeito da Barragem de Castelo do Bode, a torre, enquadrada pelo santuário de Nossa Senhora do Pranto, de raízes também medievais (reza a tradição que foi fundada por iniciativa da Rainha Santa Isabel), apresenta planta pentagonal e foi construída

MARIA JOÃO GALA / ARQUIVO

**Convertida** em torre sineira no século XVI, a obra templária foi erguida, no século XIII, sobre estruturas romanas anteriores

pela Ordem do Templo, provavelmente no século XIII, integrando o sistema defensivo dos templários, cuja sede em Portugal se encontrava em Tomar.

O anúncio feito pelo município surge depois de arqueólogos terem ali descoberto uma necrópole, moedas e outros artefactos medievais.

“Nós vamos proporcionar a quem visita um conjunto alargado de experiências”, disse à Agência Lusa o presidente do Município, Bruno Gomes, explicando que “a torre vai ser visitável no seu topo, com uma vista de 360 graus sobre a península de Dornes, a par de uma experiência imersiva, com ‘videomapping’, naquilo que é a Rota dos Templários e que dará conta de algumas das histórias e das lendas de Dornes”.

A torre foi erguida sobre estruturas romanas preexistentes, que dão azo a várias teorias ou até a lendas. Os vestígios arqueológicos, estudados por Carlos Batata e Paulo Arsénio (autores da “Carta arqueológica do concelho de Ferreira do Zêzere”) atestam que a torre foi construída no local onde houvera um castro romanizado, com origens no século I a.C., e uma lenda atribui a construção de uma torre, no local, ao general romano Quinto Sertório, ele próprio envolvido em narrativas amplamente lendárias envolvendo os lusitanos, que não vêm aqui para o caso. Com as fachadas exteriores em alvenaria de xisto argamassada, a torre que hoje conhecemos é, em grande parte, resultado de uma importante remodelação efetuada no século XVI, para ali colocar os sinos do concelho de Dornes, que veio a ser extinto em 1836, no âmbito da grande reforma administrativa encabeçada por Passos Manuel.

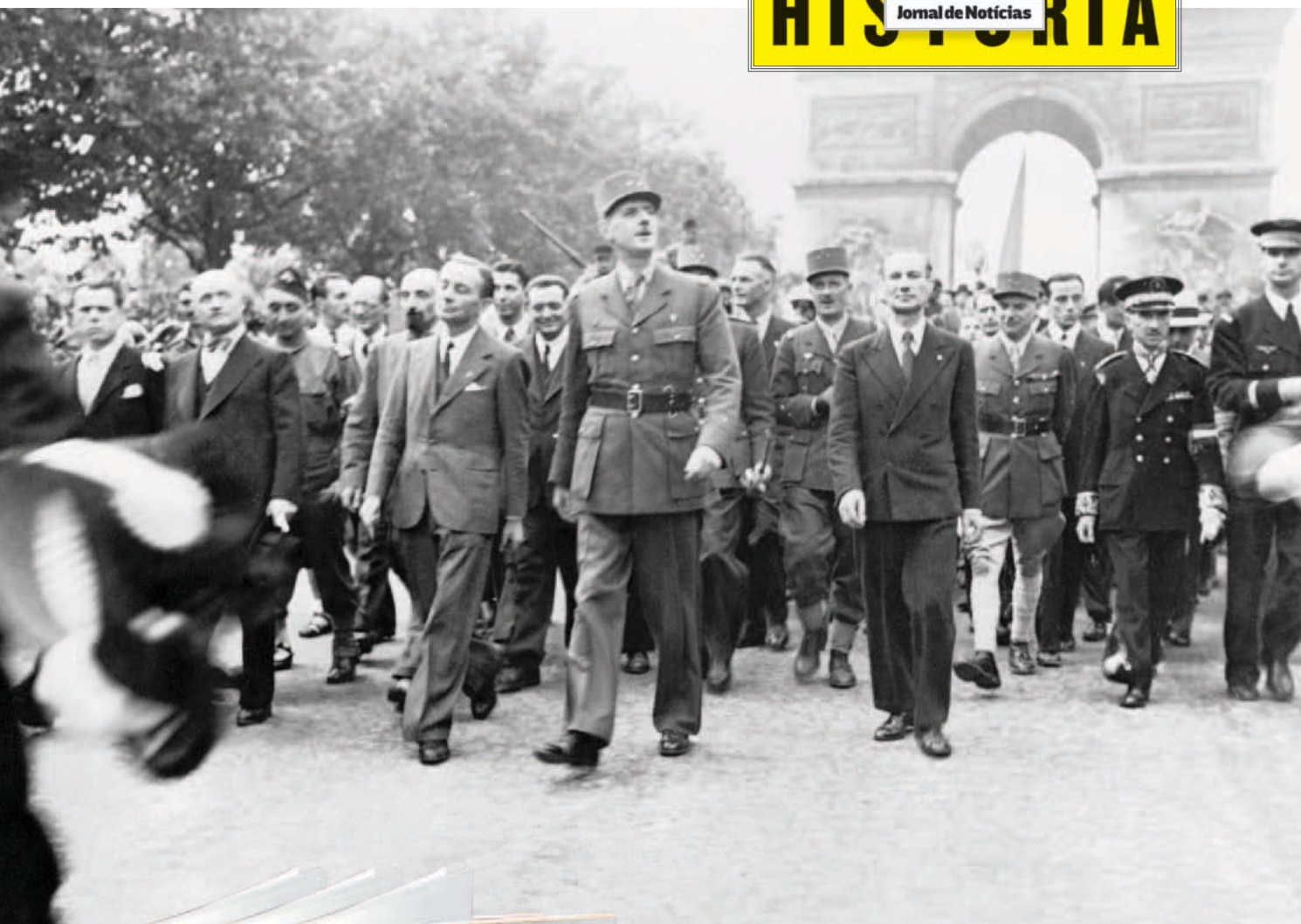
Ora, os trabalhos de requalificação da torre pentagonal estão em curso desde 2023, com os resultados das prospeções arqueológicas – a que se aludiu atrás – a retardarem a data prevista para conclusão das obras e a levarem mesmo à reformulação do projeto inicial, depois de terem sido encontradas, no exterior da torre, uma necrópole medieval, algumas sepulturas, e recuperadas algumas moedas.

“Aquilo que eu considero de maior relevância tem sido, precisamente, os achados que, junto à torre, apareceram, no âmbito das prospeções arqueológicas, como uma necrópole, que queremos preservar, a par de artefactos, moedas, e fios”, entre outros materiais, “e queremos aproveitar a torre para os preservar em espaço museológico”, assinalou o já citado autarca.

As escavações arqueológicas decorreram no interior e no exterior da torre. No interior, existem estelas funerárias de cavaleiros da Ordem do Templo, e “o estudo destas lápides poderá revelar mais detalhes sobre a história dos templários na região”. As moedas encontradas no exterior da estrutura “permitiram datar com maior rigor” a cronologia daqueles enterramentos, sendo que, “no seu interior, também foram efetuados trabalhos arqueológicos, sendo que, a um metro de profundidade, foi detetado um pavimento (lajeado em xisto) que foi já posto a descoberto, para aferir cronologias e avaliar a existência de outros contextos arqueológicos preservados” que contribuam para um maior conhecimento da história deste monumento.

A torre templária de Dornes, raro exemplar da arquitetura militar em tempos de Reconquista e de envolvimento das ordenes religiosas-militares no povoamento e na organização do território, em particular no Sul do que é hoje Portugal, será, naturalmente, um elemento de grande importância no contexto da Rota dos Templários, projeto turístico dinamizado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. “Vai conferir importância maior e valorizar ainda mais aquilo que são os ativos turísticos desta região”, sinalizou Bruno Gomes.

No projeto de “Restauro, conservação e requalificação da Torre Pentagonal de Dornes e sua envolvente”, feito pela Paróquia de Dornes, o município assumiu a candidatura a apoios financeiros e, em protocolo, como “dona da obra”. O investimento global previsto é de 529 mil euros, incluindo a obra e a musealização da torre pentagonal, dos quais 370 mil euros constam como valor elegível e com um financiamento a 70% pelo Turismo de Portugal, estando em fase de “reprogramação temporal e financeira”.

Bruno Gomes perspetivou que “até ao final do ano” a requalificação da torre poderá estar concluída e que, “paralelamente, está a ser efetuado um inventário de todo o espólio existente”, tendo apontado para 2025 a concretização da musealização da torre.

# Francisco Martins Sarmento
1833-1899

Bem nascido, no sentido de ter vindo ao mundo em família de avantajadas posses, Francisco Martins de Gouveia de Morais Sarmento, não apenas figura grada da cidade de Guimarães mas um dos precursores da arqueologia em Portugal, valeu-se dessa condição para cumprir aquela que foi a sua missão da vida. Por exemplo, ao colocar a descoberto a Citânia de Briteiros, um dos mais notáveis povoados proto-históricos em toda a Península Ibérica, adquiriu com fundos próprios os terrenos onde se encontravam os achados, apenas para impedir que caíssem em mãos erradas e pudessem vir a ser danificados ou mesmo perdidos. Francisco Martins Sarmento, na cidade que lhe foi berço e vida, é figura incontornável e de presença visível: seja na Sociedade Martins Sarmento, instituição criada para o homenagear e um dos motores culturais vimaranenses, seja no palacete onde residiu e veio a falecer, ao Largo do Carmo, hoje a Casa de Sarmento, um centro de estudos patrimoniais da Universidade do Minho.

Foi no último terço (mais do que um terço, se fizermos as contas) da sua vida que Francisco Martins Sarmento ganhou relevo nas áreas que aqui nos interessam e em que, efetivamente, obteve maior notoriedade. Em 1874 começou a escavar as ruínas da Citânia de Briteiros, no alto do monte de São Romão, uma dezena de quilómetros a norte da cidade. Antes, andara por outros caminhos, sendo que, pela folga económica em que viveu, nunca exerceu qualquer profissão no sentido mais literal do termo. Não era, porém, boémio ou esbanjador, apenas alguém que usava o feliz acaso da fortuna para se cultivar permanentemente, aí assentando o que entenderia por ganho pessoal.

Depois de fazer a instrução primária em Guimarães, Martins Sarmento transitou para o Porto, onde frequentou o Colégio da Lapa (escola que, anos mais tarde, propiciaria o encontro entre os jovens alunos Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz – Martins Sarmento era da geração anterior, tendo, na vida adulta, sido amigo próximo de Camilo Castelo Branco). Do Porto passou a Coimbra, onde fez estudos preparatórios para a Universidade e, depois, cursou Direito. Era ainda jovem quando herdou a fortuna dos seus pais, o que lhe permitiu, como autodidata, dedicar a sua vida aos estudos. Depois, quando, já com 43 anos, se casou, tal significou acrescentar à sua a fortuna da mulher, o que lhe tornou a vida ainda mais despreocupada em termos materiais ou de luta pela sobrevivência, conceito que jamais se lhe aplicou. Todavia, ao longo da vida, sempre manifestou preocupações sociais e tomou iniciativas para proteger os mais desfavorecidos. Voltando ao que foi a sua construção enquanto intelectual, notemos que, ainda jovem, e de algum modo integrado no movimento cultural romântico, começou por dedicar-se a alguma produção literária, designadamente poética. Mais tarde, dedicou-se a estudos sociológicos e literários, sendo um apaixonado pela cultura clássica, o que, posteriormente, a propósito da civilização castreja, o levou a desenvolver teses muito próprias, vincadamente em rota de colisão com tudo o que eram as principais correntes interpretativas da época.

Enquanto arqueólogo, Francisco Martins Sarmento granjeou fama, incluindo internacional. Os trabalhos que desenvolveu na freguesia de Salvador de Briteiros (hoje integrada numa união de freguesias), que conhecia desde a mais tenra idade, pois era aí a residência da família, foram efetuados com todo o cuidado que era possível à época, e o desvelar da citânia permitiu recolher muito significativo espólio, que veio constituir a coleção original do museu da Sociedade Martins Sarmento (juntamente com artigos por ele recolhidos noutras escavações, designadamente no Castro de Sabroso, também no concelho de Guimarães). Foi igualmente um dos pioneiros da fotografia em Portugal, usando esse meio para amplamente documentar os trabalhos. Ora, para dar a conhecer esses trabalhos, para mais sendo um autodidata e um "bicho do buraco" (apesar de muito rico, quase não saía de Guimarães, e no estrangeiro não foi mais longe do que à vizinha Galiza) afastado dos meios académicos, teve de ter algumas iniciativas, caso de uma conferência com visita à citânia, em 1877, mas, sobretudo, com a visita que orientou, em Briteiros, contando com participantes num Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas que decorria em Lisboa, envolvendo especialistas portugueses e estrangeiros.

A originalidade de Martins Sarmento, que não se pode dizer que tenha feito escola, consistiu em negar a tese, já então corrente, de que a cultura castreja derivava de povos celtas. Para ele, que se baseava na literatura clássica para o afirmar, o Ocidente hispânico havia sido, de forma precoce e particularmente intensa, influenciado por contactos diretos com o mundo micénico. Pré-céltico, portanto.

Textos de
**Pedro Olavo Simões**

# Paris
## ULTRAJADA, MARTIRIZADA... LIBERTADA

*Volvidas oito décadas, a capital de França assinala o momento em que pôs termo a quatro anos de ocupação pela Alemanha nazi. Assinalar a efeméride passa, obrigatoriamente, por clarificar que, mais do que as tropas dos Aliados, foram a Resistência e os parisienses comuns quem abriu as portas à liberdade*

Se aos franceses for pedida a iconografia da humilhação, certo é que por lá aparecerão as fotografias de Adolf Hitler e respetivo séquito, tendo por pano de fundo a Torre Eiffel. São imagens captadas em junho de 1940, logo nos primeiros tempos desse período a que os mesmos franceses se referem, frequentemente, através da fórmula simplificada "A Ocupação". Numa geografia em que a presença da guerra é mais ou menos transversal a praticamente toda a cronologia conhecida, são esses quatro anos, até 1944, que merecem ser assim designados, como se não houvesse outro trauma como esse. Nestas páginas assinala-se, oitenta anos depois, o momento da libertação de Paris, marco histórico do final de um pesadelo que deixou muitas feridas abertas.

Regressado imediatamente do exílio em Londres, o general Charles de Gaulle proferiu, às portas do Hôtel de Ville parisiense (os paços do concelho da capital francesa), um célebre discurso, supostamente improvisado e



**A aproximação** dos nazis, em 1940, fez fugir parte significativa dos parisienses, movimento conhecido por "Êxodo"

deliberadamente inflamado: “Paris. Paris ultrajada, Paris quebrada, Paris martirizada. Mas Paris… libertada! Libertada por ela mesma, libertada pelo seu povo, com a participação dos exércitos de França, com o apoio da França inteira, da França que se bate, da única França, da verdadeira França, da França eterna!”

Paris, que tem por estes tempos reforçado o estatuto de cidade com mais turistas no mundo, ao acolher os Jogos Olímpicos (seguidos dos Paralímpicos), cem anos depois de o ter feito pela primeira vez, num momento que jamais deixaremos de associar ao filme “Momentos de Glória” (“Chariots of Fire”) e à música de Vangelis, é também o coração de um programa nacional de comemorações da Libération, assim mesmo, com maiúscula. Não foi elaborado um programa de grandes festanças, pois outras por ali tem havido, mas fizeram-no pleno de simbolismo, caso da iniciativa “Chama da Liberdade”: homenageando os aliados que participaram na libertação de França, o fogo acendido no túmulo do soldado desconhecido, sob o Arco do Triunfo, viajou, em maio, até ao cemitério militar de Arlington, no estado americano da Virgínia (mesmo junto a Washington D. C.), tendo pelo caminho feito uma escala na Grã-Bretanha.

Tuteladas por uma comissão liderada por um militar, o general Michel Delion, as comemorações nacionais intituladas “Mission Libération” – e o apoio a todas as iniciativas locais e regionais nesse âmbito – têm, como principal objetivo estratégico, valorizar e promover as temáticas da cidadania, da coesão nacional, do envolvimento da juventude. Para tal, criou-se um conselho científico congregando uma quinzena de investigadores e historiadores da Segunda Guerra Mundial, liderado pelo historiador Denis Peschanski, autor de importante bibliografia dedicada à ocupação e à resistência, mas também ao colaboracionismo (sem edições traduzidas em Portugal).

O esforço desse grupo de trabalho passa por uma recolha exaustiva e sistemática de fotografias, filmes e objetos da época, sendo que, pelas leis da vida e do tempo, já não se coloca propriamente a questão da história oral, independentemente de haver um ou outro sobrevivente. E isso, na verdade, começou a ser feito logo nos primeiros momentos do pós-guerra. O que agora se pretende é, nas palavras do general Delion, um aprimoramento do que se conhece da ocupação, da resistência e da libertação: “Isto permitirá que essas histórias, frequentemente familiares e íntimas, se juntem à história coletiva e sejam partilhadas com todos os concidadãos”.

Qualquer esforço nesse sentido é importante, até porque as coisas, frequentemente, não são bem contadas. Prossigamos com dois breves exemplos relacionados com o momento histórico que aqui nos traz, ambos na mesma linha, mas propiciando leituras diferentes.

O primeiro tem a ver com a participação de estrangeiros na libertação de França e da sua capital. Como se sabe, a invasão alemã, comummente conhecida como Batalha de França, foi uma operação rápida, em maio e junho de 1940, que se enquadra na estratégia conhecida por “blitzkrieg” (guerra-relâmpago) e teve como consequências



**O Êxodo de 1940** envolveu também cidadãos da Bélgica, dos Países Baixos e do Luxemburgo

imediatas: a) o encurralamento dos Aliados, no essencial as tropas britânicas, em Dunquerque, e a arriscada e decisiva operação de resgate ordenada por Winston Churchill e denominada "Operação Dínamo" (ver JN História n.º 29); b) a capitulação de França (forçada a um humilhante armistício assinado na floresta de Compiègne, onde em 1918 se dera a rendição da Alemanha) e a divisão do país entre duas zonas, a zona ocupada de facto, a norte, e, a sul, a zona dita livre, governada por um regime colaboracionista instalado em Vichy.

Logo por esse tempo, o brigadeiro general Charles de Gaulle, que não muito antes havia sido nomeado subsecretário de Estado da Defesa Nacional e da Guerra no governo de Paul Reynaud (que entretanto se demitira e fora substituído pelo marechal Philippe Pétain, um herói da Primeira Guerra Mundial que negociou os termos da rendição perante Hitler e traçou para si mesmo o destino de traidor na posteridade francesa), recusou-se a alinhar com Vichy e escapou para Inglaterra, a partir de onde, em 18 de junho de 1940, proferiu o primeiro de muitos discursos aos microfones da BBC, considerado simbolicamente como o arranque da Resistência Francesa. Mais tarde, liderou a criação do Exército Francês de Libertação, resultante da fusão do Exército de África (do general Henri Giraud) com as Forças Francesas Livres do próprio general De Gaulle.

Ora, para não perdermos o fio à meada (a participação de estrangeiros), teremos de avançar para 1944 e para a invasão da Normandia (Operação Overlord) e, meses depois, na costa mediterrânica (Operação Dragoon), que serão ponto de partida da narrativa que encetaremos adiante. Naturalmente, é consabido que o tal Exército Francês de Libertação estava muito longe de ser, entre os Aliados, a principal força libertadora. E, sendo a libertação de França o principal objetivo dos franceses, a invasão aliada era um passo no sentido de derrotar a Alemanha. Foi nesse contexto, portanto, que se cumpriu o desejo de De Gaulle, no sentido de serem as tropas francesas as primeiras a entrar em Paris, o insubstituível marco simbólico da libertação e, há que dizê-lo, o tiro de partida para o que viria a ser a carreira política do general, presidente da República Francesa eleito de 1959 a 1969.

A questão, que vai sendo levantada em França, está relacionada com os estrangeiros, sobretudo muitos milhares de espanhóis que, fugidos ao franquismo vitorioso na Guerra Civil, ingressaram tanto na Resistência como nas fileiras do tal Exército Francês de Libertação, mas cujo papel no combate aos nazis muito raramente é posto em relevo.

O outro exemplo, que, como já veremos, está ligado ao anterior, assenta na questão racial. Se atentarmos nas fotografias da libertação de Paris, muito dificilmente veremos soldados negros, africanos, embora os houvesse, particularmente nas hostes francesas, e sedentos de vingança. É que, aquando da ocupação, milhares de soldados negros do Exército francês, oriundos sobretudo da África Ocidental (os "tirailleurs sénégalais"), foram sumariamente abatidos pelas tropas alemãs mal se rendiam, atendendo ao pressuposto de superioridade racial em que

**À esquerda,** tropas americanas nos Campos Elísios, quatro anos e alguns meses depois de ali passarem os nazis

**Cartaz de propaganda** alemã, tentando transmitir aos franceses uma mensagem paternalista e de paz

assentava o regime de Adolf Hitler. Em 1944 ainda os havia, e muitos, mas uma reportagem da BBC, em 2009, pôs a descoberto documentos do Alto Comando dos Aliados, em que se fazia saber ao general De Gaulle que, para serem os franceses os primeiros a entrar em Paris, seria desejável fazê-lo sem soldados negros.

A indicação – mais do que uma mera indicação, bem entendido – partia do comando norte-americano, atendendo a que existia segregação nas tropas dos Estados Unidos, e só meses depois negros e brancos combateram lado a lado. Não se conhece indício, segundo a investigação jornalística, de que os britânicos, que não praticavam a segregação e tinham no seio do seu exército um importante contingente indiano, tenham manifestado oposição.

Ora – e aqui é que os dois exemplos se tocam –, De Gaulle não dispunha de uma única divisão "branca", nem maioritariamente, quanto mais totalmente, pelo que a solução foi engrossar o contingente que entrou em Paris, sob as cores e envergando o fardamento do Exército Francês de Libertação, com combatentes espanhóis. E foi a António González, um militar espanhol, que se rendeu o governador alemão de Paris, general Dietrich von Choltitz, no dia 25 de agosto de 1944. Mas isso é uma face menos visível da história, ofuscada pela capitulação assinada pelo militar germânico, horas depois, já frente a dois oficiais franceses, o general Leclerc (Philippe Leclerc de Hauteclocque) e o coronel Henri Rol-Tanguy, líder local da Resistência. A libertação de Paris era francesa.

Na verdade, como veremos adiante, a libertação foi de facto francesa, não por jogos de poder ou manobras de propaganda, mas porque os parisienses, independentemente de fazerem ou não parte da Resistência, decidiram, no momento decisivo, ser os atores da sua própria libertação. Entre maio e junho de 1940, quando a ocupação estava prestes a concretizar-se, três quartos da população de Paris abandonaram a cidade, procurando refúgio no Sul e no Oeste de França. Oito milhões de pessoas nas estradas (não só de Paris, claro), carregando os pertences que conseguiam transportar, criaram uma

onda caótica de deslocados, ou refugiados. Uns rumavam a casas de campo, outros buscavam reunir-se com familiares nos seus territórios de origem, outros iam sem destino certo.

Basicamente, toda essa gente queria viver o mais longe possível dos alemães que avançavam pelo território. Não falamos, obviamente, apenas desses milhões de parisienses. A fuga envolvia não apenas milhões de franceses de outros locais, mas também cidadãos dos países (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) cruzados e violentados pela Wehrmacht (as Forças Armadas alemãs) no caminho para a capital francesa. Desde logo a inaudita movimentação de massas suscitou

JORNAL DE NOTICIAS

A GRANDE BATALHA DE FRANÇA

As tropas alemãs entraram em Paris

Na vasta frente da Champagne os exércitos inimigos progridem

Comemorações Centenárias

A conquista do Algarve aos mouros

A Itália em guerra

Escaramuças entre as tropas inglêsas e italianas na fronteira egípcia

Semana das Colónias

Padre António Vieira

O EGITO

**Primeira página do JN**, em 15 de junho de 1940, noticiando a ocupação ao lado da propaganda salazarista

analogias bíblicas: é do Êxodo de 1940 que se fala quando estão em causa todos esses movimentos de populações.

A talhe de foice, uma nota sobre os ecos da "Batalha de França" em Portugal. Por cá, o momento era o das "Comemorações Centenárias", cujo pináculo seria a Exposição do Mundo Português, em Lisboa, frente aos Jerónimos, cujo desejado impacto internacional se perdeu por causa da guerra. Nos jornais, era a esse marco da propaganda salazarista que se ia dando maior relevo, o que não significa que não se fizesse eco da guerra que existia lá longe. E era vincando esse "lá longe" que, no momento em que noticiava a queda de Paris, o editorial do "Jornal de Notícias" – também propagandístico, há que assumi-lo – dava conta da situação de privilégio por cá vivida: "Se há um canto do globo onde o homem tem a inestimável fortuna de não ouvir o estampido das granadas, e de não ver projectada na espelhenta superfície dos seus rios a asa mortífera dos aviões de bombardeio, esse pedaço de terra é Portugal."

Quatro anos depois da entrada dos alemães em Paris, a libertação foi uma explosão festiva e uma possibilidade de renascimento. Mas os tempos que se seguiram não foram fáceis. Em primeira análise, a guerra não tinha terminado, e viria ainda a conhecer muitos combates em território francês, em particular com a campanha das Ardenas, canto do cisne da máquina de guerra nazi, em dezembro de 1944 e janeiro de 1945. Depois, porque todo o processo de reconstrução da Europa, no pós-guerra, seria muito complicado. E França teria, ainda, de viver um processo que ficou conhecido como "depuração selvagem", sobre o qual a JN História se debruçou na sua edição n.º 36, visando homens e mulheres (as mulheres tosquiadas são a face visível dessa onda vingativa) tidos por colaboracionistas durante a ocupação, mas também servindo de pretexto para numerosas vinganças pessoais e de palco para muitos dos jogos de poder que se desenvolveram na nova França.

Nestas páginas, porém, caminhamos para a libertação de Paris, feita de euforia e de alívio. Os primeiros passos serão dados, debaixo de fogo, em praias da Normandia que ficaram conhecidas por nomes americanos.

# 1

# A GRANDE CRUZADA

**Dwight D. Eisenhower,** que veio a ser presidente dos EUA no pós-guerra, era o comandante supremo dos Aliados

Não é exclusivo de especialistas saber o que foi o dia 6 de junho de 1944. Menos ainda se nos referirmos ao "Dia D". O dia que, para os soldados, marinheiros e aviadores da Força Expedicionária Aliada, começou com uma mensagem do comandante supremo na Europa, o general americano Dwight David Eisenhower: "Estão prestes a embarcar na Grande Cruzada, na qual nos temos empenhado ao longo destes muitos meses. Os olhos do mundo estão sobre vós. A esperança e as orações das pessoas que, em toda a parte, amam a liberdade marcham convosco. Em conjunto com os nossos valentes Aliados e irmãos de armas noutras frentes, vocês levarão à destruição da máquina de guerra alemã, à eliminação da tirania nazi sobre os povos oprimidos da Europa e à segurança para todos nós, num mundo livre."

O desembarque na Normandia, disso falamos, é um dos momentos mais marcantes em todo o curso da Segunda Guerra Mundial. Simbolicamente, traduz o início da libertação da Europa – ou da ofensiva decisiva contra as potências do Eixo – e, por arrasto, digamos assim, da libertação de França, ocupada pelos alemães desde 1940. É um dia que ficou para sempre gravado na cultura popular, sendo amplamente retratado no cinema: "The longest day", produção de 1962 assinada por vários cieneastas, será, talvez, o mais célebre filme dedicado exclusivamente a essa ofensiva dos Aliados, mas não estaremos longe da verdade, mesmo sem especialização na área, se dissermos que ninguém recriou tão bem o desembarque como Steven Spielberg, na sequência inicial de "Saving Private Ryan" (1998). A guerra na sua crua brutalidade, varrendo de morte uma praia que tantos nem chegaram a pisar. Uma praia a que, enquanto objetivo militar, chamaram Omaha Beach – e o nome pegou, ninguém se refere àquela extensão de areia como à praia de Colleville-sur-Mer. As outras praias do desembarque eram Utah Beach, Gold Beach, Juno Beach e Sword Beach.

O desembarque na Normandia – "Operação Neptuno", parte integran-

te da "Operação Overlord" –, combinado com a "Operação Dragoon", o desembarque dos Aliados na Provença (que devia ter sido mais ou menos simultâneo, mas só ocorreu em 15 de agosto, por falta de meios disponíveis), marcou, como vimos notando, o início da libertação de França, embora a ofensiva terrestre dos Aliados na Europa já estivesse reforçada desde 1943, com a invasão da Sicília, em julho, e, em setembro, com a invasão de Itália continental. Mas será recomendável, para tratarmos a libertação de Paris, cujo 80.º aniversário aqui assinalamos, recuar a abril de 1944, dois meses antes de cerca de 160 mil soldados atravessarem o canal da Mancha para a "Grande Cruzada" a que se referia Eisenhower.

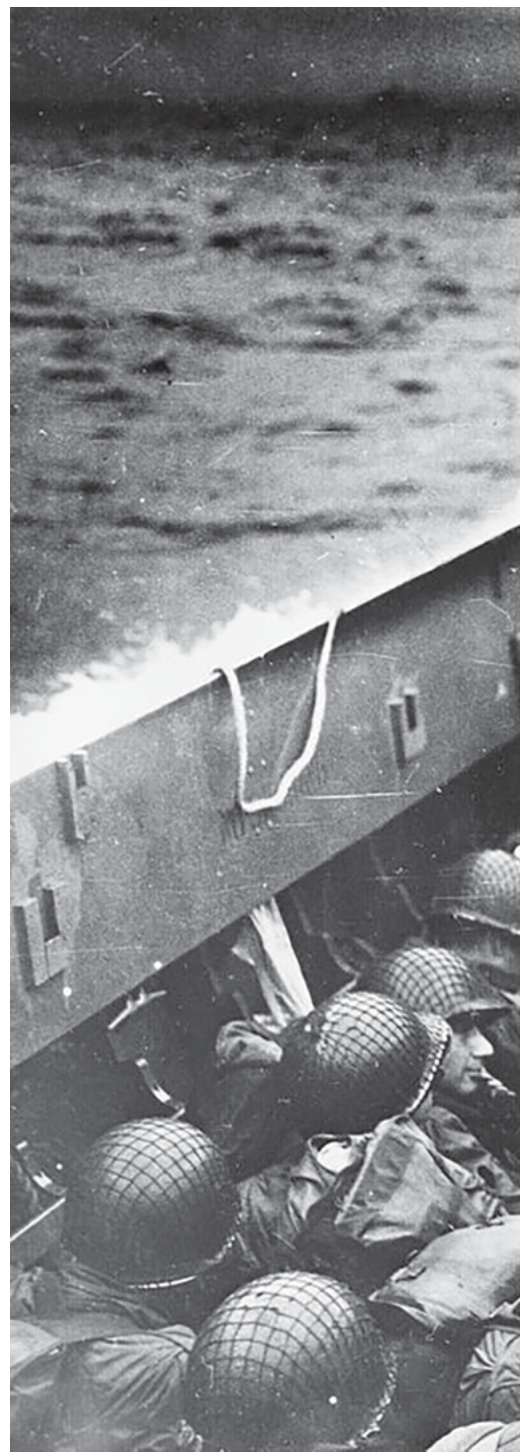
**Prelúdio com bombas**

E, recuando no tempo, avançamos já para a capital francesa. Na madrugada de 20 de abril de 1944, bombas choveram sobre Paris, mais concretamente sobre o enorme entreposto ferroviário de La Chapelle, bastante perto do sítio onde hoje está o Stade de France, palco do atletismo, e não só, nos Jogos Olímpicos de 2024. A ferrovia, essencial ao funcionamento da máquina de guerra alemã, pela agilidade que conferia ao transporte de tropas e de armamento, era um alvo estratégico óbvio. O raide aliado, que consistiu em seis ondas de bombardeamentos, era precedido do lançamento de tochas vermelhas, que indicavam os locais onde as bombas deviam ser lançadas. Porém, algumas dessas tochas foram levadas pelo vento e, inadvertidamente, sinalizaram zonas habitacionais então suburbanas, mas também o boémio bairro de Montmartre.

Ao lançarem 1265 toneladas de explosivos, os bombardeiros aliados cumpriram o seu objetivo, arrasando as estruturas ferroviárias, mas os "danos colaterais" foram tremendos: foram contabilizadas 670 mortes, em grande parte de pessoas que estavam no interior das suas casas. Em Montmartre, foram resgatadas dos escombros mais de 4500 pessoas vivas, que tinham conseguido refugiar-se em caves. Foi logo depois disso que o marechal Pétain, pela primeira vez desde a invasão alemã, pisou o chão de Paris. Com 88 anos e dando sinais de demência, ou senilidade, o herói da Primeira Guerra Mundial, a pretexto de prestar homenagem às vítimas, era assim instrumentalizado pelos alemães. Dias mais tarde, numa alocução radiofónica, exaltou a Alemanha como defensora da Europa continental. Só regressou a Paris para ser julgado e condenado por traição, vindo a morrer em 1951, com 95 anos, desonrado e desterrado numa ilha da costa ocidental francesa.

Esses bombardeamentos e outros, visando posições militares alemãs em território da França ocupada, eram sinais de que a invasão estaria a ser preparada, mas nem por isso havia grande otimismo no seio da população. De um modo geral, quatro anos de ocupação haviam posto o moral dos franceses muito em baixo – obviamente, nem todos eram da Resistência – e, por altura da primavera de 1944, eram fortes os sinais de ascensão dos setores fascistas franceses, designadamente com a nomeação para ministro do Interior (do regime de Vichy, bem entendido) de Joseph Darnand, líder da Milice, organização paramilitar fascista que se dedicava sobretudo a combater a Resistência. E a sociedade não era totalmente contra o invasor ou contra estas tendências políticas, que também tinham aceitação, particularmente entre os muitos que temiam os comunistas, ou até os judeus...

Tudo isto ajuda a enquadrar o que foi o processo que levou à libertação de Paris e que, fique claro, não pode cingir-se ao avanço de tropas dos Aliados desembarcadas aqui e ali. Várias eram as forças em ação na capital francesa, antes da entrada dos exércitos libertadores, em agosto: os diversos movimentos da resistência, nem sempre unificados, os alemães, os aliados infiltrados em Paris, os franceses assumidamente fascistas, os colaboracionistas, não necessariamente afiliados ideologicamente, os cidadãos comuns saturados por quatro anos de ocupação. E essas clivagens tornaram-se relevantes, já o sabemos, para dificultar a procura de equilíbrio após a libertação.

Seja como for, todos os que estavam contra o invasor tinham bem presente a máxima ditada em 1942 por De Gaulle: "A libertação nacional não poderá ser separada da insurreição na-

**Soldados** prestes a desembarcar nas praias da Normandia, provavelmente a minutos da morte

cional". Ou seja, a notícia do desembarque na Normandia, em junho, criava entre os resistentes uma vontade imediata de passar à ação, embora os comandos aliados entendessem que a libertação de França devia ser levada a cabo por militares. Só no momento da invasão propriamente dita houve concertação entre as forças aliadas e a Resistência, cabendo a esta levar a cabo ações de sabotagem nas linhas de abastecimento dos alemães, mas isso não resultou em avanço rápido do exército: os alemães mantiveram os invasores encurralados durante algum tempo na zona setentrional da Normandia, designadamente na península de Cotentin, persistindo um impasse marcado por combates sangrentos; em simultâneo, as ações voluntariosas da Resistência, no território ocupado, eram duramente reprimidas pelos ocupantes.

**De Gaulle idolatrado**

Foi por esse tempo que De Gaulle teve a primeira prova evidente da sua popularidade. No dia 14 de junho, exatamente quatro anos depois da entrada dos nazis em Paris, o general visitou Bayeux, cidade normanda que já se encontrava sob controlo dos Aliados, e foi recebido em quase apoteose pelos franceses que enchiam as ruas. Antes da guerra, De Gaulle era uma figura secundária, e durante a guerra não lhe conheciam mais do que a voz difundida pela BBC. Porém, ficou ali claro que seria ele, que já controlava todas as colónias e chefiava o governo no exílio, o líder a emergir no pós-guerra, como se por essa altura houvesse já certezas quanto ao pós-guerra, o único vislumbre de uma unidade nacional francesa.

Não era, todavia, uma adesão unânime. Em Paris, por exemplo, havia por esse tempo acesas disputas entre os líderes da Resistência e os representantes na capital dos Franceses Livres. Estes últimos, já o sabemos, representavam a fação gaullista, ou seja, todos os que, independentemente da nacionalidade, haviam respondido ao apelo feito pelo general em 18 de junho de 1940, enquanto por Resistência entendemos, neste momento, o COMAC (Comité d'Action Militaire – Comité de Ação Militar), criado em 1 de fevereiro de 1944 para dirigir as Forças Franceses do Interior, ou seja, todos os movimentos que combatiam a ocupação a partir de dentro. Em causa estava a estratégia a seguir no combate aos alemães: enquanto a COMAC queria ação imediata e permanente, os Franceses Livres pretendiam limitar as ações de guerrilha, particularmente as de maior envergadura, devido às dificuldades que os exércitos enfrentavam para progredir a partir da Normandia. Os Aliados, diga-se, eram avessos, neste momento, ao envolvimento dos franceses, em especial do Exército Francês de Libertação (De Gaulle), mas o entusiasmo da população civil trocou-lhes as voltas.

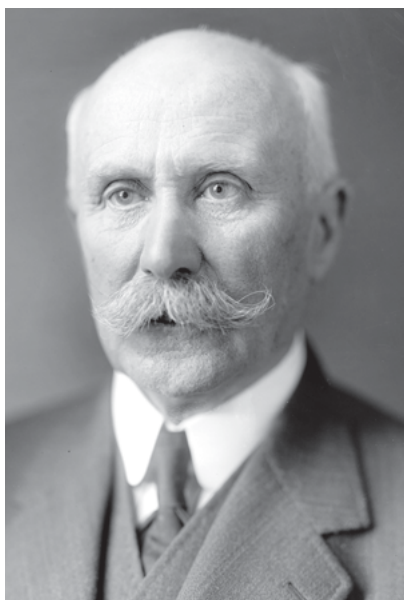
**Tensões na Resistência**

Entre os "Fifis", petit nom pelo qual as Forças Francesas do Interior eram popularmente conhecidas, também não havia uma unidade perfeita. Este coletivo, o todo da Resistência, havia formalmente sido colocado sob a alçada do Exército Francês de Libertação,

**Praia de Omaha** já depois do Dia D, com o permanente desembarque de soldados e de material de guerra

**Charles de Gaulle,** aqui a discursar em Chartres antes da libertação de Paris, emergiu como líder incontestado

mas mantinha as suas disputas internas, o que se viu logo em junho de 1944, quando o líder local da Resistência, o gaullista Pierre Lefaucheux, foi preso pelos nazis e substituído por "Rol", nome de código usado por Henry Tanguy, em homenagem a um camarada morto na Guerra Civil de Espanha, em que integrou as Brigadas Internacionais. "Rol" era uma figura da Resistência comunista, que argumentava ser o movimento com mais combatentes na região parisiense, e, embora já não se colocasse a possibilidade de um golpe comunista, desde que Estaline assentira que França ficaria sob a esfera ocidental, essa ideia era suficiente para alimentar tensões no seio das próprias Forças Francesas do Interior.

O assassinato de Philippe Henriot, ministro da Informação do regime de Vichy, no dia 28 de junho, menos de dois meses antes da libertação de Paris, por um comando do Maquis (nome de origem corsa atribuído à resistência não urbana, embora esta operação tenha ocorrido em Paris), desencadeou outro fenómeno de lutas entre france-

**O marechal Philippe Pétain,** herói na Primeira Guerra Mundial e colaboracionista na Segunda

**Claus von Stauffenberg,** o oficial alemão que atentou contra a vida de Adolf Hitler, em julho de 1944

**Um dos primeiros** apelos lançados por De Gaulle aos franceses, instando--os a lutar para salvar a pátria

# 2 O BOLSO DE FALAISE

**Em baixo,** o general americano George S. Patton, figura central na campanha dos Aliados após o Dia D



ses. Henriot era, como De Gaulle, uma figura que chegava a todo o país através da rádio, granjeando popularidade e prestígio entre franceses que eram colaboracionistas ou efetivamente fascistas, e a sua morte provocou a ira destes, fossem membros da cada vez mais agressiva Milícia (grupo paramilitar ao serviço de Vichy), fossem cidadãos comuns.

Esses tempos foram especialmente férteis em ações contra os alemães, retaliações por parte destes e até manifestações de descontamento de vária ordem. Pelo meio, na ressaca do atentado frustrado contra Adolf Hitler liderado pelo coronel Claus von Stauffenberg, em 20 de julho de 1944, a conspiração chegou também a Paris, resultando, como planeado pelos conspiradores, numa tentativa de golpe no seio das forças ocupantes, que as forças leais ao Führer conseguiram debelar. Mas não o fizeram facilmente, e todo o sururu militar desses dias teve de ser justificado pela imprensa parisiense instrumentalizada, que noticiou a realização de grandes exercícios militares por parte das tropas alemãs.

Entretanto, a situação na Batalha da Normandia tornava-se mais favorável aos Aliados.

O avanço dos Aliados a partir do desembarque na Normandia, já se escreveu em páginas anteriores, não foi fácil. Se olharmos para as estimativas de baixas apenas do Dia D, os alemães perderam entre quatro e nove mil homens (as fontes são mais precárias), enquanto os Aliados perderam cerca de dez mil, com perto de 4500 mortes confirmadas. Se estendermos os números à Batalha da Normandia, a "Operação Overlord" no seu todo, indo até ao momento da libertação de Paris, a carnificina ganha outra dimensão. Vamos por países, sublinhando que se trata de estimativas:

a) a Alemanha sofreu 320 mil baixas, das quais 30 mil são mortes confirmadas, 80 mil são feridos e 210 mil são desaparecidos, sendo que entre estes se contarão, naturalmente, mais vítimas mortais, mas a fatia de leão corresponde a prisioneiros de guerra;

b) os Estados Unidos sofreram 135 mil baixas (29 mil mortos e 106 mil feridos ou desaparecidos);

c) o Reino Unido sofreu 65 mil baixas (11 mil mortos e 54 mil feridos e desaparecidos);

d) o Canadá sofreu 18 mil baixas (cinco mil mortos e 13 mil feridos e desaparecidos);

e) a França sofreu 12 mil baixas, no essencial correspondentes a civis mortos ou desaparecidos.

Ao todo, temos 550 200 baixas sofridas, por todas as partes, entre junho e agosto de 1944, nos acontecimentos que levaram à libertação de Paris pelos Aliados, com o general Charles de Gaulle à cabeça. E é obviamente relevante, já que voltámos a enfatizar o papel dos franceses, notar que o chamado Exército Francês de Libertação não participou na "Operação Neptuno", o desembarque propriamente dito, que vinha sendo planeado desde maio de 1943, embora houvesse militares franceses envolvidos, integrados nas forças de outros países. Não era, obviamente, um contingente sólido e fiável, pelo que o papel que viria a desempenhar era sobretudo simbólico. Foi só no dia 1 de agosto que a 2.ª Divisão Blindada ("Deuxième Division Blindée") desembarcou na praia de Utah, próxima da foz do rio Vire, movimento obviamente carregado de significado: era a primeira unidade da França Livre a pisar o seu território sagrado.

E já estava decidido, embora os soldados estivessem a leste da decisão, que seria essa a primeira unidade a entrar em Paris quando chegasse o momento da libertação, à frente de todas as tropas aliadas. Comandada pelo general Leclerc (nome de guerra de Philippe de Hauteclocque), essa divisão com 15 mil militares havia sido transferida de Marrocos para a Grã-Bretanha em abril de 1944, sendo integrada no Terceiro Exército norte-americano, comandado pelo célebre general George S. Patton.

**Frutos da persistência**

Desde 6 de junho, à medida que os Aliados seguraram posições, e apesar de a Wehrmacht (as Forças Armadas germânicas) terem oferecido fortíssima resistência, como os números de baixas atrás elencados bem dão a entender, nunca pararam de descarregar tropas e material de guerra na costa francesa. Porém, a persistência acabou por dar frutos. Quase dois meses mais tarde, no início de agosto, os alemães perderam toda a vantagem. Contornando as zonas de combate, um grande movimento de tropas dos Aliados, rumando a Alençon e aí infletindo para norte, até Falaise, cumpriu o objetivo de encurralar as tropas alemãs em território normando, criando aquilo a que então se chamou o "bolso de Falaise". Com esse cerco, cortaram decisivamente as linhas de abastecimento dos alemães, que rapidamente ficaram à míngua de munições e víveres. Paralelamente, tal permitiu que os Aliados avançassem com tropas mais para sul, instalando o seu comando em Le Mans, e encaminhando para aí, em comboios rodoviários que circulavam sem percalços, uma inaudita quantidade de provisões (combustível, armamento, alimentos...) que iam sendo continuamente descarregadas nas praias da Normandia. Estava, de facto, a ser

**Henri Rol-Tanguy foi chefe operacional da Resistência, na cidade de Paris, ao longo do período aqui tratado**

construída uma vantagem decisiva.

A reação alemã a este novo estado de coisas, que passou a fazer-se de acordo com as indicações pessoais do próprio Adolf Hitler, e deixou claro que o Führer, cuja verdadeira experiência militar havia sido a de um obscuro cabo na Primeira Guerra Mundial, era incapaz de ler a realidade do que se passava no terreno e pouco mais do que tresloucado era enquanto estratego. Começou por colocar um novo comandante em Paris, o general Dietrich von Cholitz, decidido a transformar a capital francesa, até aí um recreio para os alemães, numa trincheira de batalha, e ordenou uma ofensiva em massa na Normandia, para tomar a pequena cidade de Mortain (foi quase totalmente destruída pela aviação – a Luftwaffe – e deu lugar à nova comuna de Mortain-Bocage), fazendo orelhas moucas a todos os militares que tentaram dissuadi-lo. O resultado foi o que as chefias militares previam: ao cabo de dois dias, o ataque foi neutralizado, à custa da morte de milhares de soldados alemães e do desmantelamento de seis divisões Panzer (os famosos tanques de guerra alemães), já de si fragilizadas, envolvidas na operação. Hitler, como seria de esperar, nunca assumiu o erro, acusando o marechal Günther von Kluge, comandante da Wehrmacht na frente ocidental, de deliberadamente não ter desejado o sucesso da ofensiva. Note-se que Hitler, que se tornara muito mais paranoico após o atentado falhado de Claus von Stauffenberg, desconfiava desde então que Von Kluge estaria também envolvido na conspiração, embora nunca lhe tenha retirado o comando do Ocidente.

Restava, na mente do líder nazi, a ideia de defender Paris a todo o custo.

### Levantamento à vista

Na capital francesa, ansiava-se pela libertação, sobretudo porque ali chegavam ecos do modo como os alemães reprimiam duramente o Levantamento de Varsóvia, iniciado no início de agosto, e da passividade do Exército Vermelho (ou seja, da União Soviética), que estava a meros 20 quilómetros de distância da capital da Polónia. O levantamento durou até 1 de outubro, e o resultado foi o total desmantelamento da Resistência polaca (cerca de 15 mil mortos, outros tantos enviados para campos de concentração), mas implicando uma fatura muito mais pesada: variando com as fontes, morreram nesses confrontos entre 150 e 200 mil civis polacos.

Isso dava azo a que se temesse igual cenário em Paris, havendo muitas dúvidas quanto ao que poderia ser a reação dos Aliados. E clivagens no seio das Forças Francesas do Interior, a Resistência. Por exemplo, o número de armas recebidas dos Aliados era manifestamente insuficiente, o que também se explica numa lógica em que se começava a adivinhar o confronto entre blocos das décadas seguintes: dado o peso do Partido Comunista na Resistência, os comandos aliados temiam estar a armar uma futura sublevação comunista, o que os retraía de apoiar logisticamente, de forma mais decisiva, os que combatiam clandestinamente em Paris. E isso levava a acusações contra Jacques Delmas (dito "Chaban" nome que veio a assumir, tendo chegado a ser primeiro-ministro francês de 1969 a 1972) e Alexandre Parodi, os dois nomes cimeiros, militar e civil, respetivamente, da fação gaullista em Paris. "Rol", ou seja, Henry Tanguy, o homem que liderava em Paris a Resistência desde junho, como referido em texto precedente, que reclamava veementemente deles junto do COMAC (o comando militar geral da Resistência francesa).

Evidentemente, De Gaulle, que estava em Argel, a base do governo da França Livre, à espera de ser chamado para a entrada triunfal em Paris, jogava mais do que a libertação. O futuro político de França era algo que permanecia em cima da mesa. O equilíbrio era complicado, particularmente para quem estava em território ocupado e não no Norte de África. A Parodi competia, junto de todos os setores congregados na Resistência, fazer valer os pontos de vista do governo de Argel, e isso implicava duras negociações no seio do Comité Parisiense de Libertação (CPL), em que o peso dos comunistas era considerável. Até que Parodi concordou que caberia exclusivamente ao CPL liderar a insurreição nacional na zona da capital e preparar a chegada dos Aliados, tendo comunicado esse acordo a Argel.

De Gaulle discordou, enviando uma mensagem em que instruía Parodi no sentido de a França Livre não abdicar de um só grama de autoridade. Isso teria levado a novo impasse negocial, no seio da Resistência, mas, por ironia do destino, uma grande e demorada falha nas comunicações fez com que Parodi nunca viesse a receber essa mensagem.

E assim se avançou para o Levantamento de Paris.

**Günther von Kluge,** comandante da Wehrmacht na frente ocidental, de quem Adolf Hitler desconfiava

**Dietrich von Choltitz,** o último comandante alemão de Paris, logrou de certo modo limpar o nome após a guerra

**Em cima,** Alexandre Parodi, um dos homens da França Livre (gaullistas) em Paris por altura da libertação

**Panfleto** de uma das muitas fações da Resistência e barricada erguida pela população em revolta

# A INSURREIÇÃO NAS RUAS



RÉSISTANCE

BULLETIN OFFICIEL DU COMITE NATIONAL DE SALUT PUBLIC
n.1 15 décembre 1940

Résister! C'est le cri qui sort de votre coeur à tous, dans la détresse où vous a laissés le désastre de la Patrie. C'est le cri de vous tous qui ne vous résignez pas, de vous tous qui voulez faire votre devoir.

Mais vous vous sentez isolés et désarmés, et dans le chaos des idées, des opinions et des systèmes, vous cherchez où est votre devoir. Résister, c'est déjà garder son coeur et son cerveau. Mais c'est surtout agir, faire quelque chose qui se traduise en faits positifs, en actes raisonnés et utiles. Beaucoup ont essayé, et souvent se sont découragés en se voyant impuissants. D'autres se sont groupés. Mais souvent leurs groupes se sont trouvés à leur tour isolés et impuissants.

Patiemment, difficilement, nous les avons cherchés et réunis. Ils sont déjà nombreux (plus d'une armée pour Paris seulement), les hommes ardents et résolus qui ont compris que l'organisation de leur effort était nécessaire, et qu'il leur fallait une méthode, une discipline, des chefs.

La méthode? Vous grouper dans vos foyers avec ceux que vous connaissez. Ceux que vous désignerez seront vos chefs. Vos chefs trouveront des hommes éprouvés qui orienteront leurs activités, et qui nous en rendront compte par différents échelons. Notre Comité, pour coordonner vos efforts avec ceux de la France non occupée et ceux qui combattent avec nos Alliés, commandera. Votre tâche immédiate est de vous organiser pour que vous puissiez, au jour où vous en recevrez l'ordre, reprendre le combat. Enrôlez avec discernement les hommes résolus, et encadrez les des meilleurs. Réconfortez et décidez ceux qui doutent ou qui n'osent plus espérer. Recherchez et surveillez ceux qui ont renié la Patrie et qui la trahissent. Chaque jour réunissez et transmettez les informations et les observations utiles pour vos chefs. Pratiquez une discipline inflexible, une prudence constante, une discrétion absolue. Méfiez-vous des inconséquents, des bavards, des traîtres. Ne vous vantez jamais, ne vous confiez pas. Efforcez vous de faire face à vos besoins propres. Nous vous donnerons plus tard des moyens d'action que nous travaillons à rassembler.

En acceptant d'être vos chefs, nous avons fait le serment de tout sacrifier à cette mission, avec dureté, impitoyablement.

Inconnus les uns des autres hier, et dont aucun n'a jamais participé aux querelles des partis d'autrefois aux Assemblées ni aux Gouvernements, indépendants, Français seulement, choisis pour l'action que nous promettons nous n'avons qu'une ambition, qu'une passion, qu'une volonté: faire renaître une France pure et libre.

LE COMITE NATIONAL DE SALUT PUBLIC.

Muito do que relatámos no artigo anterior ocorreu em simultâneo, ou com coincidências temporais, pelo que não pode ser entendido como uma imaculada linha cronológica. Por exemplo, a contra-ofensiva de Mortain, que, como vimos, constituiu um pesado revés para os alemães, ocorreu de 7 a 13 de agosto de 1944, coincidindo em parte com os combates do "bolso de Falaise", também referidos atrás, operação que decorreu entre 12 e 21 de agosto. Ora, esta última era o golpe decisivo para permitir o avanço para leste, contra a Alemanha. Paris nem por sombras era uma prioridade no grande quadro traçado pelo generais americanos, encabeçados por Eisenhower.

No dia 7 de agosto, numa emissão radiofónica emitida a partir de Argel, o general Charles de Gaulle surpreendeu, face a tudo o que haviam sido os posicionamentos e a evolução da situação até aí. Citemo-lo: "Toda a gente pode lutar. Toda a gente deve lutar. Os que forem capazes devem juntar-se às Forças Francesas do Interior. Todos os outros, onde quer que estejam, podem ajudar os nossos combatentes. Nos campos, nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, em casa, na rua, onde estiverem presos, deportados ou prisioneiros de guerra, podem sempre enfraquecer o inimigo ou preparar aqueles que o enfraquecerão".

De Gaulle, obviamente inspirado pelo discurso de Winston Churchill na Câmara dos Comuns, em 4 de junho de 1940 ("Lutaremos nas praias, lutaremos nas pistas de aterragem, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas montanhas: nunca nos renderemos!"), lançava um apelo à insurreição. Contrariando a sintonia que antes tinha com o comando de Eisenhower, o general francês tinha perceção da situação que se vivia em Paris e da necessidade de libertar urgentemente a capital, pois percebia-se a iminência de um massacre a perpetrar pelos ocupantes alemães.

A vida na cidade era cada vez mais difícil. Ao longo dos anos de ocupação, os parisienses conviviam com o racionamento de bens ou com as pilhagens perpetradas pelos alemães. A destruição do hinterland (zona externa que produz para garantir o abastecimento da cidade) pela guerra tornava a situação ainda mais dramática. Com a carência aumentava exponencialmente a prevalência de doenças como a tuberculose, a febre tifóide ou a escarlatina. E a população em geral, incluindo milhares de crianças de berço, estava subnutrida.

### Hitler muda postura

Nesse cenário de desânimo alargado, a mudança no comando alemão, corporizada na chegada a Paris do general Dietrich von Cholitz, tornava-se ainda mais assustadora. As determinações de Hitler passavam por fazer de Paris um foco de resistência aos Aliados, destruindo pontes, arrasando monumentos, lutando até à última gota de sangue. A pilhagem na capital, ao longo de quatro anos, já havia sido suficiente, e a determinação do ditador estava em travar o avanço aliado para a região do Ruhr, então o coração da indústria de guerra germânica. Era esse, aliás, o objetivo central dos Aliados, que passariam bem ao largo de Paris e só mais tarde, eventualmente em outubro, pensariam na libertação da capital. Foi a insurreição parisiense que, em certa medida, inverteu os planos, como veremos adiante.

Voltando a Von Cholitz: o general estava disposto a cumprir as ordens do Führer, mas a realidade que encontrou mostrou-lhe que não seria assim tão fácil. Antes de tudo, tinha de levar a cabo a retirada de Paris da pesadíssima máquina administrativa que aí havia sido instalada pela Alemanha. Desde logo, foi aí que encontrou os primeiros problemas, pois nem por sombras havia viaturas suficientes para transportar esses milhares de pessoas. A operação, que passou também pela destruição de todos os arquivos, testemunhos documentais dos terríveis abusos cometidos durante a ocupação,

**Combatente** das Forças Francesas do Interior entrincheirado na estação de metro de Belleville



ou pelo envio para a Alemanha do que restava do saque da cidade (arte e outros tesouros) era um quebra-cabeças insolúvel. Militarmente, encontrou igualmente um panorama muito pouco animador: o dispositivo de defesa instalado era manifestamente insuficiente para suster um ataque dos Aliados. A única coisa que o comandante alemão ia fazendo era ordenar grandes movimentações de tropas pela cidade, para intimidar a população, ou criar estruturas de defesa em torno do centro administrativo germânico, na Place de l'Opéra, ou do edifício do Senado, mas essas eram também, apenas, uma forma de dissuasão dirigida à Resistência, pois nada poderia contra um ataque militar de grande intensidade.

### Fartos de esperar

Era da Resistência, efetivamente, que vinha o perigo imediato para os alemães, fosse ela organizada ou espontânea. Farta de esperar, a liderança comunista da Resistência armada (Franc-Tireurs et Partisans) emitiu um documento intitulado "Avante com a Batalha de Paris", apelando à necessidade de "esmagar o aparelho repressivo dos traidores e do inimigo". Em paralelo, a primeira ação a corresponder ao apelo do general De Gaulle que atrás reproduzimos foi, no dia 10 de agosto, uma greve de ferroviários, seguindo-se as forças de segurança (gendarmerie e police) e, uma após outra, várias profissões. Rol-Tanguy, o chefe operacional da Resistência em Paris, fazia afixar cartazes apelando à revolta generalizada contra os ocupantes. Uma situação curiosa foi a adesão dos polícias às Forças Francesas do Interior em 20 de agosto, um dia depois de estes terem tomado o Hôtel de Ville (paços do concelho) e hasteado aí a bandeira francesa. Não esqueçamos, porém, que a polícia parisiense havia cumprido durante a ocupação, por exemplo, ordens antissemíticas emanadas do regime de Vichy, embora esteja demonstrado que sempre houve grupos ligados à Resistência no seio dessa força de segurança.

A insurreição materializava-se em ações de toda a ordem, na cidade e nos subúrbios, incluindo confrontos armados de rua, junto às estruturas defensivas que os alemães haviam montado em redor de edifícios estratégicos. O dia de combates mais encarniçados foi 22 de agosto, mas pelo meio houvera dias mais calmos, permitindo, por um lado, a reorganização dos resistentes e, por outro, a continuidade da operação de evacuação da cidade pelos alemães, retirando para leste todo o pessoal não combatente.

# 4

# INVASÃO MEDITERRÂNICA

Só em 15 de agosto de 1944 se iniciou o desembarque de tropas dos Aliados na Provença, que originalmente estivera pensado para decorrer sensivelmente na mesma altura do Dia D, ou seja, no início de junho. A Operação Dragoon (que antes estivera para se chamar "Anvil", ou seja, bigorna, em paralelo com o nome "Sledgehammer", marreta, originalmente escolhido para a Normandia), realizada ao longo de uma faixa com cerca de 60 quilómetros na Côte d'Azur, foi mais um duro revés para os alemães. Apesar de esse território estar na dita Zona Livre, controlada por Vichy, as tropas do Reich controlavam a costa. Todavia, o desequilíbrio foi avassalador, sobretudo na ofensiva aérea desencadeada antes do desembarque: os alemães tinham 200 aviões na região, e a Força Aérea dos Estados Unidos usou no ataque quatro mil aeronaves.

**No dia 15 de agosto,** as forças aliadas desembarcaram na Côte d'Azur, avançando depois de sul para norte

Isso compensou fortemente o equilíbrio de tropas no terreno – 250 mil aliados desembarcados contra 210 mil alemães –, e ao fim do dia, contrariamente ao que sucedera na Normandia, os Aliados já controlavam a linha de costa, podendo levar para terra tropas e equipamentos. Idealizado pelo general George Marshall (o mesmo do Plano Marshall do pós-guerra) e muito questionado, em particular pelos britânicos, que preferiam manter o esforço em Itália e encetar uma ofensiva pelos Balcãs, este desembarque na costa mediterrânica de França permitiu aos Aliados, com relativa rapidez, tomar duas linhas de progressão. Parte das tropas rumou para oeste, ao longo da costa, assegurando o controlo de Toulon e Marselha e progredindo depois para norte, ao longo do vale do Ródano. A outra parte seguiu pelos Alpes, tomando a Route Napoléon, ou seja, o caminho usado em 1815 por Napoleão Bonaparte, escapado do exílio na ilha mediterrânica de Elba, dando início ao período dos Cem Dias, que terminaria com a derrota definitiva em Waterloo.

Toda esta movimentação de tropas foi, de facto, o que potenciou a retirada dos alemães do território francês. Enquanto a ofensiva se limitava ao contingente chegado através da Normandia, a Wehrmacht, mesmo não estando a conseguir resistir eficazmente, poderia alimentar alguma esperança de inverter o rumo dos acontecimentos. Com a abertura de novas frentes de batalha a sul, toda a esperança desaparecia.

**Notícias excitantes**

Essa perspetiva, aliada aos sucessos no Noroeste (controlo da Bretanha, por exemplo) e aos avanços dos Aliados em direção a Paris (já controlavam Chartres), gerou entusiasmo na capital, onde as notícias chegavam com celeridade, designadamente através dos canais da Resistência. A libertação da cidade teria de estar iminente. E essa excitação estendia-se à 2.ª Divisão Blindada do Exército Francês de Libertação, que, de acordo com o que Eisenhower e De Gaulle haviam combinado em Argel, seria a primeira a entrar em Paris. Essa divisão, contudo, permanecia estacionada em Argentan, 170 quilómetros a oeste de Paris. E o seu comandante, o general Leclerc, tentava pressionar o general americano George S. Patton no sentido de avançar rapidamente sobre a capital. Todavia, já o sabemos, não eram propriamente os franceses a dar cartas no planeamento da libertação de França.

Na Paris ocupada continuava a ha-

**Tropas dos Aliados** movendo-se num pinhal mediterrânico, após o desembarque iniciado no dia 15 de agosto

ver lutas de protagonismo no seio da própria Resistência, em particular pelos setores comunistas, No jornal clandestino "L'Humanité", o líder do Partido Comunista, Jacques Duclos, instava toda a população a erguer-se contra o inimigo: "Homens e mulheres de Paris, novos e velhos, todos devem lutar, por todos os meios, e fazer da nossa cidade capital, o coração de França, o espaço de uma insurreição popular e de uma greve geral insurrecional. Isso ajudar-nos-á a vencer a batalha de Paris e a abreviar o momento em que toda a França será livre". Entre os gaullistas, Yvon Morandat, líder sindical e resistente, deixava claro que era essencial que o general se apresentasse em Paris imediatamente após a libertação. Todas estas posições e ações têm de ser também entendidas, insista-se, como estratégias de posicionamento para o arranque de uma nova França, sucessora da ocupação e do regime colaboracionista de Vichy.

A cidade estava parada. De facto, as greves sucediam-se. Nos transportes, por exemplo, ou até na polícia. O fornecimento de eletricidade aos domicílios só existia durante uma hora diária, das 22h30 às 23h30. Do lado alemão, Von Cholitz aproveitava para se dirigir pela primeira vez à população, numa ação de propaganda que seria depois papagueada pela imprensa oficial: "A ordem será imposta com toda a determinação possível. O abastecimento de alimentos à população de Paris está dependente da ordem".

As ordens dadas por Berlim ao comandante alemão eram claras: todas as pontes sobre o rio Sena teriam de ser destruídas, a fim de travar o avanço dos Aliados pare leste. Isto porque, como a generalidade das outras travessias, tanto do Sena como também do Loire, haviam sido dinamitadas, a progressão para oriente das tropas teria de fazer-se em boa parte através do centro de Paris. Apesar de Von Cholitz dispor de meios, humanos e logísticos, enviados especificamente para essa missão, ela nunca foi cumprida. E os próprios comandantes alemães (Cholitz e Günther von Kluge) haviam decidido não embarcar numa guerra urbana casa a casa, em Paris, quando os Aliados chegassem. Não é credível que o tenham feito para preservar a "Cidade-Luz", mas sabiam que essa seria uma missão que as desmoralizadas tropas alemãs não conseguiriam cumprir.

No que respeita às pontes, e adiantando-nos um pouco na cronologia, importa dizer que elas foram, de facto, todas armadilhadas com explosivos, para serem demolidas no momento da retirada das tropas alemãs, o mesmo sucedendo com outros edifícios. Porém, esses explosivos nunca foram detonados. Em 24 de agosto, já com os Aliados dentro dos limites da cidade, um grupo de sapadores alemães esperava as ordens para acionar os explosivos. Ordens essas que nunca chegaram. Sabe-se hoje que um jovem oficial de Transmissões, Ernst von Bressendorf, reteve os telegramas recebidos do Führer em 22 e 23 de agosto, só os fazendo chegar ao general no dia 25. Esse deliberado ato de desobediência, a par de desinteresse do próprio Von Cholitz, que terá sido convencido por um diplomata sueco da inutilidade e desumanidade de tal destruição (também ciente, decerto, de que não o fazer seria uma atenuante de que necessitaria depois da guerra, assumindo já que a Alemanha sairia derrotada).

## Dias que eram eternidades

Voltemos, então, atrás, pois já pusemos os Aliados na cidade sem contarmos como entraram. Estes, da última vez que os "vimos", estavam em Chartres, a menos de 100 quilómetros, enquanto as tropas francesas, que seriam as primeiras a entrar na capital, estavam a cerca de 170 quilómetros. Com o avanço, também, das tropas que haviam desembarcado na Côte d'Azur, os alemães acabaram, apesar de algumas hesitações iniciais, por retirar-se de todo o território, ficando apenas a ocupar o Nordeste de França. Paris ficava no limite dessa nova zona de ocupação, ou seja, tornava-se a frente, o local dos próximos combates. A guarnição alemã da capital estava, de facto, a preparar-se para suportar um cerco, mas no meio de uma enorme confusão de alemães não combatentes, franceses colaboracionistas e outros tentando a todo o custo abandonar a cidade. Também por esse período, sobretudo a Gestapo

**Bandeira nazi** hasteada em Paris: uma mancha que permaneceu na paisagem durante quatro anos

mantinha-se especialmente ativa, perpetrando crimes de guerra de toda a ordem contra os membros da Resistência que conseguiam capturar, destacando-se, em 16 de agosto, o massacre de 35 jovens resistentes junto à cascata do bosque de Bolonha.

Aqueles dias duravam eternidades para os parisienses. Ninguém sabia com o que contar, e as notícias que ali chegavam davam azo a especulação. Por um lado, sabia-se que havia combates a ocidente, de onde chegariam os Aliados desembarcados na Normandia, mas não se percebia se o progresso da batalha era favorável ou desfavorável. Por outro lado, sabia-se que havia tropas alemãs a bater em retirada de toda a parte, atendendo ao progresso das tropas aliadas que avançavam de sul para norte, e especulava-se que todas fossem concentrar-se em Paris, o que não só dificultaria a libertação, mas endureceria, com toda a certeza, as já dramáticas condições de vida da população. Não havendo eletricidade, não havia janelas radiofónicas para o exterior, fosse a BBC, fossem as emissões propagandísticas de Vichy.

E as movimentações estranhas dos alemães, como seja a desmontagem das baterias antiaéreas que havia em telhados de edifícios, baralhava as pessoas, embora fossem já sinais de que poderia estar a preparar-se a evacuação total.

No seio do Conselho Nacional da Resistência (CNR), as diferentes tendências continuavam a digladiar-se, notabilizando-se os comunistas, que queriam ação imediata, e os gaullistas, que aguardavam ansiosamente a libertação pela divisão de Leclerc, passo essencial para solidificar o futuro político do general De Gaulle. Alexandre Parodi, que participava nessas reuniões mandava mensagens desesperadas para Argel: "A meu pedido, o CNR vai reunir-se diariamente e será atualizado quanto a quaisquer evoluções dos ataques. Deste modo, espero conseguir controlar a situação e ganhar tempo. Há um perigo muito real de represálias sangrentas por parte dos alemães... Estes acontecimentos criam uma atmosfera tensa e uma situação preocupante, se a libertação ainda estiver para demorar. Exceto se a libertação estiver para breve, é necessário apelar à calma e lembrar a população de que a ordem de sublevação nacional foi dada para outras partes de França e que ainda não é aplicável à região de Paris. A população tem obrigação de permanecer calma, nas condições mais difíceis que alguma vez conheceu, e não levar a cabo qualquer tipo de ação imponderada".

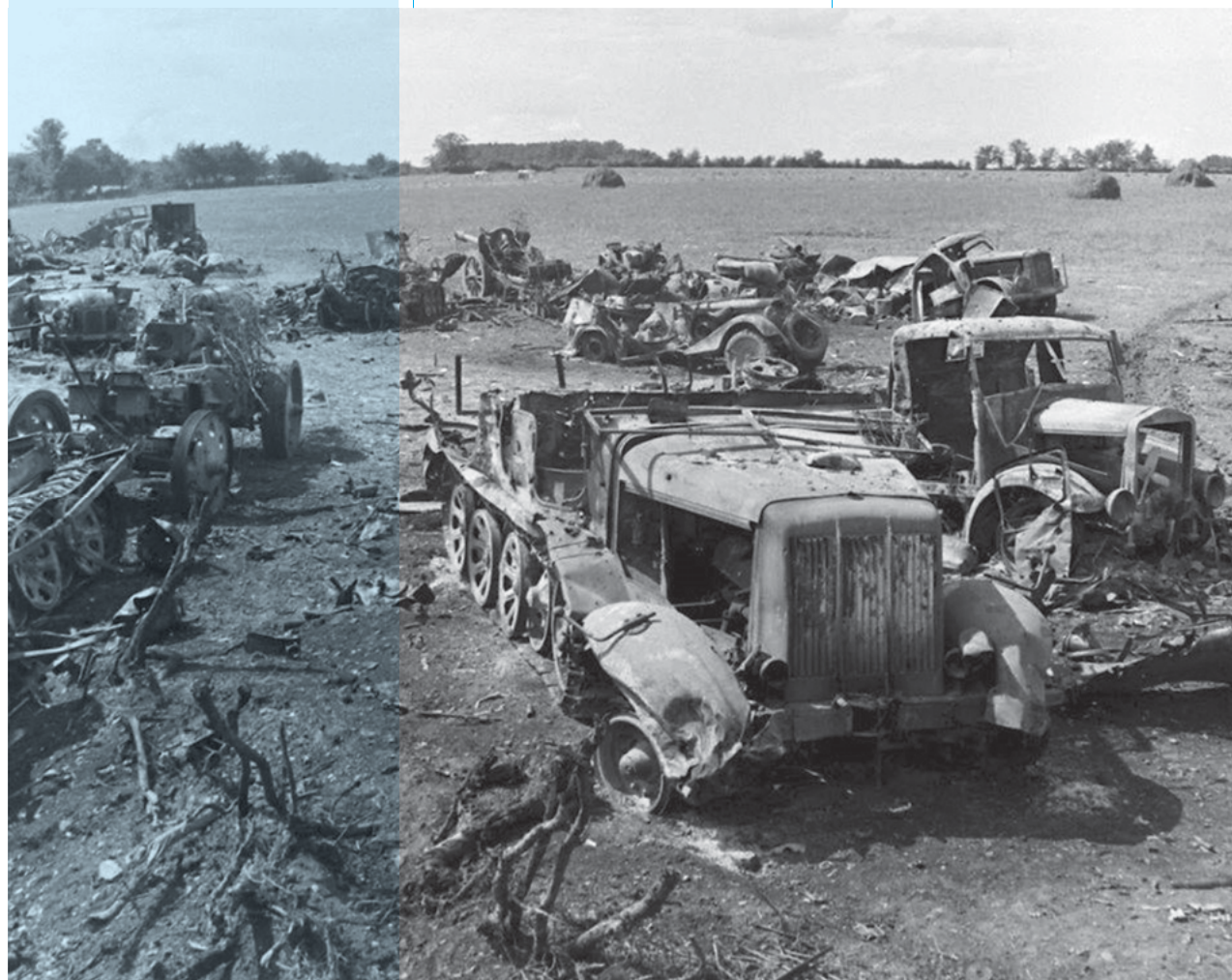
Os blindados do general Philippe Leclerc de Hauteclocque só entrariam em glória, na capital francesa, em 24 de agosto. Até lá, continuaria a haver o que até aí não faltara: incerteza, fome, combates. Sobretudo, muita incerteza.

# 5

# HESITAÇÕES E DIVISÕES

**A artilharia aliada** aliada abateu-se furiosamente sobre os alemães em fuga, deixando um rasto de destroços

Regressando à Normandia, onde tudo isto começou, lembremos que uma multidão de alemães permanecia encurralada no chamado "bolso de Falaise". Sem capacidade de combate e à míngua de abastecimentos, as tropas germânicas, no dia 20 de agosto, ao raiar da aurora, tentaram escapar antes que o cerco estivesse completamente fechado. Parecerá mais lógico que o tivessem feito pela calada da noite, e era esse o plano original, mas os destroços de guerra espalhados pelo território impossibilitavam que se circulasse com pouca visibilidade. Fazê-lo de dia foi um sinal de desespero suicidário.

Abateu-se sobre essa coluna formada por milhares de soldados e centenas de viaturas, ainda manhã cedo, a fúria da artilharia dos Aliados: aproximadamente quatro mil soldados

**Soldados americanos** com elementos da Resistência, à qual os comandos militares... resistiam

alemães morreram ali, outros 35 mil foram feridos ou feitos prisioneiros, pois o comandante alemão teve o bom senso de se render. E assim se esgotava a Batalha da Normandia, desencadeada pelo desembarque do Dia D. A libertação de França era incontornável, a recuperação de Paris, mais simbólica do que estratégica, poderia estar ao virar da esquina. De tal modo que, nesse mesmo dia, o general Charles de Gaulle, cujo principal objetivo era poder estar na capital imediatamente após a libertação, aterrou em solo francês, ido da Argélia e tendo feito escala em Gibraltar.

De Gaulle, todavia, não ia apenas em triunfo. Ou ainda não ia nessa condição. Os Aliados continuavam a planear passar ao largo de Paris, seguindo uma estratégia que só os faria pensar na capital francesa meses mais tarde, e o líder da França Livre ia tentar pessoalmente o que antes não havia sido conseguido por todos os emissários: convencer o general Eisenhower, chefe supremo das forças aliadas, de que Paris teria de ser a mais urgente das prioridades. A conversa terá sido marcada por promessas vagas do general americano, e De Gaulle ameaçou com a possibilidade de mandar o general Leclerc, com a 2.ª Divisão Blindada, avançar sobre Paris se os Aliados continuassem a adiar a tomada da cidade-luz. Esta divisão do Exército Francês de Libertação, que, como programado, seria a primeira força aliada a entrar na capital, estava, recorde-se, sob a alçada do general Patton.

Por esse tempo, as SS obrigaram o marechal Pétain a sair de Vichy, levando-o para Sigmaringen, no Sudoeste da Alemanha, a 30 quilómetros da Suíça, onde já se encontravam outros dignitários do regime colaboracionista francês. O fim da farsa de Vichy era, claro, mais um sinal da libertação de França.

### Confusão de narizes

Em Paris, acentuavam-se as divisões no seio da Resistência. No essencial, havia os que pretendiam parar as hostilidades, acalmando a cidade até à chegada dos Aliados, e os que insistiam em continuar a lutar até às últimas consequências. Nesse mesmo dia 20 de agosto, conviviam nas ruas de Paris o anúncio de um cessar-fogo e os desmentidos desse mesmo cessar-fogo. A cidade era um torvelinho de acontecimentos, de intrigas, de avanços e recuos. Seria muito difícil irmos aqui por esse caminho, além de que colocaríamos em risco a linearidade da narrativa, com a confusão de organismos e protagonistas nas Forças Francesas do Interior. Mas era claro, porém, mesmo para quem estava em Paris, que a mudança estava por um fio. As próprias clivagens eram um sinal, pois a desunião surge sempre quando há a perceção de que o inimigo comum está derrotado (ou fatalmente enfraquecido), mas também a população, no seu todo, começava a sentir-se à vontade para afrontar o inimigo. Por exemplo, uma multidão de civis desarmados cercou um pequeno tanque germânico e tomou-o, tendo os tripulantes escapado sem disparar um só tiro.

A situação era de tal forma confusa que, nesse mesmo dia, três líderes da Resistência, incluindo Alexandre Parodi, foram capturados pelos alemães, numa operação de rotina, e assumiram-se, justamente, como figuras cimeiras das Forças Francesas do Interior. Foram, depois, levados à presença do general Von Cholitz, que acabou por os libertar, talvez por perceber que eram importantes para impedir que a fação comunista se tornasse excessivamente preponderante (não apenas pela questão ideológica, mas porque tal significaria mais ações violentas contra os alemães).

Salvar a cidade dos comunistas foi, aliás, o argumento dado por Von Cholitz, já depois de se render e de Paris estar libertada, para o facto de ter violado o cessar-fogo, com que havia concordado antes, logo no dia 21 de agosto. Principalmente da parte da tarde, os tiroteios sucederam-se, e dezenas de parisienses, não necessariamente membros da Resistência, morreram baleados pelos alemães, aparentemente (e literalmente) queimando os últimos cartuchos de uma ocupação que sabiam estar a chegar ao fim, independentemente do que viesse a suceder: fuga, rendição, combater até ao fim, reduzir Paris a escombros... Já no seio da Resistência havia bem mais em jogo do que a ideia comum de combater os invasores ale-

mães. Manter o cessar-fogo, inicialmente do interesse dos gaullistas, em combinação com o interesse das tropas aliadas, havia resultado de negociações internas no fio da navalha, mas os novos acontecimentos agravavam substancialmente as clivagens entre os vários grupos. A oposição aos alemães podia ser, até emocionalmente, abafada pelo rancor entre franceses, e o cenário de a França livre se transformar imediatamente numa França em guerra civil não era absolutamente descabido. E isso, também o sabiam, levaria os Aliados a tomar o controlo, impedindo, durante algum tempo, que ninguém saberia quanto, que o destino de França estivesse efetivamente em mãos francesas.

**Alemães desapoiados**

Tudo isto avançou, de algum modo, sem o assentimento do governo de Argel, apesar dos esforços movidos por agentes da França Livre, designadamente a partir de Londres, para obter respostas da parte de De Gaulle ou da sua entourage. Na verdade, os líderes da França Livre não tinham grande noção de toda a tensão e do choque de forças entre os resistentes de Paris. Enfim, por esses tempos, a situação dos alemães tornava-se ainda mais desesperada, com os Aliados a entrarem no território francês a sul.

O marechal Walter Model tinha ordens diretas de Hitler para organizar a defesa de Paris, mas não contava com algo que já vinha ocorrendo há bastante tempo. Graças ao trabalho da equipa de criptógrafos de Alan Turing, em Bletchley Park (ver JN História N.º 11), os Aliados tinham facilidade em descodificar as mensagens enviadas por intermédio das máquinas Enigma. E os alemães, apesar de terem já muitos motivos para suspeitar disso, nunca acreditaram verdadeiramente que o sistema estivesse comprometido, pelo que as máquinas continuaram a ser usadas. Ou seja, os Aliados estavam ao corrente de tudo o que estava a ser feito, em Paris, pelo inimigo. Por outro lado, por mais apurada que fosse a estratégia defensiva dos militares alemães, de nada lhes serviria, pois a supremacia aérea dos Aliados tornara-se de tal forma esmagadora, que os ocupantes de Paris nada poderiam fazer sem um reforço substancial de meios aéreos. Model pediu a Berlim, por esse tempo, um reforço de 700 aviões Messerschmitt 262 (os primeiros caças e caças-bombardeiros a jato no mundo), mas levou uma nega. As ordens da cúpula nazi insistiam na necessidade de fazer de Paris a frente de batalha, uma barreira intransponível para os Aliados, mas Von Cholitz e Model não tiveram qualquer apoio.

O cessar-fogo nunca existiu de facto, e no dia 22 voltavam a erguer-se barricadas nas ruas de Paris. Do lado da Resistência havia a perceção de que a guarnição alemã da cidade estava reduzida a cerca de três mil homens, mas não só. Ali chegavam ecos de outras cidades francesas que haviam sido libertadas pelas Forças Francesas do Interior. Qual era, então, a lógica de manter Paris em lume brando à espera das tropas aliadas? A mensagem, sobretudo da fação comunista, passada por Henri “Rol” Tanguy, era a de que os “hunos” (assim chamavam aos alemães) nada poderiam fazer se toda a população saísse à rua, tomando lugares nas barricadas. Nesta altura, apelos do género já eram bem mais do que retórica mobilizadora. Havia mesmo a ideia de que seria possível libertar a cidade sem esperar pelos blindados de Leclerc ou pelo reforço garantido por Patton.

**Barricadas erguidas**

Cerca de 600 barricadas foram erguidas, de 22 a 24 de agosto, nas ruas de Paris e dos subúrbios. Não só os bairros operários das zonas oriental e setentrional da cidade, habitualmente mais ativos, mas também os setores mais pacatos, a ocidente, mobilizaram-se como até então não sucedera. Os parisienses, cansados de esperar, decidiram ser protagonistas da sua própria libertação, e o nervosismo apossava-se dos alemães, não apenas por serem poucos, mas também por não estarem devidamente preparados para enfrentar a guerrilha urbana em tão larga escala.

Um resistente, Robert Blancherie, fez relatos desses momentos em cartas dirigidas à sua mulher, que chegaram aos nossos dias: “As barricadas erguem-se por todo o lado, em pontos estratégicos. Caminhamos para batalhas de rua organizadas, localizadas, julgo eu, em artérias ou pontos importantes. Custa-me ver, como já aconteceu, um miúdo de 17 ou 18 anos a caminhar até à esquina da Rua Campagne-Première com o Boulevard de Montparnasse com uma Browning de bolso na mão, que tem de disparar a cinco metros de distância para surpreender os camiões alemães. Ora, as únicos viaturas alemãs que circulam, atualmente, são blindados ou camiões de patrulha contendo uma dúzia de soldados com armas apontadas em todas as direções. Sentimos um pouco de pena destas crianças desmioladas das FFI, mas também admiração pela sua coragem.”

Se antes da ocupação de França pelos alemães, em 1940, houve um largo período em que nada acontecia, tendo ficado conhecido por “drôle de guerre” (guerra engraçada, ou cómica...), estes dias estavam a ser, não obstante os incidentes com mortes que sempre ocorriam, uma espécie de “drôle d’occupation”, escusado será traduzir. Por exemplo, os representantes da França Livre levaram a cabo ao início da tarde, num edifício de que se tinham apossado na véspera, uma reunião de ministros nomeados por Alexandre Parodi, para preparar a chegada do general De Gaulle. Os alemães souberam disso, cercaram o edifício com alguns tanques e não fizeram nada. Outro sinal de que os alemães estavam francamente debilitados foi a tomada pelos resistentes de jornais que haviam sido colaboracionistas, fazendo-os sair como vozes da Resistência. Ainda antes da libertação, a imprensa clandestina que se publicara até aí deixava de ser necessária.

O jornal comunista “L’Humanité”, logo nessa primeira edição livre de 22 de agosto, dava a entender muita da violência que marcou os primeiros tempos da França libertada, designadamente o triste processo conhecido por “Depuração Selvagem”, em títulos como “Morte aos hunos e aos traidores!” ou “Abaixo os cobardes e os manobradores!”.

Por essa altura, o chefe operacional da Resistência em Paris, Henri Rol-Tanguy, enviara ao comando dos Aliados Roger Cocteau, conhecido como Comandante Gallois, para ten-

tar acelerar a intervenção dos militares na libertação da capital. O argumento principal era a certeza, dada por aqueles que combatiam em Paris, de que a guarnição alemã estava francamente enfraquecida em todos os aspetos: número de tropas, baixo moral das tropas e escassez de meios. Em paralelo, também o general Leclerc, que, como temos dito insistentemente, lideraria o contingente francês que entraria em Paris em primeiro lugar, foi ao encontro do general americano Omar Bradley para exercer novamente pressão. Um e outro tiveram sucesso. Bradley reuniu-se pouco depois com o general Eisenhower, chefe supremo das forças aliadas, fazendo notar que novos desenvolvimentos justificavam ação imediata. Então, finalmente, Eisenhower concordou que tropas deviam avançar sobre Paris, conquanto a libertação da cidade pudesse fazer-se apenas com o uso de forças ligeiras. Ou seja, tal só sucederia com a garantia de que não os esperava em Paris um combate em larga escala e com duração indeterminada. A prioridade era, como sempre havia sido, avançar sobre a Alemanha.

À noite, em Paris, a Resistência recorria à sua emissão radiofónica, que não era usada havia algum tempo. Repetidamente, a cada 15 minutos e intercalado com a Marselhesa, era lançado a todos os parisienses um apelo à rebelião total: chegara o momento de empurrar os alemães para fora da cidade.

**Quando os alemães,** exaustos, tentaram escapar ao chamado "bolso de Falaise", Normandia, em 20 de agosto, o resultado foi o que estas duas fotografias mostram: destruição (e morte) ou rendição das tropas do III Reich

# 6 BERLIM MANDA ARRASAR TUDO

**A Resistência** e a população parisiense, de um modo geral, ergueram em Paris mais de 600 barricadas



Na madrugada de 23 de agosto, o escuro céu de Paris vestiu-se de tons avermelhados. Em confrontos com a multidão insurreta, explosivos lançados pelos alemães mergulharam em chamas o Grand Palais, emblemático edifício concebido para a Exposição Universal de 1900 (palco das provas de esgrima e de taekwondo dos recentes Jogos Olímpicos). As circunstâncias foram acidentais, mas, psicologicamente, causaram algum abalo na população de Paris, que nem imaginava ter já chegado ao comando alemão a ordem direta de Adolf Hitler: todas as pontes de Paris teriam de ser destruídas.

Já abordámos a questão das pontes num dos textos precedentes, não lhe dedicaremos aqui mais espaço. O que importa salientar, neste momento, é que, se os parisienses estavam a ter dúvidas, não é menos verdade que os ocupantes também não sabiam bem o que fazer. Por exemplo, a ameaça feita por um dos comandantes militares alemães de que as barricadas teriam de ser levantadas de imediato, ou seriam arrasadas com o uso de artilharia pesada, não se concretizou. Era apenas um bluff, deixando claro que os alemães não tinham homens nem meios.

As escaramuças sucediam-se, e, ao longo do levantamento de Paris, as baixas eram similares entre polícias franceses, integrados na Resistência, e soldados alemães, ultrapassando as seis dezenas em ambos os casos. Mas entre os civis, incluindo combatentes não fardados das Forças Francesas do Interior, as vítimas mortais aproximavam-se das cinco centenas. Os bairros operários da cidade eram aqueles onde as baixas eram mais significativas, mas isso não demovia os parisienses. Por exemplo, nessa quarta-feira, 23 de agosto, houve várias ações contra comboios alemães, em túneis da cidade, que resultaram na captura de dezenas de soldados e na apropriação de bens essenciais, particularmente alimentos.

À noite, o comandante alemão de Paris, Dietrich von Choltitz, já admitia, em comunicações internas, que a si-

**Nos dias decisivos**
os alemães que permaneciam em Paris foram combatidos por militares e civis

O incêndio do Grand Palais foi acidental, mas temeu-se que fosse deliberado e um passo para a destruição da cidade



tuação estava absolutamente descontrolada, com as tropas dispersas por Paris e sem linhas de abastecimento para as posições que ocupavam, devido à proliferação de barricadas. Inclusivamente (e voltamos, afinal, à história das travessias do Sena), o general dizia-se incapaz de cumprir as ordens de Hitler, pois não conseguia que os seus homens acedessem às pontes para detonar as cargas aí colocadas. Von Choltitz pretenderia, com esta nova postura, salvaguardar a retirada das suas tropas, mas não eram apenas dele as informações que chegavam a Berlim. Um grupo de reconhecimento de Gestapo, enviado dias antes, chegou aos subúrbios mas não avançou para a cidade, ao reconhecer que fazê-lo seria um suicídio inconsequente, disso dando conta às chefias do Reich.

**Notícia antes do tempo**

Mesmo sendo essa a relação de forças, Paris não estava ainda nas mãos dos franceses, e uma comunicação radiofónica dos responsáveis da França Livre, anunciou, mesmo sem dizer que a capital já se encontrava liberta, que os alemães estavam batidos em toda a linha. Ainda não era essa, porém, a realidade no terreno, mas tal proclamação fez com que a libertação de Paris fosse noticiada antes do tempo, um pouco por todo o mundo ocidental (entenda-se por ocidental, aqui, os Aliados). E era essa, também, a informação que já circulava por toda a França: a vitória das Forças Francesas do Interior na capital, o fim anunciado do pesadelo iniciado quatro anos antes. Obviamente, essa comunicação foi deliberada e não resultou de qualquer erro de avaliação, podendo obedecer a vários objetivos, como seja enaltecer o papel da Resistência (antes que os Aliados colhessem os louros), ou ainda pressionar decisivamente os Aliados para pôr termo às hesitações e, de uma vez por todas, avançar com tropas sobre Paris.

Por essa altura, a "Divisão Leclerc", isto é a Segunda Divisão Blindada, força francesa (embora cheia de espanhóis) que seria a primeira a entrar em Paris, permanecia estacionada em Argentan, a cerca de 170 quilómetros para oeste. Já circulava entre esses militares a ideia de que rumariam a Paris no dia seguinte, bem cedo, e obviamente que tinham essa perceção, pois os preparativos para pôr a caminho uma tal coluna militar, com cerca de quatro mil veículos, incluindo duas centenas de tanques, e 16 mil homens, eram complexos e não podiam ser feitos discretamente. E assim foi. Essa impressionante coluna avançou finalmente rumo à cidade-luz, e pelo início da tarde Leclerc já se encontrava em Rambouillet, a cerca de 40 quilómetros do coração de Paris. Daí planeou atacar a cidade em dois pontos distintos: a oeste, em linha direta a partir de Rambouillet, e a sul.

No dia 24, já de noite, parte da "Divisão Leclerc" percorreria as ruas de Paris.

# 7

# OS PRIMEIROS LIBERTADORES

**Viatura da chamada Divisão Leclerc** circulando em Paris, com a população a vitoriar os soldados

Os franceses seriam os primeiros a entrar em Paris, como no início de todo o processo havia sido acordado por De Gaulle e Eisenhower. Porém, o avanço não era tão célere como pretendiam os generais americanos, não propriamente por inoperância da coluna francesa, mas porque esta teve de enfrentar várias posições alemãs na aproximação à capital. Essa aproximação, sublinhe-se, valeu à "Divisão Leclerc" 71 soldados mortos e 225 feridos, além da perda de 35 viaturas.

O "Exército libertador" (perdoe-se a analogia com as tropas liberais portuguesas que, em 1832, desembarcaram em Pampelido e marcharam sobre a cidade do Porto) estava já muito perto, em Paris não se falava de outra coisa e as notícias do avanço propagavam-se com inusitada rapidez, tanto através de emissões radiofónicas como em jornais que eram escritos, impressos e postos a circular ao ritmo a que os acontecimentos progrediam.

A Raymond Dronne, um civil investido em funções militares na França Livre, com a patente de capitão, coube a honra de liderar uma coluna enviada à frente, para anunciar a Paris a iminente chegada do grosso da 2.ª Divisão Blindada. Essa coluna, a 9.ª Companhia do Regimento de Marcha do Chade, era composta, quase integralmente, por republicanos espanhóis, tendo por isso ficado conhecida como "La nueve" (a nove), e entrou em glória na cidade, contornando barricadas e atraindo multidões. Veja-se o testemunho do condutor do "Montmirail", um dos blindados:

"Com tanta gente completamente extasiada com a loucura do momento, beijavam-nos nas caras e nas boinas. Os nossos rostos enegrecidos ficaram rapidamente pintados com batom. As pessoas davam-nos garrafas de vinho, que guardávamos em segurança dentro do tanque. Distribuímos pacotes de bolachas, pedacinhos das nossas rações de combate ou de chocolate e, claro, retribuímos os beijos que nos foram dados e abraçámos as pessoas por quem lutávamos. Para abrir caminho por entre a multidão, o tenente decidiu dar alguns toques de sirene, enquanto

avançava com muita delicadeza. Comecei a dizer aos que estavam dentro e à volta do tanque que deviam descer, e os que estavam em redor começaram a empurrar e a gritar: "Saiam!" Isto revelou-se eficaz, e começámos a ver claramente à nossa frente. Seguimos atrás do 'Romilly' [nota: o nome dado a outro tanque Sherman M4A2] muito lentamente, porque o caminho era muito estreito. Toda a gente estava a gritar não sei o quê e a dizer-nos adeus com as mãos. Respondemos e acenámos como gladiadores a entrar na arena. Que momento para um soldado viver! Momentos que vivem na nossa alma para sempre!"

**A voz de Nôtre-Dame**

Ao cair da noite, a coluna de Dronne estava estacionada junto ao Hôtel de Ville. As multidões chegavam de todo o lado, dando vivas e cantando a Marselhesa. Por entre os festejos ainda se ouviram rajadas de metralhadora. Os alemães permaneciam na cidade, a operação não estava concluída. Porém, nada podia suster a euforia nascida de quatro anos de angústia e sofrimento. O sino grande da catedral de Nôtre-Dame, que permanecera silencioso ao longo de toda a ocupação, começou a tocar a rebate. Sem grande demora, todos os sinos de todas as igrejas repicavam com a euforia de quem comandava as badaladas.

Do lado dos militares alemães percebeu-se de imediato que nada havia a fazer, mas Von Cholitz decidiu permanecer em Paris com os seus colaboradores mais próximos, para se render e entregar ao general Leclerc a cidade que se recusara a destruir. Von Cholitz foi depois feito prisioneiro de guerra, tendo estado em Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos, sendo libertado em 1947, sem acusações formais, e regressando à Alemanha. Passados uns anos, publicou um livro intitulado "Brennt Paris? – Adolf Hitler" ("Paris está a arder? – Adolf Hitler"), no qual defendeu a tese de ter desobedecido a Hitler, que entendia ter tomado irreversivelmente o caminho da loucura.

**Grande parte da divisão blindada** "francesa" era formada pelos espanhóis de "La Nueve"

**Na página seguinte,** a alegria de poder erguer a bandeira tricolor junto ao Hôtel de Ville da capital francesa



A entrada em Paris da coluna chefiada por Raymond Dronne não significava ainda a efetiva libertação da capital francesa. Na quente manhã de 25 de agosto de 1944, que os relatos apontam como tendo sido um dos dias mais lindos do ano, evidentemente tomados pela emoção, o grosso da 2.ª Divisão Blindada, do general Leclerc, percorreu em apoteose as ruas de paris, com as pessoas a cobrirem os blindados com bandeiras tricolores e com flores. Mas os alemães ainda não tinham abandonado a cidade. Permaneciam em Paris alguns milhares de soldados da Wehrmacht, abrigados pelos seus carros blindados e entrincheirados em locais específicos. Decididamente, perceberam nesse dia os comandantes alemães, não chegaria qualquer tipo de reforço para auxiliar a guarnição de Paris, e as circunstâncias eram claras: militarmente, os Aliados esmagariam o que dela restava. Todas essas movimentações de tropas, e ainda algumas ações espontâneas da Resistência, ocorreram antes da rendição de Von Cholitz, que não se entregou voluntariamente, mas foi retirado do seu quartel-general, o Hotel Meurice, sob ordem de prisão. Mesmo depois de este general assinar a rendição, muitas das tropas alemãs recusavam-se a acreditar e permaneciam dispostas a combater.

Os combates persistiram, após a rendição, com as tropas da 2.ª Divisão Blindada a atacar algumas posições fortes dos alemães, caso da École Militaire, onde a guarnição germânica acabou por se render depois de sofrer algumas dezenas de baixas. Noutros locais, os alemães renderam-se de imediato, sem trocas de tiros. Passo a passo, as tropas alemãs remanescentes foram totalmente controladas, e a população parisiense, traumatizada por quatro anos de ocupação, aproveitou todas as oportunidades para tentar humilhar os carcereiros agora manietados.

Entretanto, o general De Gaulle já estava em Paris, pronto a apresentar-se como grande libertador e a lançar-se no caminho político que prosseguiria daí para a frente.

# 8
# GLORIFICAÇÃO DO GENERAL

APRÈS QUATRE ANS D'ESPOIR ET DE LUTTE

ÉDITION DE 5 HEURES

COMBAT

DE LA RÉSISTANCE À LA RÉVOLUTION

LES TROUPES FRANÇAISES entrent dans la capitale libérée

La nuit de la vérité

DE GAULLE serait aujourd'hui à Paris

UN JOUR DE BATAILLES et une nuit d'enthousiasme dans Paris libéré

DE FONTENAY-AUX-ROSES A PARIS avec une colonne Leclerc

SACHA GUITRY Jérôme Carcopino, Paul Chack et quelques autres ont été arrêtés

LYON et BORDEAUX ont été libérés hier

Le Havre et Rouen menacés

Les S.S. installent Pétain et ses ministres dans des châteaux du Jura

**Jornal da Resistência** do dia 25 de agosto, anunciando a chegada a Paris do general De Gaulle

A data, escrita no cabeçalho, é a de 26 de outubro de 1944. É também especificado que se trata da edição parisiense, fechada às cinco horas da manhã, e destaca-se que o jornal é gratuito. Por baixo do título do periódico – "L'Humanité" –, lê-se "Órgão central do Partido Comunista Francês". Na manchete, apesar de ser o primeiro dia após a libertação da capital francesa, dá-se conta da aniquilação dos últimos

inimigos presentes na cidade, e do povo unido, de uma ponta a outra de França, "para exterminar o invasor". Mas o destaque que aqui queremos fazer é a mancha central dessa primeira página, apelando à mobilização dos leitores: "Às 15 horas, do Arco do Triunfo a Nôtre-Dame, o povo unânime aclamará o general De Gaulle".

Paris acordava, nesse dia, em ressaca da sua espontânea festa libertária, que tinha dado um pouco para tudo, mas precisava efetivamente de acordar, pois nada estava terminado, além da ocupação da cidade. Teria, obviamente, de haver um esforço de reconstrução (bem menor do que seria se as ordens de Hitler tivessem sido cumpridas), a guerra não terminara e os franceses teriam de ocupar o seu lugar junto dos Aliados, e a França teria de reemergir como Nação livre ao cabo de quatro anos de asfixia. Era, desde logo, o momento de avançarem os que pretendiam ter papel decisivo na governação da França renascida, sobre todos Charles de Gaulle. A popularidade que granjeara durante a ocupação, como lí-

**De Gaulle** e a sua comitiva iniciando a caminhada apoteótica do Arco do Triunfo a Nôtre-Dame

der da França Livre e através das suas sistemáticas emissões radiofónicas difundidas pela BBC, era incontornável. De tal forma que até os comunistas, que normalmente seriam adversários encarniçados do general, viam-se forçados a noticiar dessa forma calorosa o triunfo dele nas avenidas de Paris. Seriam maiores os danos políticos se não o fizessem.

Mesmo entre os Aliados, De Gaulle fez valer o peso dessa sua nova circunstância. A prioridade, para toda a cadeia de comando sob a alçada de Dwight D. Eisenhower, era avançar sobre o inimigo e empurrá-lo para a Alemanha, em busca da vitória final, mas o líder francês conseguiu fazer com que parte da "Divisão Leclerc" participasse na sua parada triunfante, quando era já suposto que todos esses meios permanecessem concentrados no combate aos alemães, a norte de Paris.

O desfile de De Gaulle, nessa tarde de 26 de agosto, foi um sucesso absoluto. Não só para o general fortalecer o seu próprio prestígio, essencial para a carreira política que iria prosseguir, mas também para mostrar que o poder em França regressara a mãos francesas. Algo que, como já sugerimos, surgia também na primeira página de "L'Humanité", citando em letras gordas o próprio De Gaulle: "A guerra prossegue, e a França tem de estar na vanguarda das grandes nações".

**Tiroteios na festa**

Todo o percurso do general De Gaulle obedeceu, claro, a uma cuidada encenação, obviamente condimentada pela espontaneidade da população em delírio: revista às tropas e deposição de flores no túmulo do Soldado Desconhecido, mesmo sob o Arco do Triunfo (mandado erguer por Napoleão Bonaparte, que nunca o viu construído, apenas o conheceu enquanto estrutura efémera de madeira e tela pintada). Mesmo De Gaulle, inicialmente incomodado com a ruidosa euforia da multidão, que roubava solenidade ao momento, acabou por compreender que a grandeza da mobilização popular não só era incontornável como lhe era benéfica. Não é possível, ainda hoje, quantificar a mole de gente que se aglomerou nos Campos Elísios, vendo o cortejo do "libertador" rumar à Praça da Concórdia, que encheu a Rua de Rivoli, com a comitiva a passar o Louvre e a seguir até ao Hôtel de Ville, onde De Gaulle "improvisou" o inflamado discurso de "Paris libertada" que citámos no início deste dossiê. Depois, sempre movimentando-se através de um mar humano, De Gaulle cruzou o Sena pela Pont dArcole, para assistir a uma missa celebratória programada para Nôtre-Dame, mas sem a presença do arcebispo de Paris, conotado com o regime de Vichy.

Eufórico mas não pacífico, o desfile foi perturbado com algumas trocas de tiros, inclusivamente junto à catedral: ouviram-se disparos, as tropas libertadoras ripostaram, em direção dos sinos de Nôtre-Dame, e a situação normalizou-se, com a missa a realizar-se, embora tenha sido também perturbada por disparos, no interior do monumento. No meio de tudo isso, mais de uma centena de pessoas ficaram feridas, nalguns casos por projéteis, na maioria em resultado da confusão gerada pelo pânico. O próprio De Gaulle haveria de desvalorizar esses incidentes, notando que nesse tempo havia armas um pouco por toda a parte, bastando alguém puxar o gatilho, até com intenções festivas, para se desencadear um tiroteio sem qualquer sentido.

O grande efeito da parada foi, efetivamente, demonstrar o inequívoco e generalizado apoio popular a De Gaulle. Diga-se, porém, que os efeitos políticos não lhe foram totalmente favoráveis. Num primeiro momento, mantendo a liderança que já havia assumido na França Livre, ou seja, no governo no exílio, durante a ocupação, o general chefiou, de 1944 a 1946, o Governo Provisório da República Francesa, sem ser eleito, sendo chefe de Estado de facto a partir do dia da libertação de Paris, 25 de agosto de 1944. Quando em 1946, no famoso "discurso de Bayeux", propôs a sua visão de organização do Estado, esta não foi bem aceite, e De Gaulle entrou num período de travessia do deserto. Outros foram entretanto eleitos para o cargo de presidente da República – Vincent Auriol (1947) e René Coty (1959) –, e De Gaulle só regressou à cena pública em 1958, quando foi eleito para o primeiro de dois mandatos sucessivos como primeira figura da

**A parada** do dia 25 de agosto levou às ruas de Paris (aqui, aos Campos Elísios) multidões nunca antes vistas

VIVE DE GAULLE

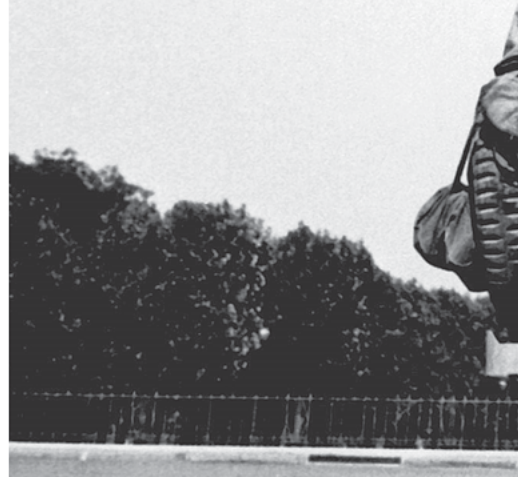
Depois da Divisão Leclerc, soldados americanos chegaram a Paris, mas a guerra prosseguia a norte

República Francesa, cumpridos de janeiro de 1959 a abril de 1969, altura em que se demitiu após derrota num referendo constitucional.

### Últimas bombas alemãs

Mas não nos dispersemos e voltemos a Paris, no dia 26 de agosto de 1944. "Paris é uma festa", o cliché em que se transformou o título de uma afamada obra de Ernest Hemingway, não durou o dia inteiro. Pelas 23h00, uma centena de bombardeiros da Luftwaffe, que haviam partido da Bélgica com o intuito de bombardear as linhas de abastecimento da capital francesa, acabou por lançar bombas sobre determinados setores da cidade, embora os alemães tenham depois dito que não era esse o plano original. As baterias antiaéreas americanas não foram eficazes, e a população não foi devidamente alertada. Bombas incendiárias caíram no 18.e arrondissement (novamente a zona de Montmartre, que havia meses antes sido atingida pelos bombardeiros dos Aliados) e nos subúrbios, matando 189 pessoas e ferindo cerca de nove centenas.

Enfim, por essa altura o domínio de Paris era já totalmente francês, com a rendição de todos os alemães que haviam permanecido na cidade. Todavia, os combates prosseguiam não muito longe, para norte. Voltar à normalidade foi, obviamente, um processo demorado, tanto mais que a guerra prosseguia, o que significava que, afinal, não havia ainda normalidade possível. Os serviços voltavam a funcionar, mas de forma muito precária, caso do metro, e tudo o que fossem espaços de entretenimento, como teatros ou cinemas, ainda teria de esperar mais. Paris não era uma festa. O abastecimento de bens alimentares era altamente deficitário, o desemprego era altíssimo e, a cada passo, descobertas macabras (grupos de cadáveres evidenciando sinais de tortura, coisas assim) deixavam ainda mais nítidos os horrores da ocupação nazi. E por ali, como em toda a França, a depuração já estava em curso. Efetivamente selvagem, sobretudo através de execuções sumárias, sem julgamento que não a decisão tomada no local por homens armados, de cidadãos considerados colaboracionistas.

Demorou anos para que Paris voltasse a ser uma festa. E todos os grupos envolvidos, do lado francês, tentaram construir uma mitologia em torno deles próprios: os gaullistas, todas as fações no seio da Resistência, os Aliados... Até os alemães, como Von Choltitz, que, com a rendição, conseguiram de algum modo, nos anos seguintes, branquear a sua participação no horrendo regime de Adolf Hitler. Mas voltou a ser uma festa, e deixou de ser, tantas vezes, com horrores que nos são bem próximos no tempo. Mas sempre Paris, como é vulgar dizer-se.

Matricula dos nomes, moradas e ocupaçoens dos Cidadoens Portuguezes, que tem votto na factura Eleição para Deputados de Cortes pertencentes a esta freguezia de Santa Maria de Vinha de Areoza destrito pella ordem Alfabetica na Conformidade da Lei das Cortes para as futuras Eleiçoens que principião em o dia 28 de Agosto do prezente anno de 1822

| | Nomes | A | Moradas | Nº | Ocupaçoens |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Antonio Affº Broia | | Lugar de Alem do Rio | 258 | Lavrador |
| 11 | Antº Friz de Carvalho | | Lugar de Alem do Rio | 252 | Lavrador |
| 10 | Antº Eanes da Lage | | Idem | 222 | Idem |
| 4 | Antº Affº Prado | | Idem | 219 | Idem |
| | | A | Lugar de Arioza quadrilha do meio | | |
| 5 | Antº Affº Pires | | Quadrilha do Meio | 178 | Lavrador |
| 13 | Antº Miz Baganha | | Idem Lavrador | 184 | Idem |
| 15 | Antº Neto Seigo | | Idem | 182 | Idem |
| 17 | Antº Parente Galião | | Idem | 151 | Idem |
| 7 | Antº Alz Tequito | | Idem | 156 | Idem |
| 1 | Agostinho Friz de Carvalho | | Idem | 125 | Idem |
| 6 | Antº Alz Ferreiro | | Idem | 144 | Idem |
| 22 | Antonio Vieitas Bispo | | Idem | 106 | Idem |
| 18 | Antº Roiz Lima | | Idem | 101 | Idem |
| 14 | Antº Miz Loureiro | | Idem | 92 | Idem |
| | | A | Lugar da Pavença | | |
| 21 | Antº Vieitas | | Quadrilha da Pavença | 47 | Idem |
| 20 | Antº Roiz A. Pinto | | Idem | 36 | Idem |
| 12 | Antº Pirez Dias | | Idem | 5 | Carpinteiro |
| 18 | Antº Pires Moreira | | Idem | 35 | Lavrador |
| 2 | Amaro Glz Parente | | Idem | 68 | Idem |
| 9 | Antº Esteves | | Idem | 165 | Idem |
| 8 | Antº de Amorim | | Idem | 167 | Idem |
| 16 | Antº Parte | | Idem | 169 | Idem |
| | | B | Pavença | | |
| 2 | Bernardo Pires Moreira | | Pavença | 22 | Idem |
| 1 | Berardino Friz Vieitas | | Idem | | Idem |

# DOS "LIVROS DE MATRÍCULA" AOS "CADERNOS ELEITORAIS DESMATERIALIZADOS" (1822-2024)

***Portugal foi, em 1822, o segundo país europeu a usar mecanismos de recenseamento eleitoral, seguindo os exemplos de França (1791) e de dois estados norte-americanos: Massachusetts (1800) e Maine (1821)***



Texto de **José Domingues**
(Universidade Lusíada - Porto | CEJEIA)
e **Vital Moreira**
(Universidade de Coimbra | Universidade Lusíada - Porto | CEJEIA)

***«Um dos pontos a que dedicámos mais solícita atenção foi o que diz respeito à organização do recenseamento eleitoral. É a base da eleição, [pois] falseada ela, tudo o mais vem inquinado de um vício de origem, que irremediavelmente desacredita a representação nacional».***
*[Diário do Governo, n.º 71, 30 de março de 1895, p. 841].*

O ano de 2024 foi um ano eleitoral em cheio, em que os cidadãos portugueses foram convocados às urnas para elegerem quatro parlamentos distintos – Assembleia Legislativa Regional dos Açores (4 de fevereiro), Assembleia da República (10 de março), Assembleia Legislativa Regional da Madeira (26 de maio) e Parlamento Europeu (9 de junho). No entanto, terá passado completamente despercebido do público um mecanismo eleitoral que foi criado há mais de duzentos anos e esteve na base de todas as eleições, determinando quem podia votar ou não – o recenseamento eleitoral.

Por trás deste esquecimento estará o facto de o recenseamento eleitoral em Portugal ser hoje em dia feito de forma digital e automática – desde 2008, para os cidadãos portugueses residentes em território nacional (Lei n.º 47/2008, de 27 de agosto), e desde 2018, para os nacionais portugueses residentes no estrangeiro (Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto) –, ou seja, de forma oficiosa e automática pelo Estado, com base na informação do cartão de cidadão (base eletrónica do registo civil), dispensando os cidadãos, nomeadamente aqueles que atingem a maioridade eleitoral, de qualquer ato para se inscreverem nos cadernos eleitorais e, assim, ficarem habilitados para participar em eleições futuras. Mas nem sempre foi assim e, atualmente, ainda há países

Artigo 23

Logo que se publicar o prezente Decreto se formará em cada Freguezia hum Livro de Matricula rubricado pelo Prezidente da Camara, no qual o Parocho escreverá ou fará escrever por ordem alphabetica os nomes, moradas, e occupaçoens de todos os moradores que tiverem voto na eleição. Estas matriculas serão verificadas pela Camara, e se publicarão sem perda de tempo para se poderem notar, e emendar quaesquer inexactidoens antes da reunião das Assembleas eleitoraes.

em que os eleitores têm de se registar para, no dia das eleições, poderem exercer o seu direito de voto (por exemplo, nos Estados Unidos).

A França foi o primeiro país a adotar o recenseamento eleitoral oficioso, consagrando-o na Constituição de 1791 (Título III, Capítulo 1, Secção IV, Art.º 4.º). A divulgação e o desenvolvimento deste instituto eleitoral verificou-se ao longo do século XIX, fruto da necessidade de se ajustarem as práticas eleitorais antigas à nova realidade eleitoral, sobretudo por causa do exponencial alargamento da base eleitoral ativa (dos eleitores) e passiva (dos elegíveis), mas também por causa das restrições impostas ao sufrágio, que determinavam que se separassem quer os "cidadãos ativos" dos "cidadãos passivos" (com e sem direito de voto, respetivamente), quer os eleitores dos elegíveis (que não abrangiam todos aqueles). Depois da França, o registo de cidadãos para fins eleitorais foi instituído na primeira metade de Oitocentos: no Massachusetts, EUA (1800); no Maine, EUA (1821); em Portugal (1822); no Reino Unido (1832); na Espanha (1834); na Pensilvânia, EUA (1836); no Connecticut, EUA (1839); no Brasil (1842); na Colômbia (1843); e na Nova Gales do Sul, Austrália (1843).

Incontestavelmente, nos dois últimos séculos, o recenseamento eleitoral converteu-se numa trave-mestra do sistema político representativo, funcionando como fator determinante da legitimidade do sistema eleitoral. Portugal figura entre os países pioneiros, apenas ultrapassado pela França e por dois estados federados norte-americanos. Este artigo versa, ainda que sumariamente, sobre o respeitável passado histórico percorrido pelo registo eleitoral português, como suporte irrefutável do sistema representativo/eleitoral, desde 1822 até à atualidade



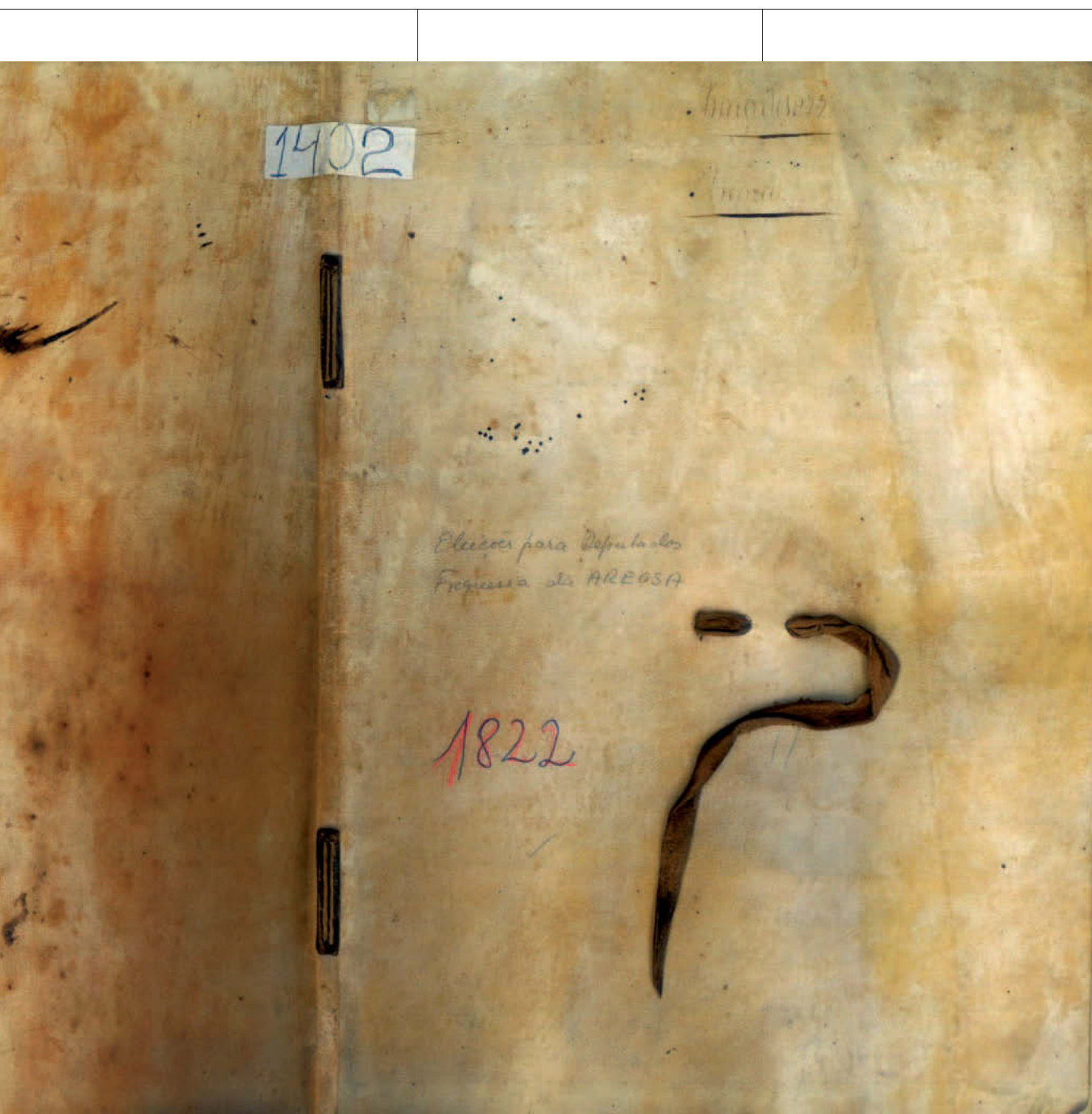
### Censo eleitoral antes da Revolução de 1820

Antes do período eleitoral moderno, inaugurado entre nós pela Revolução Liberal de 1820, não havia recenseamento formal dos eleitores, nem nas eleições dos cargos municipais, nem nas eleições dos procuradores municipais às Cortes (enquanto estas foram convocadas, até ao final do século XVII). A identificação dos eleitores e o seu número resultavam de normas consuetudinárias, que restringiam o direito de voto à nobreza local e aos "homens bons" (proprietários de terras, comerciantes, mercadores, profissionais liberais, magistrados judiciais ou administrativos, letrados em geral, etc.), ou seja, à elite municipal da época, cujos membros eram relativamente fáceis de identificar, até porque o número de concelhos era elevado (cerca de 800) e a sua população era, por isso, em geral reduzida.

Curiosamente, no final do século XVI, na passagem para o Estado absoluto, o poder monárquico português resolveu estabelecer um recenseamento eleitoral passivo a nível concelhio (para os elegíveis aos cargos municipais, mas não para os procuradores às Cortes), o que lhe permitiria controlar a eleição dos membros das câmaras municipais do país, limitando a tradicional autonomia medieval do poder local.

Em carta de 6 de maio de 1596, o rei D. Filipe I determinou que, de três em três anos, a Câmara da cidade de Lisboa elaborasse uma pauta onde se registassem os nomes de vinte até trinta "cidadãos honrados", para que, de en-

**Fragmento da Lei Eleitoral de 1822**, decretando a feitura de um Livro de Matrícula em cada freguesia

**Livro de Matrícula** elaborado pela freguesia de Areosa, no concelho de Viana do Castelo, em 1822

tre os arrolados, se elegessem os que houvessem de servir os ofícios concelhios nos três anos seguintes. A lista tinha de ser revista e confirmada pelo corregedor da comarca (um magistrado régio), que avaliava se todos os cidadãos recenseados estavam suficientemente habilitados para o desempenho das funções para que viessem a ser designados. Na eventualidade de considerar que alguns dos cidadãos indicados eram inaptos, ordenava à Câmara que os retirasse da pauta e os substituísse por outros. As listas apuradas eram enviadas ao rei, que as remetia ao presidente da Câmara (que era o juiz de fora, também de nomeação régia), com ordem para que a eleição do triénio seguinte fosse feita exclusivamente a partir da pauta camarária dos elegíveis, ficando eleitos os que obtivessem "mais votos" (maioria simples).

No início do século XVII, o ensaio feito na capital foi adaptado e estendido a todo o país. Para evitar que se elegessem pessoas incapazes e sem qualidades para servirem no governo das terras, o monarca determinou que o corregedor de cada comarca formasse três cadernos (um para os vereadores, outro para os procuradores e outro para os restantes cargos concelhios) com os nomes, idades (mínima de 25 anos) e dados pessoais, sociais e profissionais daqueles que seriam os mais aptos para o exercício de cada cargo municipal. Para o efeito, previamente ao dia das eleições, o corregedor selecionava dois ou três homens naturais da terra, escolhendo dos mais antigos e nobres, que fossem de

EDITAL.

*Ao Senado da Camera baixou a Regia Portaria do theor seguinte:*

PORTARIA.

Constando a Sua Alteza, a Serenissima Senhora INFANTA REGENTE; que nas Listas, que se tem affixado nas Igrejas desta Cidade, e seu Termo, se notão, algumas faltas de Pessoas, que de certo não só são habeis, para Elleitores de Parochia, e Provincia, mas até, para serem elleitos Deputados; Manda Sua Alteza, em Nome de ELREY Declarar, que as Relações remettidas pelos Superintendentes das Decimas, e as Listas, que fourão feitas pelas Commissões de recenceamento hão de ser tomadas, na mais seria consideração depois de concluidas as Elleições para serem severamente arguidos todos aquelles, que, ou por froxidão, ou por malicia, faltarão aos seus deveres na compozição das ditas Relações, e Listas. E outro sim, que sendo todas as pessôas legalmente habeis para votar, interessadas no bom resultado das Elleições, a cada huma incumbe examinar se o seu nome foi incluido nas respectivas Listas, para o fim de fazer nos dias, que ainda restão nesta semana, as suas reclamações ao Senado; merecendo os que a isso faltarem huma notta, que muito deve manchar o seu credito, e reputação, pois são responsaveis pelos males, que vierem á Patria, em resultado de huma má Elleição, que elles quanto he da sua parte bem podião obviar; sendo finalmente o dever do homem probo não faltar ás Elleições Parochiaes, e concorrer a ellas no momento da reunião: O que tudo Sua Alteza, Manda Participar ao Senado da Camara para sua inteligencia, e para que o faça constar immediatamente por Editaes, que serão affixados nas portas das Igrejas Parochiaes desta Cidade, e seu Termo. Palacio de Cintra em 12 de Setembro de 1826. — Francisco Manoel Trigozo de Aragão Morato.

*Manoel Cypriano da Costa.*

NA REGIA TYPOGRAFIA SILVIANA. 1826.

**Capa do Livro** de Matrícula da freguesia de São João Baptista, Alhandra, para as eleições de 1822

**Decreto (1826)** da infanta regente Maria da Glória, futura D. Maria II, contra irregularidades no recenseamento



boa consciência, zelosos do bem público e já tivessem servido nos ofícios da câmara. Os informadores escolhidos, depois de prestarem juramento aos Santos Evangelhos, identificavam as pessoas mais reputadas para desempenho dos cargos municipais eletivos, tendo em consideração os seguintes critérios:

"Se eles ou os seus pais e avós costumavam andar na governança; quais os parentescos que há entre eles e suas mulheres, em que grau e que amizade ou ódio havia entre si; a idade de cada uma das ditas pessoas; se era criado do rei ou o foi de outrem e de quem; que ofícios e fazenda têm; se vive nos ditos lugares ou em seus termos; se são naturais da terra ou o foram ou não seus pais e avós; se foi oficial mecânico e de que ofício e quanto há que o deixou de servir, ou se o foi seu pai e avós; se têm hábito com tença ou sem ela e de que ordem".

De seguida, conforme o complexo procedimento de seleção previsto nas Ordenações Filipinas (Liv. I, Tít. 67): (i) elegia-se uma comissão eleitoral de seis eleitores para, apartados em três grupos de dois, prepararem três listas (uma por cada grupo dos dois eleitores) com os nomes dos elegíveis para os vários cargos do concelho; (ii) depois de escrutinadas as listas, os nomes dos elegíveis apurados eram escritos em papel ou pergaminho, sendo inseridos nos respetivos "pelouros" (bolas de cera); (iii) cada "pelouro" era colocado no respetivo saco dos ofícios; (iv) os sacos eram guardados na arca dos "pelouros"; (v) no dia aprazado para as eleições, em público, de dentro de cada saco eram tirados, à sorte, os "pelouros" para preencher os respetivos cargos.

Entretanto, o corregedor cotejava as listas apresentadas pelos eleitores com as listas que previamente tinha apurado junto dos informadores e, no caso de haver divergências entre elas, consultava de novo os ditos informadores, para apurar as razões dos eventuais desvios e, se assim o concluísse, completar os cadernos municipais dos ele-

gíveis. Desta forma, as pessoas suscetíveis de serem eleitas/sorteadas para os cargos municipais passaram a ser diretamente fiscalizadas pelo magistrado superior do rei, o corregedor da comarca, que estava obrigado a comunicar as pautas camarárias dos elegíveis ao poder monárquico central.

### Proposta precursora de António Carlos de Melo (1821)

As primeiras eleições modernas em Portugal, as das Cortes Constituintes de 1820, também não foram precedidas de qualquer recenseamento formal dos eleitores. Sendo o direito de voto reconhecido a praticamente todos os cidadãos do sexo masculino, com a idade prevista na lei eleitoral, a identificação dos eleitores era feita pela mesa eleitoral (de que fazia parte o respetivo pároco, plausivelmente, munido dos registos paroquiais, que terão desempenhando um papel determinante na identificação dos eleitores), no primeiro ato do procedimento eleitoral, a nível da paróquia.

Em outubro de 1821, na pendência da elaboração da Constituição política de 1822, António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa remeteu ao Soberano Congresso Constituinte um projeto para facilitar a eleição de futuros deputados, sugerindo que, entre outras, fosse adotada a medida seguinte: (i) elaborar uma lista com os nomes dos cidadãos que tinham direito de voto; (ii) tornar a lista pública, no mínimo, 15 dias antes do dia fixado para as eleições; (iii) assim, dava tempo para as eventuais reclamações (por omissão no registo) e oposições (por registo indevido) dos cidadãos, a formular perante as respetivas câmaras municipais (Art.º 17º).

Embora em moldes distintos, o recenseamento dos cidadãos com capacidade para votar na eleição dos deputados às Cortes ordinárias viria a ser aprovado pelo Magno Congresso vintista.

### A Lei eleitoral e a Constituição de 1822

Conforme acima referido, Portugal foi o segundo país da Europa a introduzir o recenseamento moderno para os cidadãos com capacidade eleitoral ativa (eleitores), primeiro, no articulado da Lei eleitoral de 11 de julho e, depois, no da Constituição de 23 de setembro, ambos de 1822. Os propósitos primordiais que estiveram na génese deste mecanismo foram: (i) permitir a rápida e fácil identificação das pessoas que se apresentavam na assembleia de voto no dia das eleições e saber se efetivamente podiam ou não votar; (ii) garantir ao eleitor registado o direito de votar; (iii) determinar o local de voto, uma vez que cada eleitor só podia exercer o direito de sufrágio na respetiva freguesia do recenseamento; (iv) evitar a fraude eleitoral, designadamente, impedindo que houvesse votações repetidas por parte do mesmo eleitor ou que um eleitor fosse substituído por outro.

Em síntese, a legislação eleitoral de 1822 determinou que o pároco de cada paróquia fizesse um livro de matrícula (primordial designação do caderno eleitoral), de que constassem, por ordem alfabética, os nomes, moradas e ocupações de todos os cidadãos que, segundo a Constituição e a Lei eleitoral, tinham direito de voto na eleição dos deputados às Cortes. Depois de concluído, o livro de matrícula era remetido à respetiva câmara municipal, para que fosse publicado dois meses antes do dia das eleições (prazo que não foi possível cumprir para as eleições parlamentares de 1822, uma vez que a Lei eleitoral foi aprovada no dia 11 de julho e publicada no dia 29 de julho e a primeira volta das eleições realizou-se no dia 18 de agosto de 1822), e os cidadãos pudessem invocar eventuais lapsos e irregularidades. No dia das eleições, o livro corrigido tinha de estar em cima da mesa de voto, para servir os propósitos para que tinha sido feito.

### Controvérsias sobre o censo eleitoral

A implantação do recenseamento não foi fácil e deu azo a imensas controvérsias inflamadas, que ocorreram ao longo dos dois séculos subsequentes a 1822. Por exemplo, no rescaldo das eleições parlamentares de 1822 – quando o recenseamento eleitoral foi posto em prática pela primeira vez –, gerou-se uma controvérsia entre a Câmara de Penafiel e a inscrição eleitoral do cidadão António Joaquim Freire Marreco, natural da freguesia de São Martinho daquela cidade, negociante estabelecido em Londres, onde era um dos administradores da Fazenda Nacional Portuguesa.

De acordo com o processo que chegou até nós, o caso foi, em síntese, o seguinte: (i) o pároco encarregado do recenseamento da cidade de Penafiel não incluiu no livro de matrícula, por alegado esquecimento, o cidadão António Joaquim Freire Marreco; (ii) em fase de verificação pela edilidade penafidelense (7 de agosto), o nome de Freire Marreco foi mandado acrescentar no respetivo livro de matrícula; (iii) porém, na véspera das eleições (17 de agosto), a Câmara aditou a seguinte verba marginal ao referido nome – "não pode votar", sem mais fundamento; (iv) no dia das eleições (18 de agosto), o cidadão apresentou-se na assembleia eleitoral, mas a mesa de voto não aceitou o seu voto; (v) Freire Marreco reclamou por escrito da exclusão do sufrágio, mas a comissão das dúvidas relativas à eleição (prevista na Lei) não atendeu o seu pedido e, assim, não foi admitido a votar (o que também o excluía de ser eleito). Freire Marreco ainda apelou para o monarca, para que lhe fosse reconhecida a plena capacidade eleitoral ativa e passiva. O rei remeteu a averiguação dos factos para o corregedor da comarca de Penafiel. Desconhecemos o desfecho final do caso.

Na segunda metade do século XIX, o recenseamento eleitoral ainda era um tema bastante sensível e passível de controvérsia, sobretudo em consequência das restrições "censitárias" ao direito de sufrágio, instituídas pela Carta Constitucional de 1826, havendo até propostas para que fosse extinto. Por exemplo, em 1872, o marquês de Sá da Bandeira dirigiu uma carta a Latino Coelho, em que sugeriu a supressão das comissões de recenseamento e a substituição do recenseamento eleitoral pela "relação autêntica do recebedor do concelho", ou seja, do serviço de cobrança de impostos. Em 1878, José Barbosa Leão sugeriu que o recenseamento dos eleitores passasse a ser "uma certidão autêntica da matriz da contribuição industrial de cada freguesia, passada em duplicado pelo escrivão de fazenda e assignada também pelo administrador do concelho, com a declaração de que viu e conferiu". Com base no pagamento deste imposto, seriam preparadas e remetidas ao presidente da assembleia eleitoral duas listas, uma

DESTAQUE



**Numero 154.**  **Anno 1838.**

# Diario do Governo.

SEGUNDA FEIRA 2 DE JULHO.

## Parte Official.

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO REINO.**

Em observancia do Artigo 25.°, §. 1.° da Carta de Lei de 9 de Abril de 1838, se faz por este modo pública a seguinte

*Lista dos altos Funccionarios, que, segundo as disposições da mesma Lei, podem ser eleitos Senadores.*

Agostinho José Pinto de Almeida, *Lente de Prima da Faculdade de Mathematica na Universidade de Coimbra.*
Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas, *Marechal de Campo effectivo*, *separado do quadro do Exercito.*
Antonio Camello Fortes de Pina, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
Antonio da Silva Lopes Rocha, Juiz Relator do Supremo Conselho de Justiça Militar.
Antonio de Azevedo Coutinho, Marechal de Campo reformado.
Antonio de Lacerda Pinto da Silveira, Tenente General reformado.
Antonio Ignacio Cayola, Marechal de Campo reformado.
Antonio Joaquim de Campos, Lente de Prima da Faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra.
Antonio Julio de Frias Pimentel, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
Antonio Manoel de Noronha, Chefe de Esquadra.
Antonio Ozorio de Sousa Castro Cabral e Albuquerque, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
Augusto Pinto de Moraes Sarmento, Marechal de Campo graduado, amnistiado.
Barão da Ponte de Santa Maria, Marechal de Campo graduado.
Barão de Albufeira, Tenente General reformado.
Barão de Alcobaça, Marechal de Campo graduado.
Barão de Argamaça, *Marechal de Campo reformado.*
Barão de Faro, Tenente General reformado.
Barão de Perafita, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
Barão do Vallado, Marechal de Campo reformado.
Barão do Almargem, Marechal de Campo graduado.
Barão do Casal, Marechal de Campo graduado.
Bazilio Cabral Teixeira de Queiroz, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
Bernardo Antonio Zagallo, Marechal de Campo graduado.
Cardeal Patriarcha.
Conde das Antas, Marechal de Campo effectivo.
Conde de Avilez, Tenente General effectivo.
Conde de Lumiares, Marechal de Campo graduado.
Conde do Bomfim, Marechal de Campo effectivo.
Duque de Palmella, Embaixador em Londres.
Duque da Terceira, Marechal do Exercito.
Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, Procurador Geral da Fazenda Nacional.
Francisco Joaquim Carretti, Marechal de Campo graduado.
Ignacio da Costa Quintella, Vice-Almirante.
João Baptista Ribeiro, Lente mais antigo da Academia Polytechnica do Porto.
João Cardoso da Cunha Araujo, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
João da Cunha Sotto-Maior, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
João da Silveira e Lacerda, Tenente General reformado.
João de Vasconcellos e Sá, Marechal de Campo reformado.
João Freire de Andrade Salazar d'Eça, *Marechal de Campo reformado.*
João Manoel da Silva, Tenente General effectivo.
José Cordeiro Feio, Lente mais antigo da Eschola Polytechnica de Lisboa.
José das Neves Mascaranhas e Mello, Conselheiro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça.
José de Sá Ferreira Santos do Valle, Lente de Prima da Faculdade de Filosofia na Universidade de Coimbra.
José Guilherme Lima, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Madrid.
José Ozorio de Castro Cabral e Albuquerque, Marechal de Campo effectivo.
Luiz Ignacio Xavier Palmeirim, Tenente General reformado.
Luiz Manoel Soares, Lente de Prima da Faculdade de Theologia na Universidade de Coimbra.
Luiz Ribeiro de Sousa Saraiva, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
Manoel Antonio Vellez Caldeira Castello Branco, Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
Manoel de Serpa Machado, Lente de Prima da Faculdade de Leis, encorporada na de Direito da Universidade de Coimbra.
Manoel de Sousa Rebello Raivoso, Marechal de Campo reformado.
Manoel do Canto Castro Mascaranhas, Chefe de Esquadra reformado.
Manoel Duarte Leitão, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
Manoel Ignacio de Sampaio e Pina, Marechal de Campo reformado.
Marquez de Sabugoza, Tenente General separado do quadro do Exercito.
Marquez de Saldanha, Marechal do Exercito.
Marquez de Sampaio, Tenente General effectivo.
Marquez de Santa Iria, Tenente General effectivo.
Marquez de Torres Novas, Tenente General reformado.
Pedro Folque, Marechal de Campo graduado.
Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello, Lente de Prima da Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra.
Romão de Arriada, Marechal de Campo reformado.
Visconde de Alhos Vedros, Tenente General effectivo.
Visconde de Beire, Tenente General effectivo.
Visconde de Gerás do Lima, Tenente General effectivo.
Visconde de S. João da Pesqueira, Marechal de Campo effectivo, separado do quadro do Exercito.
Visconde de Semodães, Tenente General reformado.
Visconde de Villa Nova de Gaia, Tenente General effectivo.

**THESOURO PUBLICO NACIONAL.**

3.ª *Repartição.* = *Circular n.° 145.*

Manda a Rainha, pelo Thesouro Publico Nacional, que o Administrador Geral do Districto de Lisboa informe pelo mesmo Thesouro, com a maior urgencia e circumspecção, precedendo as convenientes diligencias, sobre se os Egressos que servem de Amanuenses na respectiva Commissão de Prestações, se fazem merecedores pelo seu trabalho, prestimo, e assiduidade, de continuarem a receber em dia suas Prestações, na conformidade do que se acha estabelecido na Portaria Circular de 4 de Setembro de 1837, n.° 127, propondo as providencias que julgar necessarias sobre este objecto, a fim de que Sua Magestade possa Resolver o que mais conveniente for aos interesses da Fazenda Nacional, e do serviço publico. Thesouro Publico Nacional, 26 de Junho de 1838. = *Manoel Antonio de Carvalho.*

Identicas se expediram aos mais Administradores Geraes.

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA.**

*Pagamentos ordenados desde 6 de Maio até 30 de Junho de* 1838.

| | |
|---|---|
| Despeza do mez de Janeiro do presente anno com os presos das Cadêas da Capital........ | 2:301$852 |
| Despeza do expediente da Relação de Lisboa, saldo da que se fez em o anno findo de 1837.......... | 72$000 |
| Vencimentos dos Empregados das Repartições extinctas em effectivo serviço no Supremo Tribunal de Justiça, e na Secretaria da Relação de Lisboa, desde Maio até Dezembro do anno passado.. | 242$500 |
| Despeza do expediente do Supremo Tribunal de Justiça, do primeiro trimestre do presente anno...... | 82$500 |
| Um quartel por conta ao Governador Temporal do Bispado de Pinhel......................... | 250$000 |
| Vencimentos do Corregedor, que foi de Pinhel, desde Abril de 1834 até Agosto de 1835........... | 167$604 |
| Ditos do Corregedor, que foi de Moncorvo, desde Abril de 1834 até Outubro de 1835........... | 238$623 |
| Ordenados da Secretaria d'Estado, de Março ultimo............... | 1:459$223 |
| Mezada de Março ao Cardeal Patriarcha........................ | 1:000$000 |
| Mezada de Março ao Vigario Geral de Lisboa, Arcebispo Eleito de Lacedemonia.............. | 133$334 |
| Vencimentos de Março aos Empregados da Sé de Lisboa......... | 2:568$830 |
| Ordenados de Março aos Empregados do Supremo Tribunal de Justiça........................ | 2:261$942 |
| Ditos á Fabrica da Sé de Lisboa. | 500$000 |
| Despeza com a Capella da Luz, de Fevereiro a Abril deste anno.... | 14$400 |
| Por encontro nos Direitos de Mercê e Sello da Commenda da Ordem de N. Senhora da Conceição de Villa Viçosa, ao Juiz da Relação de Lisboa, Antonio Bernardo da Costa Cabral, relativo a diversos mezes de seus ordenados......................... | 170$000 |
| Por encontro nos Direitos de Mercê e Sello da Commenda da Ordem de N. Senhora da Conceição de Villa Viçosa, ao Juiz da Relação de Lisboa, José Caetano de Campos, por conta dos mezes | |
| | 11:462$313 |

**Lista de elegíveis** para o Senado (câmara alta) publicada no Diário do Governo, em julho de 1838

com o rol dos cidadãos que podiam votar e outra com o rol dos que estavam impedidos de o fazer. Para Barbosa Leão, acabar com o recenseamento acarretava várias vantagens:

"Poupam-se muitas despesas às câmaras, muitos e muito impertinentes incómodos e muito trabalho não retribuído a particulares, e tempo a funcionários judiciais, administrativos e fiscais, e seca-se uma fonte abundantíssima de irregularidades, ilegalidades e escândalos, que desmoralizam uns e indignam outros".

No entanto, essas objeções ocasionais não impediram a consolidação da instituição do recenseamento eleitoral. Desde 1822, o recenseamento eleitoral dos cidadãos eleitores fez parte integrante das sucessivas leis eleitorais, sendo, porém, afastado do articulado de todas as constituições sucessoras à de 1822 – a Carta Constitucional de 1826 e as Constituições de 1838, 1911 e 1933 omitiram qualquer referência expressa ao registo de eleitores –, só voltando a ter consignação constitucional na atual Constituição da República Portuguesa, em 1976. O recenseamento eleitoral tornou-se mais importante para determinar a qualidade de eleitor quando, nos regimes constitucionais posteriores a 1822, o direito de sufrágio passou a depender de certas qualificações (meios económicos, chefes de família, literacia, etc.), que excluíam grande parte da população e que careciam de ser verificadas previamente à data da eleição.

Da legislação eleitoral, entretanto promulgada, resultaram múltiplas e profundas alterações ao recenseamento, cuja análise não cabe neste breve estudo (cf. algumas das inovações mais relevantes na cronologia sumária e na bibliografia seletiva, publicadas em anexo).

### Recenseamento eleitoral passivo (elegíveis)

Inicialmente, durante o "triénio vintista", também chegou a ser sugerido o recenseamento eleitoral passivo, ou seja, dos elegíveis, como mecanismo para, pelo menos, atenuar a falta de candidaturas nas eleições das Cortes, um dos grandes obstáculos que o constitucionalismo eleitoral moderno teve de superar. Não havendo lista oficial de elegíveis nem candidaturas prévias, os eleitores tinham dificuldade em selecionar os beneficiários do seu voto, correndo o risco de votar em cidadãos inelegíveis.

Por exemplo, em 1821, um periódico liberal da época publicou um projeto de constituição política, em que propunha a realização de eleições indiretas e sugeria que, previamente à realização das eleições primárias, se formasse «uma pauta ou lista de eleições de todos os homens capazes de serem eleitores [em 2.º grau eleitoral], à vista da qual escolherá o povo» (Astro da Lusitânia, n.º 65, de 7 de fevereiro de 1821). Na sessão das Cortes de 29 de agosto de 1821, o deputado Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato apresentou uma proposta para que, oito dias antes das eleições, a partir dos "mapas e livros de confessados", se selecionassem os "cidadãos que têm direito de ser eleitos" [Diário das Cortes Constituintes (sessão de 29 de agosto de 1821), p. 2070]. No final do ano de 1822, Jerónimo José de Melo remeteu às Cortes um ensaio sobre as eleições diretas, sugerindo que em cada paróquia se nomeasse uma comissão de seis indivíduos para preparar a lista dos candidatos a deputados, mas sem condicionar a liberdade de voto em nomes que não constassem dessa lista. No entendimento deste último:

"Esta medida evitará outro maior inconveniente, qual é o de grande número de cidadãos aceitar listas feitas de ordinário por homens facciosos, que, para fazerem prevalecer o seu partido, se aproveitam da ignorância e credulidade dos outros, pois, sendo certo que o maior número de cidadãos desconhece os que dignamente podem representá-los, é também infalível que ou não comparecem nas assembleias eleitorais ou votam em pessoas que outros lhes inculcam."

Após a entrada em vigor da Carta Constitucional, o registo dos cidadãos com capacidade eleitoral passiva (elegíveis) veio a impor-se, até ao fim da monarquia constitucional, pelo facto de nessa época se tratar de um universo bem mais restrito do que o dos eleitores, sobretudo, por causa dos limites censitários adicionais impostos aos elegíveis, que eram bastante superiores aos exigidos aos eleitores, tanto pela Carta Constitucional, como pela Constituição de

DESTAQUE



O MOVIMENTO ELEITORAL

Eleitometro

1879

1881

1883

1885

Brevete.

REPUBLICA

POLITICA ACTUAL

PORTUGAL

RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO

O resultado das ultimas eleições republicanas em Lisboa estabelece a medida do movimento progressivo com que se vae apertando sobre os factos a grande prensa chamada — a opinião.

11 DE AGOSTO DE 1881 O ANTONIO MARIA 255

**Preparativos eleitoraes**

**Revisão dos recemseamentos pelos regedores de parochia**

**Familia d'opposição. Marido, mulher e tres filhos de maior idade. Não vota ninguem porque se não *desarriscaram*.**

**Familia governamental. Viuva com duas filhas, um tio morto, um irmão no Brazil, e duas vaccas. Somma sete votos. Aqui estão as listas.**



**Eleições** eram tema recorrente do desenho de humor (à esquerda, Rafael Bordalo Pinheiro n'O António Maria)

**Contestação** feroz ao recenceamento em caricatura publicada no derradeiro quartel do século XIX

1838, que vigorou entre 1838 e 1842.

Nesse quadro, eram recenseados os: (i) cidadãos que podiam ser escolhidos para eleitores de província (2.ª fase eleitoral das eleições parlamentares), enquanto se manteve o sistema de eleições indiretas (1826-1836 e 1842-1852); (ii) cidadãos que podiam ser eleitos deputados às Cortes (1826-1910), salvo nas eleições parlamentares de 1822 e nas eleições constituintes de 1836, que foram realizadas sob a égide da Constituição de 1822, havendo apenas recenseamento eleitoral ativo (de eleitores); (iii) cidadãos que podiam ser eleitos senadores, para a câmara alta das Cortes, sob a Constituição de 1836 (1838-1842).

Como é evidente, o recenseamento dos elegíveis tornou-se desnecessário, quando se estabeleceu a prática de apresentação de listas de candidatos pelas forças políticas concorrentes, permitindo a verificação da sua elegibilidade – imposição introduzida pela Lei eleitoral para a eleição de deputados à Assembleia Nacional Constituinte de 1911: Cap. VI. Das candidaturas e das listas eletivas (Art.º 41º a Art.º 49º do Decreto de 5 de abril de 1911) – e ain-

# AO POVO DO CONCELHO DE BRAGA

Cidadãos! Foi hontem praticada n'esta terra a maior das indignidades, a maior das vilanias de que rezam as chronicas eleitoraes d'este paiz! A policia, commandada pelo administrador do concelho *«o castrador de gatos»*, *esse sargento inepto e imbecil* que constitue a vergonha do exercito, invadiu os Paços do Concelho para roubar os livros do recenseamento eleitoral e para prender cidadãos inoffensivos que ahi tinham ido assistir á sessão da commissão recenseadora!

Hontem, por volta do meio-dia, reuniu-se esta commissão sob a presidencia do idiota que ahi dá pelo nome de Balthazar Aprigio. Essa sessão tinha sido convocada pelo seu imbecil presidente para se tomar conhecimento das recusas apresentadas pelos presidentes das assembléas eleitoraes sorteados, e para se proceder á nomeação dos individuos que os deviam substituir. Duvidam? Leiam o proprio officio convocatorio.

**Ill.^mo e Ex.^mo Sr.**

**Venho convidar a V. Ex.ª a assistir á sessão da commissão do recenseamento eleitoral que deve realisar-se amanhã pelas (12) doze horas da manhã, para se tomar conhecimento dos officios de recusa dos presidentes designados para as assembléas eleitoraes e se dar cumprimento ao determinado no § unico do artigo 43 da lei de 21 de maio de 1896.**

**Deus Guarde a V. Ex.ª, Braga, Paço do concelho e sala da sessão da commissão, 27 d'abril de 1897.**

**Ill.^mo e Ex.^mo Sr. Francisco José Rodrigues, vogal da commissão do recenseamento eleitoral.**

O Presidente

(a) *Balthazar Aprigio de Ferreira de Mello e Andrade.*

Pois apesar d'isto, o idiota guardou no seu bolso os officios das escusas e declarou que não os apresentava por considerar illegal a sessão em que os recusantes tinham sido sorteados. Já viram [illegible] mais cabal e completa do torpe servilismo d'um homem, que pelas suas cartas de bacharel formado conquistou da confiança do Ex.^mo Juiz d'esta comarca a immerecidissima honra de ser nomeado presidente da Commissão do recenseamento?!

Desgraçado! não tem sombras de pundonor o homem que assim arrasta pela lama titulos que lhe foram conferidos no tempo em que aos ingenuos ainda se afigurava que, n'aquella alma latrinaria, podia entrar por momentos um raio de luz que a esclarecesse!

Os restantes dos membros da commissão, depois de similhante declaração tão parvoa como tola é a cabeça que a engendrou, constituiram-se em sessão permanente, requerendo immediatamente á auctoridade competente que o intimasse a apresentar os officios que indevidamente retinha em seu poder. O nobre Juiz de Direito assim o fez, e pelas nove horas da noite foi elle levar esses officios ao seio da commissão, que n'essa occasião se achava já presidida pelo digno vice-presidente o Sr. Dr. Gustavo de Lima Brandão, illustre filho d'esta terra que se honra sempre que tem ensejo de prestar homenagem aos distinctos membros da illustre familia de que S. Ex.ª descende. Fez essa entrega com effeito; retirou-se em seguida, mas quando a sessão já estava levantada voltou a entrar acompanhado pelo snr. administrador do concelho com o intuito declarado de rubricar então áquella hora os cadernos do recenseamento! Imbecil! Pois não se lembrou o parvo de que tinha momentos antes declarado por um termo lavrado pelo snr. secretario da administração, que não reconhecia para effeito algum a sessão a que se estava procedendo?! Fundamentalmente estupido! Pois não é certo que se essa sessão era illegal como elle pretendia, não podia tomar a presidencia d'ella para em seguida rubricar cadernos ou praticar qualquer outro acto necessario para o exercicio completo das suas funcções?! Ou ha-de reconhecer que andou mal, quando declarou aos membros da Commissão a sua falta de competencia para a sessão que estavam realisando, ou ha-de reconhecer que teve um procedimento incorrecto, quando mais tarde voltou a assumir a presidencia! Não. O que elle fez foi apenas um acto de velhacaria saloia combinada na sombra por baixo das arvores da Praça Municipal com o administrador do concelho e com os sequazes que o acompanhavam n'esta tremendissima tramoia! Da emboscada sahiu alguma coisa e foi assim que depois de cercarem os Paços do [illegible] depois de prenderem todos os individuos que dentro d'elle se achavam, se apossaram dos cadernos do recenseamento e os fizeram transportar para a casa onde funcciona a auctoridade administrativa! A ninguem pedimos providencias! Os CABRAES estão no seu pleno dominio! Acostumados ás ladroeiras e falcatruas eleitoraes de Baião, querem fazer reviver em Braga esses processos vergonhosos e querem roubar-nos a eleição, que estava vingada por centenares de votos para o nosso illustre candidato, o CONSELHEIRO JACINTHO CANDIDO DA SILVA! Para traz, miseraveis, porque Braga é a terceira cidade do paiz! aqui não se admittem aventureiros que se servem nos seus discursos de phrases roubadas aos manifestos eleitoraes do seu tempo de estudante! Isto não é nenhum burgo podre. Esta terra que tem tido a honra de eleger deputados como Lopo Vaz de Sampaio e Mello, Joaquim Alves Matheus, Manoel Pinheiro Fortuna e outros, não póde agora manchar-se escolhendo um pechisbeque, um polichinello de feira, que ha dois dias aqui nem sequer era conhecido de nome e que hoje para o paiz inteiro, não passa de um desconhecido.

Cidadãos bracarenses! Não vos intimideis com as bravatas e violencias dos mandões do governo, d'esses sequazes maltrapilhos que aboccanham as reputações da gente seria e honesta.

Resisti legal mas tenaz e insistentemente contra as brutaes ameaças d'essa orda de sicarios.

Viva o partido regenerador!
Viva o partido catholico!
Viva o partido da ordem e da moralidade!
Abaixo as violencias cabralinas!
Abaixo os aventureiros e intrujões.
Abaixo a selvageria da auctoridade

*Braga — Typ. de J. M. de Souza Cruz.*

**"A maior** das vilanias de que rezam as chronicas eleitoraes" – panfleto a circular em Braga (1897)

**Na página seguinte**, imagens alusivas ao processo de recenseamento eleitoral na vigência do Estado Novo

da mais quando, tendencialmente, todos os eleitores passaram a ser elegíveis, nos termos da atual Constituição (Art.º 150º da CRP).

## Do recenseamento obrigatório ao recenseamento automático

O sufrágio universal, pela primeira vez instituído entre nós pela Lei eleitoral para a Assembleia Constituinte, em 1974, também não dispensou o recenseamento eleitoral – aliás, feito completamente de novo, por serem imprestáveis os cadernos eleitorais anteriores, feitos durante o regime autoritário do "Estado Novo" –, expressamente regulado no Decreto-Lei n.º 621-A/74, de 15 de novembro, que a Constituição de 1976 veio de novo constitucionalizar. Muito embora o recenseamento eleitoral para o ano de 1976 já tenha sido tratado autonomamente (Decreto-Lei n.º 25-A/76, de 15 de janeiro), foi em 1978 que ganhou plena autonomia legislativa, ao ser separado da Lei eleitoral e, pela primeira vez, ser objeto de uma Lei aprovada pela Assembleia da República (Lei n.º 69/78, de 3 de novembro). O atual regime jurídico do recenseamento eleitoral foi definido em 1999 (Lei n.º 13/99, de 22 de março).

Nos termos da Constituição (atual Art.º 113.º, n.º 2), o recenseamento começou por constituir uma obrigação individual do eleitor (para cujo incumprimento, porém, a lei nunca previu sanção), sendo os eleitores munidos de um cartão e de um número de eleitor, cabendo às comissões de recenseamento de cada freguesia elaborar os respetivos cadernos eleitorais, atualizados e corrigidos a cada eleição. Tudo isso deixou de fazer sentido a partir do momento (2008 e 2018) em que, como vimos, os cadernos eleitorais passaram a ser elaborados oficialmente por via eletrónica, a nível central, a partir da base de dados da identificação civil.

A partir de 1974, além de controlar as incapacidades eleitorais, o registo eleitoral também passou a funcionar como critério de distribuição dos deputados pelos círculos eleitorais, a qual passou a ser feita em função do número de eleitores recenseados em cada círculo (Art.º 149.º, n.º 2 da CRP), e ainda como suporte de cálculo da participação e da abstenção eleitoral.

Ao invés, o referido propósito primordial que, há mais de dois séculos, determinava a assembleia eleitoral (freguesia) em que cada eleitor podia exercer o seu direito de sufrágio, foi recentemente suplantado para o ato eleitoral para o Parlamento Europeu, por ocorrer num círculo eleitoral único. No dia da eleição dos eurodeputados em Portugal (9 de junho de 2024), qualquer eleitor podia votar "em mobilidade", em qualquer mesa de voto constituída em território nacional ou no estrangeiro. Para o efeito, na mesa de voto, os cadernos eleitorais em papel foram substituídos por "cadernos eleitorais desmaterializados", ou seja,

instrumentos informáticos que possibilitaram aos escrutinadores o acesso remoto à base digital de registo eleitoral (Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro). Como é bom de ver, tal solução não poderá ser adotada nas eleições parlamentares, que ocorrem em vários círculos eleitorais separados, tanto no território nacional como no estrangeiro.

**Conclusão**

Aqui ficam alguns traços gerais para a história do recenseamento eleitoral em Portugal, a começar pelo seu mais remoto antepassado, o censo dos elegíveis para os cargos concelhios (séculos XVI-XVII) – o qual, até à data, era completamente desconhecido dos especialistas desta matéria (cf. a bibliografia seletiva, em anexo). Foram naturalmente excluídos desta análise outros censos históricos, como os da população em geral e, sobretudo, os de âmbito fiscal ou militar, em particular, por estarem destituídos de qualquer relevância eleitoral e, por isso, não terem relação direta com o objeto deste estudo.

O moderno registo eleitoral ativo (dos eleitores) foi instituído, há mais de duzentos anos, pelas Cortes Constituintes vintistas (1821-1822) e foi posto em prática logo nas primeiras eleições parlamentares (1822), tendo permanecido sob diversas formas até hoje. Por seu turno, salvo o referido exemplo do Antigo Regime, o registo eleitoral passivo (dos elegíveis) foi adotado um

**Cartaz de sensibilização** para o recenseamento eleitoral obrigatório, já no regime democrático (1983)

pouco mais tarde, já sob a égide da Carta Constitucional, e serviu de base às segundas eleições parlamentares portuguesas (1826), mas foi suprimido há mais de um século, pela apresentação prévia de candidaturas, imposta pela Lei eleitoral constituinte republicana de 1911.

Fica também uma referência inédita ao primeiro litígio motivado pelo recenseamento eleitoral, ocorrido na cidade de Penafiel, no rescaldo das eleições parlamentares de 1822, e que, num tempo em que ainda não existia contencioso judicial para as questões relacionadas com as eleições, a queixa do cidadão excluído do sufrágio chegou ao próprio monarca. Mas esta é apenas uma súmula do primeiro caso concreto (desde logo, não cabe aqui a análise pormenorizada da fundamentação legal invocada pelas partes), porque a história bissecular do recenseamento eleitoral português está repleta de numerosas situações litigiosas, uma dimensão da história eleitoral nacional que importa resgatar à poeira dos arquivos.

Por último, cumpre sublinhar o mais recente passo dado em direção ao futuro e à transição digital – a utilização de "cadernos eleitorais desmaterializados" –, que foi dado durante as eleições para o Parlamento Europeu de 2024. Sem embargo dos seus avatares históricos e de todo o avanço tecnológico, o censo eleitoral continua a ser a «matriz dos direitos políticos do cidadão» (palavras de Trindade Coelho: Manual Político, 1908, p. 497).

## Cronologia

### 1596

**6 de maio** – O rei D. Filipe I ordena que a Câmara de Lisboa elabore uma pauta com os nomes de vinte até trinta "cidadãos honrados", entre os quais deveriam ser escolhidos os titulares dos cargos concelhios para os três anos seguintes.

### 1611

**12 de novembro** – Alvará régio de D. Filipe II a determinar que, previamente ao dia das eleições das câmaras municipais, se formasse uma lista com os nomes e dados pessoais, sociais e profissionais daqueles que seriam os mais aptos para o exercício dos cargos municipais.

### 1791

A Constituição francesa de 1791 foi a primeira do mundo a instituir no seu articulado o recenseamento eleitoral oficioso.

### 1822

**11 de julho** – A Lei eleitoral para a eleição das Cortes ordinárias, em Portugal, estabelece o registo prévio dos eleitores nos livros de matrícula de cada freguesia, preenchidos pelos respetivos párocos e revistos pelas câmaras municipais.

### 1822

**23 de setembro** – O recenseamento eleitoral é constitucionalizado na primeira Constituição política portuguesa.

### 1826

**7 de agosto** – As Instruções eleitorais relativas às primeiras eleições cartistas mandam constituir comissões de recenseamento ad hoc para a inscrição dos eleitores primários (1.º grau eleitoral), dos elegíveis para eleitores de província (2.º grau eleitoral) e dos elegíveis para deputados.

### 1838

**9 de abril** – a Lei eleitoral setembrista determina a permanência do recenseamento eleitoral, cujos cadernos passam a ser revistos anualmente; ao recenseamento eleitoral ativo (eleitores) e ao recenseamento eleitoral passivo para a câmara baixa (elegíveis a deputados), acrescenta o recenseamento eleitoral passivo para a câmara alta (elegíveis a senadores, cuja lista era obrigatoriamente publicada no Diário do Governo).

### 1842

**5 de março** – O recenseamento eleitoral passa a ter um título autónomo na nova Lei eleitoral cartista, após a restauração da Carta Constitucional.

### 1852

**5 de julho** – O Iº Ato Adicional à Carta Constitucional estabelece definitivamente o sistema de eleição direta da

câmara baixa, passando a existir apenas o recenseamento para os eleitores e para os elegíveis a deputados, suprimindo-se o recenseamento dos eleitores de província.

## 1911

**5 de abril** – Após a proclamação da República, Decreto com força de lei que estabelece as regras a observar na eleição dos deputados à Assembleia Constituinte, incluindo o recenseamento eleitoral.

## 1927

**29 de dezembro** – Na pendência da Ditadura resultante do golpe de Estado de 1926, Decreto que estabelece as novas bases em que deve ser elaborado o recenseamento eleitoral para a eleição direta do Presidente da República.

## 1933

**27 de dezembro** – Na sequência da Constituição de 1933, Decreto que regula o recenseamento eleitoral a que tem de se proceder antes da publicação do novo código eleitoral para as eleições da Assembleia Nacional.

## 1974

**15 de novembro** – Na sequência da Revolução de 25 de abril de 1974, Decreto-Lei que aprova a matéria relativa à capacidade eleitoral ativa, à capacidade eleitoral passiva e ao recenseamento eleitoral para a eleição dos deputados à Assembleia Constituinte.

## 1976

**2 de abril** – O recenseamento eleitoral é constitucionalizado, pela segunda vez, na Constituição da República Portuguesa.

## 1978

**3 de novembro** – O recenseamento eleitoral ganha autonomia legislativa e passa a ser regulamentado por lei própria.

## 1999

**22 de março** – É definido o novo Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral (RJRE).

## 2008

**27 de agosto** – O recenseamento eleitoral passa ser automático, feito a partir da base eletrónica do registo civil, deixando de ser necessária a apresentação do cartão de eleitor para votar, que foi substituído pela apresentação do cartão de cidadão.

## 2018

**13 de agosto** – Os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro são oficiosa e automaticamente inscritos na base de dados do recenseamento eleitoral.

## 2024

**9 de junho** – Na eleição nacional dos deputados para o Parlamento Europeu, os cadernos eleitorais em papel foram substituídos pelos “cadernos eleitorais desmaterializados”.

# Bibliografia seletiva

António de Sousa Júnior (1916) – Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas): Dados referentes ao regime absoluto, ao regime monárquico constitucional e ao regime republicano, Lisboa, Ministério das Finanças: Direção Geral da Estatística, Imprensa Nacional; Jorge Miguéis (1997) – «A Reforma e modernização do recenseamento eleitoral», Eleições, Lisboa, STAPE, nº 4, pp. 33-41; Jorge Miguéis (novembro de 1999) – «O regime jurídico do recenseamento eleitoral: passado e futuro», Revista Jurídica, n.º 23, pp. 295-304; Paulo Machado (1999) – «O universo eleitoral português em números: Uma velha questão revisitada», Eleições, nº 5, STAPE, Lisboa, pp 55-65; Francisco Soares e Teresa Evaristo (2000) – «Recenseamento eleitoral: disfuncionamentos e novas perspectivas», Análise Social, vol. XXXV, n.º 154-155, pp. 25-43; José de Melo Alexandrino (janeiro-março 2001) – «O Recenseamento Eleitoral», O direito, ano 133, n.º 1, Lisboa, pp. 153-195; Maria Ana Bernardo (2002) – «A dinâmica dos recenseamentos eleitorais no final da monarquia e na 1ª República: uma reflexão em torno de duas variáveis, alfabetizados e emigrantes», Penélope: Revista de História e Ciências Sociais, nº27, pp. 93-124; Jorge Miguéis (2002) – Lei do Recenseamento Eleitoral: atualizada e anotada, Lisboa; Maria da Graça Miragaia Archer (setembro de 2005) – «Breve abordagem do recenseamento eleitoral em Portugal e nos PALOP's», Eleições, Lisboa, STAPE, n.º 9, pp. 41-48; Jorge Miranda (2004) – «Recenseamento eleitoral», Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, n.º 1, pp. 100-113; Jorge Silva (janeiro de 2007) – «O recenseamento eleitoral e o cartão do cidadão», Eleições, Lisboa, STAPE, n.º 11, pp. 25-33; Paulo Machado e Carla Gomes (janeiro de 2007) – «Mudança social em Portugal: Contributos para a interpretação sumária com recurso à base de dados do recenseamento eleitoral», Eleições, Lisboa, STAPE, n.º 11, pp. 35-57; Maria Antonieta Cruz (2009) – «Os Recenseamentos Eleitorais como Fonte para o Estudo das Elites no Decurso da Monarquia Constitucional: Da Regeneração à República», Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História, pp. 161-180; Manuel Monteiro (2012) – Do Recenseamento Eleitoral em Portugal, Coimbra, Almedina; Maria Ana Bernardo (2019) – «Dos recenseamentos eleitorais como recurso para a história política e social. Uma análise a partir do seu contexto de produção (1890-1930)», História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, IV série, v. 9, nº 2, pp. 87-103; Paulo Jorge Ferreira Moreira (2023) – «O recenseamento eleitoral», in Vital Moreira e José Domingues (coord.), Doutrina e constituição eleitoral há 200 anos: o debate sobre as primeiras eleições parlamentares (1822), Lisboa, Universidade Lusíada, pp. 21-49.

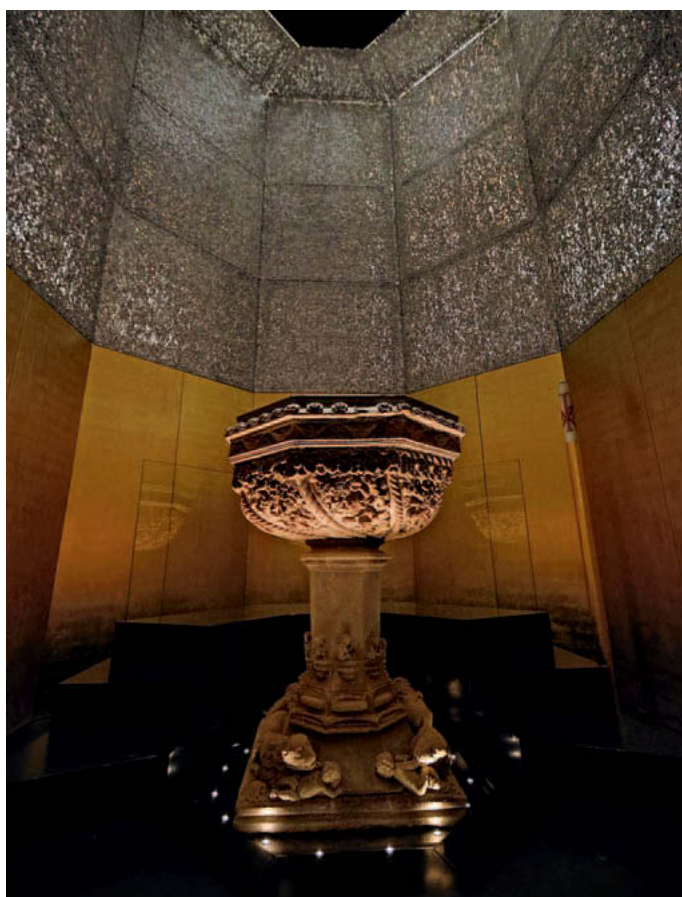
# CATEDRAL DE BRAGA

**Tipo**
Arquitetura religiosa
**Classificação**
Monumento Nacional
**Época de construção**
Secs. XII a XX
**Utilização atual**
Religiosa / cultural

Se algo é "mais velho do que a Sé de Braga", no dizer corrente, é mesmo coisa antiga, o que não faz da catedral bracarense espantosamente mais velha do que outros monumentos desse período ligado à formação de Portugal. Anterior à nacionalidade, sim, embora olhar o monumento de frente não o diga com clareza. Ao templo românico original, erguido sobre estruturas que ali existiam antes, foram, como tantas vezes sucedeu, feitas transformações de monta ao longo dos séculos, incluindo a que, no século XX, lhe quis devolver uma aura medieval. Lembrando o tempo em que Braga rivalizava fortemente com Compostela.

PAULO JORGE MAGALHÃES / ARQUIVO

# Nota histórica

Mais do que a Sé, antiga é a diocese. Paterno, o primeiro bispo de Braga conhecido, surge nas atas do Concílio de Toledo, no ano 400, mas estima-se no século III a origem do bispado. Desses tempos remotos, de suevos e visigodos, associamos a Braga santos mártires, como Vítor, Cucufate, Silvestre e Susana, e nomes incontornáveis da cultura medieval, como Paulo Orósio, Pascácio, Martinho de Dume ou Frutuoso. Mas é no século XI, em ambiente de Reconquista, que temos a génese da atual arquidiocese, restaurada em 1070 e tendo como titular D. Pedro. Do que era a Sé nesse tempo são escassos os vestígios . É já no século XII que a construção da catedral com três naves avança de forma decidida, sendo desse tempo, por exemplo, o portal sul, virado ao Rossio da Sé. Ali tinham recebido sepultura os condes D. Henrique e D. Teresa, pais do primeiro rei de Portugal, mas as pequenas arcas tumulares hoje visíveis não são desse tempo, datando do século XVI e tendo sido mandadas fazer por D. Diogo de Sousa, um dos mais notórios arcebispos de Braga. E toda a catedral, cuja descrição aqui não cabe, é uma soma complexa de acrescentos, campanhas, modificações. Tanto no corpo da igreja como nas capelas exteriores, ou no claustro, feito no século XIX para substituir a estrutura gótica a ameaçar ruína. A fachada principal resulta de intervenções nos séculos XV (galilé) e XVIII, e o interior do templo tem marcado ambiente medieval, mas porque assim entendeu reconvertê-lo a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entre as décadas de 30 e 50 do século XX.

REPORTAGEM

# CASA DO PASSAL – MEMÓRIA VIVA DE ARISTIDES DE SOUSA MENDES

Texto de **Augusto Correia**
Fotografias de **Pedro Granadeiro**

# AO CABO DE UM LONGO E COMPLEXO PROCESSO, A RESIDÊNCIA EM CABANAS DE VIRIATO DO EX-CÔNSUL DE PORTUGAL EM BORDÉUS, ONDE SALVOU DO HOLOCAUSTO MILHARES DE PESSOAS, REABRIU PORTAS COMO MUSEU

**Monumento** Nacional desde 2011, a Casa do Passal só agora ficou ao serviço da comunidade

**O "Palácio",** como Aristides chamava à casa de Cabanas de Viriato, revela influências da Europa central

A recuperação da Casa do Passal, onde viveu Aristides de Sousa Mendes, é mais um capítulo no caminho da reabilitação da memória do antigo cônsul português em Bordéus. A vida e a obra do diplomata, caído em desgraça por desobedecer a Oliveira Salazar, ao passar vistos que salvaram milhares de pessoas dos campos de concentração nazis e da morte, ganham uma dimensão além do verbo, em Cabanas de Viriato.

A Casa do Passal foi devolvida à sociedade como Museu Aristides de Sousa Mendes, após dezenas de anos ao abandono. O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, oficiou a inauguração, a 19 de julho, data de nascimento do cônsul. Conhecida pela população local como "Casa do Doutor Aristides", foi classificada como Monumento Nacional em 2011. Dez anos depois, em 2021, foi aprovada a candidatura a financiamento comunitário do projeto proposto pela Câmara Municipal de Carregal do Sal para a Requalificação e Musealização, com a colaboração do Ministério da Cultura.

No dia 20 de julho, o Passal abriu as portas à comunidade e ao Mundo. "A história da casa, da família e de Aristides como cônsul são como um só museu", diz a historiadora Cláudia Ninhos, curadora da exposição permanente. "O objetivo foi desconstruir as várias camadas que a casa encerra em si. Enquanto espaço de memória, espaço onde Aristides construiu uma família, construiu a sua própria personalidade, e ao qual retornava sistematicamente dos vários postos consulares onde exerceu a carreira", explica a responsável, investigadora no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Uma visão corroborada por um dos 39 netos de Aristides de Sousa Mendes. "A Casa do Passal, e todas as recordações lá preservadas, alimentaram o espírito e o coração de Aristides nos últimos tempos da sua vida. Fora lá que começara a sua família com Maria Angelina, sua primeira mulher, e onde nasceram os dois primeiros filhos, Aristides e Manuel", escreve António Moncada S. Mendes, na obra "Aristides de Sousa Mendes - Memórias de Um Neto", editada pela Desassossego, em 2017.

"Foi na Casa do Passal que Aristides e Angelina receberam dezenas de refugiados no verão de 1940. Conheci ainda muitos conterrâneos que se recordavam desses tempos e lembravam a presença das famílias de Vleeschauwer, de Van Zeeland, de Gutt, e de muitos funcionários do governo belga que fugiam da ocupação nazi na Bélgica, na Holanda e no Grão-Ducado do Luxemburgo", recorda o neto, na mesma obra.

### "Uma das maiores ações individuais de salvamento"

Conterrâneos de Aristides "recordavam-se também de haver muitos religiosos católicos a tentarem escapar ao nazismo que ocupavam a cave da Casa do Passal, à qual se acedia por uma porta que ainda hoje existe, na grande sala de entrada, por trás da escadaria

central", recorda António Moncada S. Mendes. "Também a casa ao lado da cozinha, com a garagem em baixo e alguns quartos no andar de cima, servia para receber refugiados", assevera o autor do livro.

A casa de que fala Moncada, antiga garagem, foi também recuperada e vai estar ao serviço da preservação da memória do antigo cônsul. "Este museu é muito direcionado para a educação. O grande público-alvo vão ser os jovens das nossas escolas, que em cada visita, primeiro, vão ao anfiteatro assistir a um filme sobre a história do Aristides", explica o presidente da Câmara de Carregal do Sal, Paulo Catalino. Depois, regressam ao auditório "para fazer outra sessão, pedagógica, no sentido de perceber" quem foi o cônsul e por que é recordado e homenageado, na casa onde viveu.

"O conceito do museu é em torno da história de Aristides de Sousa Mendes e da ação que ele protagonizou durante a Segunda Guerra Mundial, que, segundo Yehuda Bauer, foi uma das maiores ações individuais de salvamento durante aquele conflito", resume Cláudia Ninhos. "É uma questão de justiça para com a dignidade deste homem que tinha de ser recuperada", diz o presidente da Câmara de Carregal do Sal, justificando a aposta do município na Casa do Passal. "Sou um admirador do ato de coragem de Aristides. E quanto mais leio a história, mais encantado fico", assegura Paulo Catalino.



### "Justo entre as Nações"

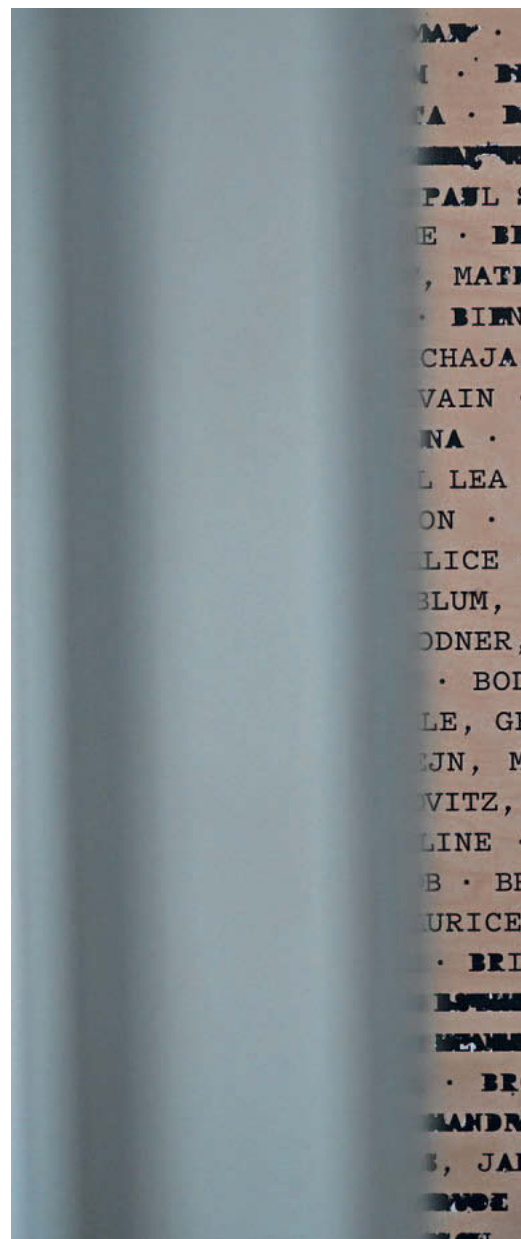
Em 1966, o Memorial Yad Vashem, em Jerusalém, Israel, prestou homenagem a Aristides de Sousa Mendes, atribuindo-lhe o título de "Justo entre as Nações". Cinco anos antes, em 1961, haviam sido plantadas 20 árvores em memória do antigo cônsul português nos terrenos daquele memorial, que perpetua as vidas das seis milhões de vítimas do Holocausto. Alguns milhares de pessoas, ou centenas, segundo os críticos, foram salvas pela ação do antigo cônsul português em Bordéus.

Segundo a "Sousa Mendes Foundation", nos Estados Unidos, que tem um projeto de identificação de todos os que receberam vistos, o antigo cônsul salvou 30 mil pessoas da morte. Um número contestado pelo embaixador Carlos Fernandes no livro "O Cônsul Aristides Sousa Mendes a Verdade e a Mentira", publicado pela editora Apolo, em 2013. "Aristides, ao contrário do que se tem propalado, não deu 30 mil vistos, dos quais 10 mil a judeus nos dias da ira, mas apenas entre 600 e 650", escreveu.

Outro embaixador, João Hall Themido, que entrou ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1947, acusa o cônsul de "atuação irregular". Num livro de memórias publicado em 2008, sob o título "Uma autobiografia disfarçada", considera "irrealista" a versão dos 30 mil vistos "concedidos em apenas alguns poucos dias pelo cônsul e seus familiares, de forma cega, no consulado e até nos cafés da vizinhança".

Na caixa do elevador da Casa do Passal foram gravados 15 mil nomes de pessoas retiradas das garras da morte com os vistos de Aristides. "Não tenho dúvidas deste número. Mas vamos continuar a procurar e a identificar pessoas ajudadas e, certamente, vão ser ainda mais", argumenta Paulo Catalino. "Acho que nunca saberemos os números ao certo, porque muitos não foram registados. E depois, por exemplo, as crianças estavam inseridas nos passaportes dos pais, é difícil conseguir chegar a um número exato", argumenta Cláudia Ninhos. "Mas, tenham sido uma, mil ou dez mil, o importante é que pessoas como Aristides são exemplos de comportamento moral. Porque a verdade é que a maioria respondeu com indiferença àquilo que estava a acontecer", acrescenta a historiadora.

### Uma das histórias mais lindas (no meio do negrume) do século XX

"Este homem de coragem, para mim, tem uma das histórias mais lindas do século XX", diz o presidente da Câmara do Carregal do Sal. Em junho de 1940, Aristides de Sousa Mendes era cônsul de Portugal em Bordéus. A Alemanha tinha invadido França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Com o exército alemão a aproximar-se de Paris, crescia o pânico na população francesa e deu-se o "maior movimento de deslocação de pessoas da história da Europa", nas palavras do Rod Kedward, historiador falecido em 2023 que lecionava na Universidade de Sussex, Reino Unido, extraídas da obra "Life In Occupied Fran-

**Na caixa** do elevador estão gravados os nomes de 15 mil pessoas salvas pelos vistos de Sousa Mendes

ce, 1940-1944:An Overview of Attitudes, Experiences and Choices".

O consulado de Portugal em Bordéus, no número 14 do Quai Louis-XVIII, ficava muito perto da Esplanade des Quinconces, praça principal daquela cidade do Oeste francês. Nesse mês de junho, ali arribavam, todos os dias, centenas ou milhares de pessoas guiadas por um fio invisível de esperança de chegar à Península Ibérica e, daí, abalar para as Américas, escapando às unhas da sombra nazi que cobria a Europa de ódio, xenofobia, racismo e morte.

"Participar na chacina não era apenas praticá-la diretamente, bastava impedir que as potenciais vítimas tivessem uma saída do inferno em que se estava a transformar a Europa. Era o que fazia a circular 14", justificou Aristides, em 10 de dezembro de 1945, quando se defendeu do castigo perante a Assembleia Nacional. "Nenhum dos 120 deputados teve a coragem e a dignidade de responder", sublinha António Moncada. No processo de defesa, o cônsul escreveu também ao Papa. A missiva, escrita à máquina e entregue no Patriarcado de Lisboa, em 1946, nunca chegou a Pio XII, diz o neto.



Aristides tinha 55 anos, 30 anos de serviço público, quando foi castigado por Salazar. O cônsul entrou na carreira diplomática em maio de 1910, ao serviço do último rei de Portugal, D. Manuel II, passou pelos sete primeiros presidentes da República, pela Ditadura Militar/Nacional, entre 1926 e 1933, e pelo Estado Novo, até 1940, quando desobedeceu à conhecida Circular 14. Assinada no dia 11 de novembro de 1939, a diretiva evocava "as atuais circunstância anormais" para obrigar a "adotar certas providências e definir algumas normas", que impediam os cônsules de carreira de "conceder vistos consulares sem prévia consulta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros" a vários tipos de pessoas, nas quais se incluíam "judeus expulsos dos países da sua nacionalidade ou de aqueles de onde provêm".

O primeiro visto passado por Aristides de Sousa Mendes, a Arnold Wiznitter, um judeu austríaco e antigo professor universitário, à sua mulher e ao filho de ambos, em 21 de novembro de 1939, dez dias depois de ser emitida a Circular 14, "vai custar-lhe a carreira", recorda o neto. Um ato humanitário, justificou o cônsul. Seguiu-se o caso do comunista Eduardo Neira Laporte, médico que, à época, era dirigente da comunidade basca espanhola em Rivière, que também foi ajudado e terá chegado à América do Sul, onde continuou a exercer medicina.

Estes dois casos deram origem a um aviso formal a Aristides: "Qualquer nova falta ou infração nesta matéria será havida por desobediência e dará lugar a procedimento disciplinar", recorda-se no livro escrito por António Moncada Mendes. "Por causa da Circular 14, o Cônsul Sousa Mendes já tinha um conflito a decorrer com a hierarquia. O início do conflito que o conduziria à tragédia pessoal, mas também a um lugar na História", refere o neto, referindo-se aos vistos passados no início do verão daquele ano, em França.

"O que Aristides fez em junho de 1940, em Bordéus e Bayonne, era passível de três crimes, a saber: desobediência, abuso de poder e concussão", argumenta o embaixador Carlos Fernandes, na obra citada. "Para mim, que cresci a saber da forma como o meu avô arriscou a vida e a carreira para ajudar outros, isto não passa de uma alteração e adulteração de valores, numa abordagem revisionista", contesta António Moncada Mendes, que cita, como comprovativos da ação do avô, cartas do arquiduque Otto von Habsburg, herdeiro do império austro-húngaro, e da grã-duquesa Charlotte do Luxemburgo, famílias ajudadas por Aristides a fugir aos nazis.

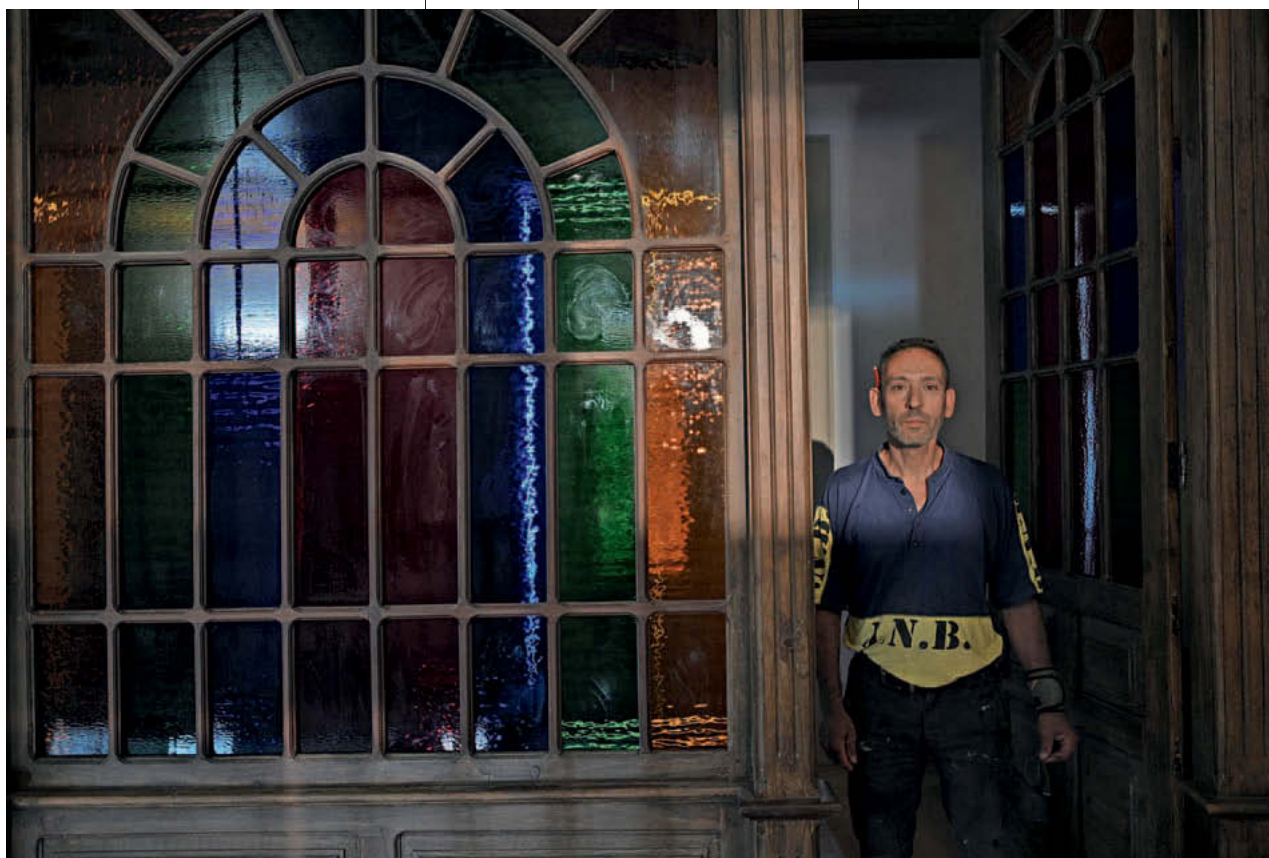
"Na verdade, o seu pai mereceu o reconhecimento como Justo Entre as Nações, por parte de Israel, por ter salvo a vida de tantos milhares de judeus, nesses dias tenebrosos, sem olhar a consequências que daí adviessem para si mesmo", disse o arquiduque, numa carta endereçada a Joana, uma das filhas de Aristides. Moncada recorda ainda outra carta enviada à tia pela grã-duquesa Charlotte do Luxemburgo, datada de 30 de junho de 1968. "O seu gesto humanitário servirá para sempre de exemplo de total devoção às causas da liberdade e compreensão entre todas as nações e raças", escreveu.

**"O Dr. Sousa Mendes não comia nem bebia o dia todo, até altas horas da noite"**

Mas foi o rabino Jacob Kruger, que dormia com a mulher e os cinco filhos na estação ferroviária de Bordéus, em 1940, quando foi acolhido em casa pelo cônsul, quem deu o maior contributo formal para o reconhecimento de Aristides como "Justo entre as Nações". Na carta para o Yad Vashem, relata a ação do cônsul em junho de 1940. "O Dr. Sousa Mendes passava o dia todo a assinar vistos, e eu ajudava-o, carimbando os vistos que ele assinava depois. O Dr. Sousa Mendes não comia nem bebia o dia todo, até altas horas da noite. Em pouco tempo passou milhares de vistos, até ao momento em que o opressor chegou a Bordéus. Foi quando fugi de lá através de Espanha."

Quando Kruger chegou com a família à fronteira, havia já uma ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros português declarando que "todos os vistos passados por Sousa Mendes tinham deixado de ser válidos", recorda Kruger. Perante a relutância dos guardas em deixar passar a comitiva, apareceu Sousa Mendes, que, ao fim de uma hora ou duas "abriu ele próprio a cancela, e todos os que tinham vistos passados por ele conseguiram passar a fronteira", acrescenta a carta do antigo rabino ao Yad Vashem.

No dia 14 de junho de 1940, Adolf Hitler subiu ao primeiro andar da Torre Eiffel, para ver marchar as tropas alemãs sobre Paris. Aristides caiu de cama e, nos dias que se seguiram, foram passadas escassas centenas de vistos. Três dias depois, em 17 de junho, o cônsul recuperou e falou com a família. Segundo o neto, terá dito que durante a vigília "ouviu claramente a voz de Deus" a dizer "levanta-te e dá vistos a todos". O momento ficaria celebrizado noutra frase: "Tenho de salvar todas estas pessoas, tantas quantas eu puder. Se tenho de desobedecer a ordens, prefiro estar com Deus contra os homens, do que com os homens contra Deus", recorda o livro.

Segundo António Moncada, com base em relatos feitos por familiares, Aristides falou com a mulher, Angelina, e os filhos José António e Pedro Nuno, que o acompanhavam em Bordéus, e invocou razões humanitárias para salvar aquelas pessoas. "Vou desobedecer frontalmente a esta circular a partir de hoje e fazer tudo para ajudar o maior número de refugiados", declarou o antigo cônsul.

"O seu pai, apesar do grande cansaço causado pela enorme carga de trabalho, carimbou pessoalmente e assinou os dezanove passaportes que lhe apresentei. Tive então ocasião de apreciar os nobres sentimentos do seu pai, que tinha decidido ajudar o maior número possível de refugiados a fugir ao perigo alemão", recorda o arquiduque Otto von Habsburg, numa carta enviada a Joana, uma das cinco filhas de Aristides. "Nas escadas do prédio e na rua havia uma enorme quantidade de pessoas à espera de vistos, que iam entrando rapidamente para a chancelaria do consulado", lembra o herdeiro do império austro-húngaro, corroborando os relatos do frenesim em que entrou o antigo cônsul para salvar vidas.

"Pessoa de grande coração e impulsivo na ação", nas palavras de António Moncada Mendes, o antigo cônsul, mudou-se para Bayonne, após o bombardeamento de Bordéus, nos dias 19 e 20 de junho. Com milhares de pessoas a desesperar por uma saída, pôs uma secretária na rua, temendo que a escadaria do consulado não aguentasse, e passou o máximo de vistos que conseguiu. Ainda hoje, diz Paulo Catalino, as pessoas recordam as longas filas.

**Carlos Alberto Gomes**, o carpinteiro e restaurador que reconstituiu quase a partir do nada os interiores da casa

Com o apertar do cerco, ainda foi para Hendaye, antes de Irún. "Há muitos relatos de [cidadãos] locais, e de pessoas que escreveram as suas memórias, a falar da presença do cônsul de Bordéus, a correr de um lado para o outro a tentar acudir a toda a gente", recorda o neto. No desespero de "salvar todos", Aristides até vistos improvisados passou, sentado no próprio carro. Um adolescente que fugiu da Alemanha com os pais, sem qualquer documento, é referenciado por Moncada como um dos beneficiários do "visto especial", com o seguinte texto: "O Governo português pede às autoridades francesas e espanholas que deixem passar o portador, ou portadores, deste visto de trânsito temporário. Trata-se de um refugiado, ou refugiados, do conflito armado a decorrer na Europa, a caminho de Portugal".

### O processo visto de fora e de dentro, pelas cartas da família

Aristides regressou a Portugal no final de junho. Estava já na casa da família, em Cabanas de Viriato, quando Oliveira Salazar ordenou uma investigação, dando início a um processo disciplinar formal contra o cônsul. Em 1 de agosto do mesmo ano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros emitiu uma nota de culpa, enumerando um total de 15 acusações feitas a Sousa Mendes, agrupadas em quatro rubricas: desobediência, falsificação de documentos, abandono do lugar e concussão.

"O meu avô considerava e louvava a diplomacia como um instrumento para a paz, antes de ser apenas um mecanismo de representação dos interesses dos vários Estados-Nação", recorda António Moncada Mendes. No mesmo livro, traz à memória uma frase do antigo deputado do CDS Anacoreta Correia, que considerou Aristides "apenas um homem livre com independência moral", injustamente castigado pelo regime de Salazar.

No dia 30 de outubro de 1940, Sou-

sa Mendes foi sentenciado a um ano de inatividade, com direito a metade do salário do escalão de Cônsul de Primeira Classe, seguida de aposentação compulsiva. Em 2 de abril de 1941, o diplomata enviou uma carta a Salazar, alegando estar na miséria. Apelou ao espírito cristão do chefe de Estado, lembrou os 30 anos de carreira e pediu ao ditador que não lhe arruinasse a família.

"Os ajustamentos da carreira consular e depois ao processo de recuperação da memória de Aristides por parte dos familiares e por parte de algumas figuras" estão também em destaque no Museu, diz a curadora da exposição permanente. "Optou-se por cobrir as paredes com algumas passagens de cartas de Aristides que fomos lendo. Quando se refere à questão da guerra, como é que a família percecionou o início e o avanço do conflito, porque a documentação oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros é sobejamente conhecida e grande parte até está digitalizada e disponível online", explica Cláudia Ninhos. "Esta abordagem mais pessoal, esta correspondência que estava na posse da família, não é tão conhecida", nota, prosseguindo a visita guiada virtual.



"Abordamos, igualmente, como o regime português, o Estado Novo, lidou com o fluxo massivo de refugiados, com especial enfoque no mês de junho de 1940", diz a historiadora. Um quadro, no centro de uma sala, amplia uma fotografia de Armando Serôdio, que mostra os refugiados, felizes, de bandeirinhas portuguesas ao vento, a bordo de um navio para a América, num "espaço dedicado às pessoas que Aristides salvou". Vários objetos e documentos "ajudam a contar as histórias destas famílias", num museu com um toque minimalista.

"Não queremos que o visitante saia daqui esmagado com informação, com imagem, com texto, mas que a exposição, de certa forma, consiga mexer com ele, levá-lo a refletir sobre os temas que são ali abordados, sobre a questão da desobediência, sobre a importância de uma assinatura, de um carimbo", explica Cláudia Ninhos. "Depois, quisemos trazer também a reflexão para o presente, para que estas temáticas permitam refletir sobre a atualidade, nomeadamente sobre a questão dos refugiados", acrescenta.

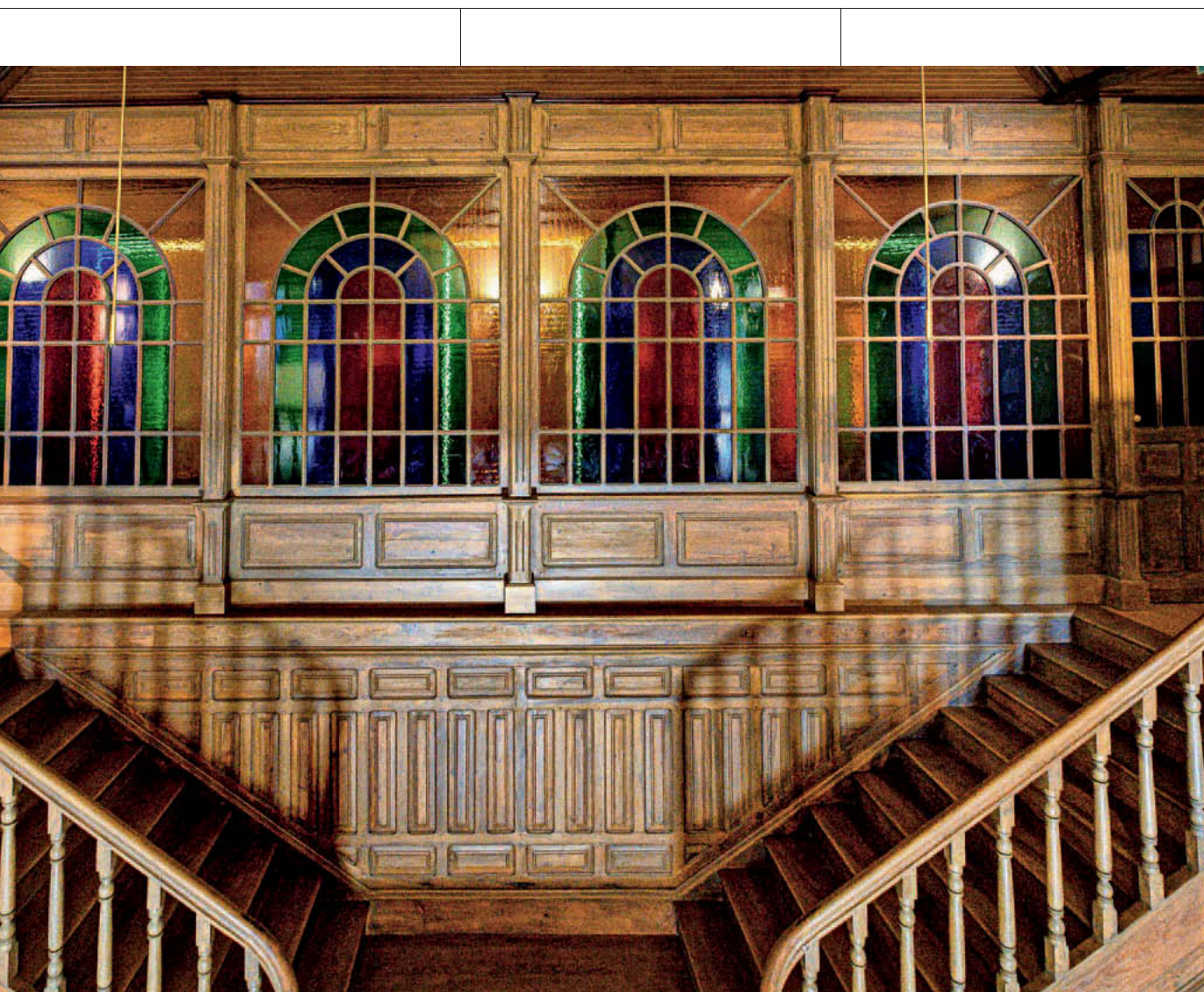
PAULO SPRANGER/ARQUIVO

**A historiadora**
Cláudia Ninhos, curadora da coleção permanente do novo Museu de Aristides de Sousa Mendes

"A ideia é que o visitante reflita sobre aquilo que está a ver e que está a ouvir. Acho que isso é o mais importante", nota a historiadora. Em todas as salas há um ecrã tátil que pode ser explorado para obter mais informações sobre Aristides e o corpo do museu onde são guardadas as memórias do homem. Um conceito que "dá um bocadinho de espaço para a própria casa em si respirar", pois, embora não seja uma casa-museu típica, "dá espaço também para as pessoas perceberem um bocadinho como era a casa".

### A desgraça pessoal e patrimonial

No primeiro andar, na Sala dos Carimbos, o objeto em destaque é uma peça de roupa de Aristides de Sousa Mendes, que estava na posse de familiares do antigo dono da mercearia de Cabanas de Viriato: "É um bocadinho iróni-

co porque é a sala onde ele salvou aquelas pessoas e tem lá um sobretudo que ele teve de trocar por comida". "Como consequência daquilo que fez – explica Cláudia Ninhos –, Aristides teve de se desfazer de grande parte do recheio da casa", para ir sobrevivendo garroteado pela despromoção e corte do salário.

"O projeto esteve desacreditado durante décadas e, portanto, as pessoas já não acreditavam ter objetos que ainda hoje estão espalhados pela população. Cada uma destas pessoas foi, no fundo, um guardião deste lugar, deste passado", diz Cláudia Ninhos. Os últimos anos, de miséria, contribuíram para a degradação da casa e para o esvaziamento do recheio: "Isto estava em ruínas. Reflete muito bem a forma como essa memória foi tratada pela sociedade e pelos políticos portugueses".

Da mansarda, agora recuperada, da casa que construiu em Cabanas de Viriato, Aristides podia ver a chaminé da Casa do Aido, onde nasceu, às quatro da madrugada do dia 19 de julho de 1885, horas depois do irmão gémeo, César, que veio ao mundo antes da meia-noite, logo no dia 18. Nascidos numa família rural e aristocrática, foram batizados a 21 de setembro do mesmo ano e prosseguiram vida juntos. Estudaram ambos em Coimbra, Direito, e enveredaram pela carreira diplomática, a que acederam em maio de 1910.

Aristides tinha casado um ano antes, em 1909, com Angelina de Sousa Mendes, uma prima direita em duplo grau, pois eram filhos de dois irmãos casados com duas irmãs. O casal Sousa Mendes teve 14 filhos, nove rapazes e cinco raparigas. O cônsul enviuvou em 1948 e, um ano depois, casou com a francesa Andrée Cibal, que conhecera em Bordéus, uma mulher moderna para a época, cuja extravagância ainda hoje é recordada em Cabanas de Viriato, onde viveu com Aristides nos últimos anos de vida do cônsul, divididos entre o Passal e Lisboa, onde morreu, no dia 3 de abril de 1954.

**Obra custou mais de três milhões e quer ser Museu Nacional**

O projeto de reabilitação e adaptação museológica da Casa do Passal, da autoria dos arquitetos Pedro Azevedo e Susana Rosmaninho, contou com coordenação geral do arquiteto José Maria Lobo de Carvalho, curadoria científica da professora Cláudia Ninhos, museografia de Cariátides e United By, com colaboração da família Sousa Mendes, Fundação Aristides de Sousa Mendes, Sousa Mendes Foundation e Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre outras entidades, e ainda apoios de privados.

A obra demorou cerca de dois anos a ficar concluída, aproximadamente 18 meses para devolver às ruínas o ar de mansão centro-europeia, mais seis a sete meses para acabar com a selva e trazer de volta os jardins recriando aqueles que Aristides concebera, trazendo plantas e árvores dos locais onde exercia funções. “Para permitir um espaço de fruição aos munícipes, o jardim vai estar aberto. Como o Aristides sempre esteve muito ligado à música, a reunir pessoas, o nosso objetivo é que sirvam também para espetáculos e, por isso, instalámos um anfiteatro”, explica Paulo Catalino.

Ao todo, a recuperação da Casa do Passal custou cerca de 3,5 milhões de euros, dois milhões para a casa, cerca de 700 mil para o jardim e outro tanto, aproximadamente, para a musealização, que demorou cerca de oito meses a concluir. “O objetivo é que passe a constar como Museu Nacional. Por isso, investimos mais na museografia e fizemos todo este trabalho para termos aqui qualidade para apresentar. Não é a típica casa-museu, é claramente uma narrativa, um guião que fala de toda a história, que passa pela família, pelo corpo diplomático, o momento que viveu em Bordéus, todo aquele frenesim da Segunda Guerra Mundial”, diz o autarca.

O “palácio”, como se lhe referia o cônsul, recuperou a aura de “casa do senhor doutor”, impondo-se em Cabanas de Viriato. Uma espécie de “Hôtel de Ville”, com rés do chão, primeiro andar e uma mansarda com janelas embrulhadas em folhas de lousa, que lhe dão um ar de mansão do centro da Europa, inspirada nos tempos em que o antigo cônsul viveu na Bélgica. O brasão, em dourado, e outros apontamentos mostram a importância da habitação para Aristides de Sousa Mendes, que investiu muito dinheiro na construção, nos idos dos anos 20 e 30 do século passado.

Por dentro, as madeiras destacam-se num edifício que chegou a servir de galinheiro ou para guardar ovelhas e que estava em ruínas há três anos. “Não havia nada. Só as paredes de pedra”, lembra Carlos Alberto Gomes, o carpinteiro e especialista em restauro que devolveu à casa os interiores de Aristides de Sousa Mendes. “A grande dificuldade não foi o trabalho em si, foi perceber o que estava aqui antes. Andei mais de um mês só a identificar as madeiras”, acrescentou.

**Paulo Catalino,** presidente da Câmara de Carregal do Sal, quer ter nos jovens o principal público

### Um processo em vários atos, que saiu do papel há três anos

A recuperação da casa de Aristides de Sousa Mendes foi um processo em vários atos, que arrancou definitivamente há três anos. Os motivos florais que decoram as traves do teto contrastam com o cinzento das colunas e o castanho das madeiras nas paredes do hall do rés do chão. Quem entra, não fica indiferente à escadaria. “Só havia os degraus. Os corrimões e as laterais foram feitos de novo”, nota Carlos Alberto Gomes.

Ao cimo das escadas, os vitrais recuperaram a aura original, com as cores vermelha, azul e verde abobadadas em estruturas de madeira rodeadas de um dourado que remete para o divino. “Estava tudo destruído”, diz Carlos Gomes, que recuperou algumas peças, escaqueiradas num amontado de madeiras e restos mortais da última limpeza à casa, em 2021. Com o pouco que recuperou e algumas fotografias que entretanto apareceram, reconstituiu a beleza vítrea com que o “senhor doutor” quis encimar a escadaria.

Atrás do vitral, que atrai os visitantes ao subir as escadas para a obra de Aristides, há um espaço vazio, de passagem e de paragem. De limpar a alma, repensar e contemplar. As janelas dão para as traseiras da Casa do Passal, o laranjal de um lado, com a serra da Estrela a espreitar, e à esquerda o exótico jardim, que vai replicar as árvores granjeadas por Aristides ao longo dos anos. A meio, entre laranjas e exotismos, uma pérgula, feita de vinte braçadas de ferro, faz caminho até ao portão das traseiras da propriedade, de acesso direto à igreja matriz, para serviço da religiosa família. Ao lado, no cemitério, o jazigo da família guarda os restos mortais do antigo cônsul, a quem a  Assembleia da República concedeu Honras de Panteão Nacional, a 3 de julho de 2020, para “homenagear e perpetuar a memória de Aristides de Sousa Mendes, enquanto homem que desafiou a ideologia fascista, evocando o seu exemplo na defesa dos valores da liberdade e dignidade da pessoa humana.”

### Recuperação da memória começou com Mário Soares

A cerimónia oficial no Panteão Nacional, em Lisboa, teve lugar em 19 de outubro de 2021, perante as mais importantes figuras do Estado português, 35 anos depois de Aristides de Sousa Mendes ter sido reconhecido oficialmente em Portugal, quando foi condecorado, a título póstumo, com o grau de Oficial da Ordem da Liberdade, a 15 de novembro de 1986. O presidente da

República Mário Soares deu, com esse gesto, um passo firme na reabilitação da memória de Aristides de Sousa Mendes, a que se seguiu um pedido público de desculpas à família do antigo cônsul. Um ano depois, o Governo indemnizou os familiares pela perda de metade do vencimento decretada por Salazar.

O caminho da reabilitação da memória de Aristides prosseguiu com a inauguração de um busto, em 1994, e uma placa comemorativa no número 14 da Rua Quai Louis-XVIII, o endereço do consulado de Portugal em Bordéus. Em 23 de março de 1995, o cônsul foi agraciado, a título póstumo, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Em 1998, foi condecorado com a Cruz de Mérito e no dia 3 de abril de 2017 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, que distingue serviços relevantes prestados em defesa dos valores da civilização, em prol da dignificação do Homem e à causa da liberdade.

## *Visita guiada ao Museu*

O MUSEU ARISTIDES DE SOUSA MENDES ESTÁ DIVIDIDO EM TRÊS ÁREAS, UMA POR PISO. A PARTE MUSEOLÓGICA OCUPA DOIS ANDARES. A MANSARDA SERVE DE ÁREA DE TRABALHO E DE APOIO. OFERTA DE UM TIO DO CASAL, A CASA, ORIGINALMENTE TÉRREA, FOI TRANSFORMADA NO "PALÁCIO DE CABANAS" NOS ANOS 20 DO SÉCULO PASSADO, QUANDO ARISTIDES FOI PARA ANTUÉRPIA, NA BÉLGICA, E SE INSPIROU NAQUELE MODELO DO GÉNERO "HÔTEL DE VILLE".

SALA
1

## A CASA DO PASSAL

**A visita começa no rés do chão, por uma sala dedicada à Casa do Passal. Uma das paredes está decorada com uma reprodução do alçado principal da casa, descoberta durante o trabalho de musealização. O papel que cobre as paredes tem também uma carta da mãe de Aristides, em que se refere à insistência do filho em chamar "Palácio" ao imóvel. É uma peculiaridade deste museu, que estampou nas paredes das várias salas cartas, excertos e frases da vida do antigo cônsul.**

SALA

## A FAMÍLIA

Atravessando o "hall", amplo e marcado por uma escadaria imponente, entra-se na sala das memórias familiares. A maqueta do mini-autocarro da família, idealizado por um dos filhos, é o objeto-âncora deste espaço. Conhecido como o "Expresso dos Hermínios", em referência à serra da Estrela, omnipresente no horizonte de Cabanas de Viriato, o carro tinha 17 lugares, o suficiente para transportar toda a prole de Aristides, que teve 14 filhos com a primeira mulher, Angelina, falecida em 1948.

SALA

## CARREIRA DIPLOMÁTICA

A terceira sala revisita o percurso profissional de Aristides de Sousa Mendes, de 1910, em Demerara, na Guiana Britânica, a 1938-40, em Bordéus, cidade francesa onde viria a ser providencial para a humanidade. Um retrato do ex-cônsul, com os trajes típicos de Zanzibar, destaca-se neste espaço, onde estão expostos alguns dos livros que Aristides escreveu sobre os locais onde fez carreira diplomática.

SALA

## O HORROR E O ÊXODO

O ato de coragem de Aristides é retratado no primeiro andar, em cinco salas que percorrem a obra do homem e o legado para o futuro. À direita da luz feérica que emana do vitral encimando a escadaria, o obscurantismo, retratado na sala do êxodo, em que a imagem em movimento grava na pele, arrepiada, o horror das perseguições nazis a milhões de judeus.

SALA

## BORDÉUS

**O espaço que se segue é de coragem e amor, de heroísmo e dor. Uma sala dedicada a Bordéus, também apelidada de sala dos carimbos, que retrata o ato de consciência de Aristides, e dos vistos que salvaram cerca de 15 mil pessoas. O objeto-âncora é um sobretudo do antigo cônsul, recuperado nos últimos anos. Estava na família do dono de uma antiga mercearia, tendo servido de pagamento de víveres durante o período de ostracização a que foi votado por desobedecer a Salazar.**

SALA

## FAMÍLIAS SALVAS

A viagem pelas memórias do homem, agraciado com o título de "Justo entre as Nações", passa da sala de Bordéus para a divisão que destaca histórias de algumas das famílias salvas. Ao centro, um mural feito de uma fotografia de Armando Serôdio mostra rostos felizes de dezenas de pessoas resgatadas por Aristides a bordo de um navio que os levará de Lisboa para a América, em 1940. Usam óculos de sol, agitam bandeirinhas de Portugal e sorriem.

SALA

## CASTIGO E REABILITAÇÃO

**A sala seguinte tem as paredes decoradas com ofícios ministeriais que retratam o castigo a Aristides e a luta por Justiça, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial. A sala retrata um pouco da diferença de tratamento dada a Aristides em Portugal e o elogio internacional, do jornal "The Times", por exemplo, que reconhece o ato heroico de consciência do antigo cônsul.**

SALA

## REFUGIADOS

**O papel de parede mostra imagens de gente agarrada à esperança atrás de grades, redes e de arame farpado e outras vedações. Um painel, do Dia da Consciência, faz a ponte entre os refugiados da ideologia nazi e da guerra que trouxe ao mundo e os refugiados atuais, vítimas de bafientas ideologias recicladas e da inconsciência e insensatez económica.**

Biblioteca do Congresso dos EUA



# Vestir de americano o sonho egípcio de Ptolomeu II

**Edifício** revivalista, projetado ao estilo do Renascimento italiano, foi inaugurado em 1897

**A frase** "na América tudo é grande" faz lembrar uma anedota qualquer, de teor duvidoso, mas, no que respeita a bibliotecas, é um facto que se podem gabar de ter a melhor do mundo. Será um pouco a possível versão contemporânea do sonho de Ptolomeu II, quando quis guardar em Alexandria todos os livros do mundo antigo. Nascida em 1800, na altura em que a capital dos Estados Unidos se mudou de Filadélfia para Washington DC, a Biblioteca do Congresso (*Library of Congress*) tem, por esta altura, cerca de 175 milhões de itens catalogados, originários do mundo inteiro e em mais de 470 idiomas.

Continuemos com números, que garantem sempre algum efeito, apenas respeitantes ao catálogo da biblioteca: cerca de 25,5 milhões de livros catalogados no sistema de classificação da Biblioteca do Congresso; mais de 15, 87 milhões de itens nas coleções não classificadas de artigos impressos, incluindo-se aí livros para utilizadores com necessidades específicas, como corpo de letra aumentado ou caracteres em relevo, incluindo Braille, incunábulos (livros impressos até ao ano 1500), monografias, música impressa, jornais encadernados, panfletos, relatórios técnicos e outros materiais impressos; mais de 34,4 milhões de itens em coleções especiais não classificadas, incluindo: 4,2 milhões de materiais áudio (discos, fitas, audiolivros e outros registos fonográficos), 77 milhões de manuscritos, 5,8 milhões de mapas, 17,5 milhões de microformas (microfilmes e outros), 1,8 milhões de imagens em movimento (filmes e não só), 8,2 milhões de partituras musicais, 15,2 milhões de fotografias, 864 mil pósteres, impressões e desenhos e dois milhões de outros itens de natureza diversa.

É grande. Se, *de iure*, a instituição foi criada para servir o Congresso (o parlamento bicamaral), estando junto ao capitólio, na capital norte-americana, *de facto* é a biblioteca nacional dos Estados Unidos, embora nunca tenha assumido tal designação.

Como notámos, a biblioteca surgiu 24 anos depois da independência dos Estados Unidos. Por essa altura, em 1800, uma deliberação do Congresso determinou que a capital da União passaria a ser Washington DC, fundada dez anos antes. A par da mudança, o presidente John Adams aprovou uma dotação de cinco mil dólares para comprar livros para uso do Congresso. Partir para uma nova cidade justificava a medida. Nas cidades onde se haviam reunido até então, Nova Iorque e Filadélfia, os parlamentares americanos dispunham de razoáveis bibliotecas. Tal não existia numa cidade feita a partir do nada, e o empenho dos poderes do jovem país na biblioteca foi grande, em particular a partir do momento em que Thomas Jefferson assumiu a presidência.

Em 1802, este presidente decretou que o cargo de bibliotecário do Congresso passaria a ser de nomeação presidencial, o que demonstrava o empenho direto na biblioteca da Casa Branca (expressão anacrónica, pois a residência do presidente dos Estados Unidos só adquiriu esse nome em 1901, com Theodore Roosevelt). Dez anos mais tarde, a biblioteca desaparecia.

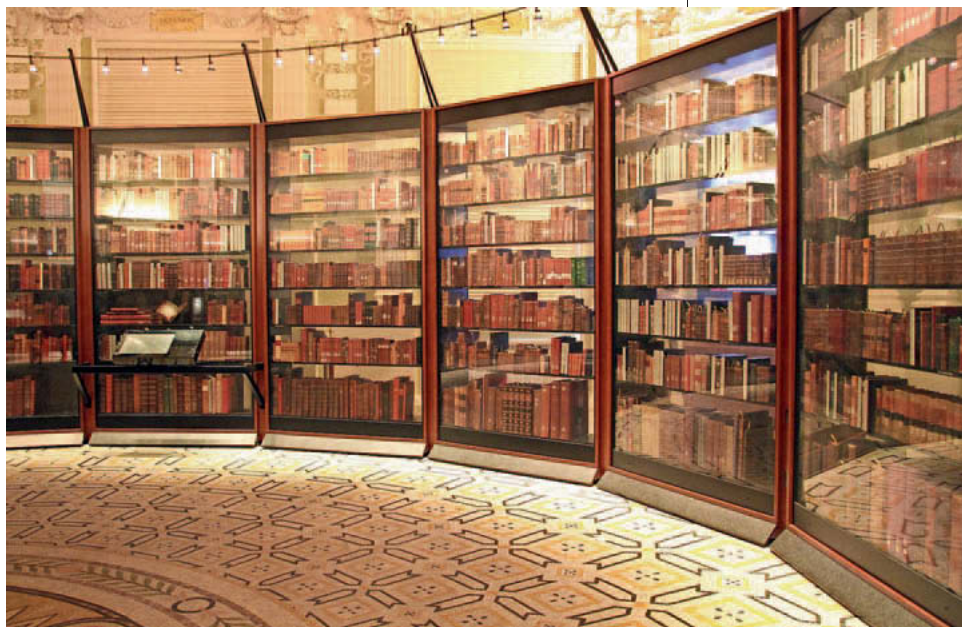
Na Guerra de 1812, os britânicos incendia-

**A principal** e mais emblemática sala de leitura da Biblioteca do Congresso, no edifício Thomas Jefferson



ram o Capitólio (bem como o palácio presidencial), e a biblioteca ficou reduzida a cinzas. Foi aí que Thomas Jefferson voltou a entrar em cena. Já retirado da vida pública e a residir em Monticello (Virginia), o redator da Declaração de Independência propôs vender ao Congresso a sua biblioteca pessoal, com 6487 volumes, para funcionar como núcleo fundador de uma renascida Biblioteca do Congresso. Assim foi, e a forma como Jefferson havia construído a sua coleção, com um conceito de universalidade muito arraigado, acabou por se tornar, até aos nossos dias, paradigma da política de aquisições da grande biblioteca norte-americana. Em 1851, um outro incêndio no Capitólio, esse acidental, consumiu parte das coleções da biblioteca, incluindo volumes que haviam sido de Thomas Jefferson.

Não pode dizer-se, porém, que houvesse já o objetivo de fazer da biblioteca mais do que um departamento ao serviço do aparelho legislativo. Foi só após a Guerra Civil (1861-1865), num momento de estabilização institucional e de rápido crescimento da capital da União, que Ainsworth Rand Spofford, bibliotecário do Congresso de 1864 a 1897, persuadiu os legisladores a encararem a sua biblioteca como uma instituição autónoma, que funcionaria como biblioteca nacional de todos os Estados Unidos. Tal resultou, praticamente no imediato, na decisão de construir um edifício dedicado para a biblioteca, retirando-a das instalações que ocupava no Capitólio. E assim surgiu o edifício central da biblioteca, em estilo revivalista do Renascimento italiano, inaugurado em 1897. Esse colosso, que em 1980 veio a receber o nome de Thomas Jefferson, já então era a maior biblioteca do mundo, em termos de edificado, não no que respeita às coleções.

Com o passar dos anos, ao já de si colossal edifício Thomas Jefferson somaram-se dois

**A biblioteca** pessoal do presidente Thomas Jefferson, núcleo fundador da atual Biblioteca do Congresso

**A Declaração** de Independência dos Estados Unidos será, talvez, o maior tesouro da instituição



outros imóveis feitos de raiz, nas imediações, o John Adams Building (1938) e o James Madison Memorial Building (1981). Os três prédios encontram-se ligados entre si por túneis. A esses edifícios acrescentam-se uma unidade de armazenamento de alta densidade, em Fort Meade (Maryland) e o Packard Campus, dedicado à conservação de audiovisiais, em Culpeper (Virginia). Já no século XXI, o desenvolvimento da Biblioteca Nacional Digital é digno de relevo.

Os documentos fundadores dos Estados Unidos – Declaração de Independência, Constituição e Carta de Direitos (*Bill of Rights*) – são, em especial para os americanos, os mais preciosos tesouros ali guardados. De tal forma que, durante a Segunda Guerra Mundial, foram transferidos para Fort Knox, que, por guardar as reservas federais de ouro, era considerado o edifício mais seguro em todos os Estados Unidos, por remotas que pudessem ser as possibilidades de haver um ataque à capital americana.

Muitos outros tesouros há nesta que é a biblioteca nacional dos Estados Unidos. Ainda em torno da Declaração de Independência, além do exemplar original assinado que está em exposição permanente, encontra-se ali o principal rascunho escrito pelo punho do próprio Thomas Jefferson. Mas também é comum destacarem-se outras precisosidades, designadamente, da tradição europeia, como uma Bíblia de Gutenberg impressa em velino (um de três exemplares bem conservados no mundo inteiro), ou a manuscrita e iluminada Bíblia Gigante de Mainz. Não ficam por aí os tesouros: existem milhares de itens na biblioteca com esse estatuto, mas concluímos com um que nada tem a ver com livros, o Betts Stradivarius, um dos mais célebres violinos construídos por Antonio Stradivari, cujo valor é inestimável.

# A libertação de Paris como tema

*Da ocupação pela Alemanha nazi à Resistência, chegando aos episódios mais marcantes da libertação da capital francesa, vistos tanto pela ficção como pelo documentário, o cinema não esqueceu um dos momentos históricos capitais do século XX. Volvidos oitenta anos, propomos um breve balanço sobre as múltiplas incursões de cineastas em torno dessa riquíssima temática*



Nesta edição, destaca-se a libertação de Paris, após quatro anos de ocupação. Em 14 de junho de 1940, o exército alemão entrara em Paris e, quatro dias depois, foram captadas algumas das imagens mais aterradoras da história: o desfile triunfal das forças hitlerianas nos Campos Elísios, filmado pela máquina de propaganda nazi. O cinema não podia ficar indiferente a este período. Não só o cinema de guerra foi quase sempre um dos mais apreciados pelos espectadores em geral (menos hoje, por falta evidente de meios para concretizar produções do género), como o que se jogou nesses anos da Segunda Guerra Mundial foi, sem dúvida, o caminho que a humanidade iria percorrer no futuro. Mesmo havendo hoje um evidente recuo civilizacional, com tantas frentes de guerra em simultâneo por toda a parte, não se pode imaginar o que teria sido do mundo se as forças do Eixo tivessem triunfado.
Um título hoje incontornável para perceber este período do final da ocupação de Paris é "Diplomacia", do veterano alemão Volker Schlondorff. O filme adapta a peça homónima de Cyril Gely, com a particularidade de ser interpretado pelos dois atores que a representaram em palco. Niels Arestrup é o general alemão que recebeu ordens de Hitler para dinamitar todas as pontes de Paris antes de abandonar a cidade, sendo fuzilado se desobedecesse, André Dussolier é o diplomata sueco e seu amigo que, na noite em que a história se desenrola, o vai tentar demover... O episódio fora já evocado noutro filme, a superprodução "Paris Já Está a Arder?" (1966), de René Clément, a partir do livro de Dominique Lapierre e Larry Collins. A ação decorre em agosto de 1944, quando os Aliados se aproximam e a capital se revolta, surgindo informações sobre o plano de Hitler para destruir Paris. Jean-Paul Belmondo e Leslie Caron dominam o cartaz. Seguramente que o 25 de agosto de 1944 não teria existido sem outra data capital, 6 de junho do mesmo ano, o Dia D, o dia do desembarque na Normandia das tropas aliadas. O mais famoso filme sobre esse episódio chama-se "O Dia Mais Longo", foi produzido em 1962 e tem a particularidade de ser realizado a três, por um norte-americano, um inglês e um alemão, cada qual dando a sua visão.
Grande clássico do cinema francês, "Ao Longo de Paris" foi realizado por Claude Autant-Lara, em 1956, e interpretado por Jean Gabin e Bourvil. O filme tem como pano de fundo a Paris ocupada, que dois homens vão percorrer

**João Antunes**
Crítico de cinema

com quatro malas, cheias de carne para o mercado negro. Mas a forte e diversa personalidade de ambos vai lançá-los nas mais incríveis aventuras, antes de serem presos...
Voltando aos crimes contra a arte e a cultura, como seria a destruição de Paris, "The Monuments Men", realizado em 2014 por George Clooney, evoca outra história real, a de um grupo de historiadores a quem são dados uniformes e espingardas; para entrarem em território inimigo e localizar e recuperar obras de arte roubadas pelos nazis.
Em 1996, Matthieu Kassovitz foi "Um Herói Muito Discreto" para Jacques Audiard, que conta a história de um homem que descobre que o pai não é, afinal, um herói da guerra e que a mãe foi uma colaboradora, viajando para Paris, já no final da guerra, para ajudar a resistência a apanhar os colaboradores. Com a curiosidade de ter sido produzido logo em 1949, e sem estreia conhecida em Portugal, "Retour a la Vie" é um exemplo perfeito dos tempos do pós-guerra, contando a história de cinco prisioneiros, quatro homens e uma mulher, que regressam a casa após o final do conflito. André Cayatte, Georges Lamoin, Henri-Georges Clouzot e Jean Dréville foram os realizadores, com este último a assinar dois episódios.

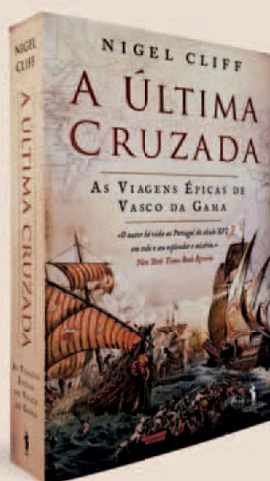
Mas haveria muito mais, como "Uns... e os Outros", fresco de Claude Lelouch sobre o impacto da guerra em várias famílias de origens muito diferentes; "Sacanas Sem Lei", em que Quentin Tarantino joga com a História, através de um atentado contra a vida de Hitler na Paris ocupada; "O Último Metro", obra maior de François Truffaut, com Fanny Ardant e Gerard Dépardieu... Há ainda "O Último Comboio", de Pierre Granier-Deferre, com Jean-Louis Trintignant e Romy Schneider, um casal a fugir à chegada dos alemães; ou "A Grande Paródia", com o realizador Gérard Oury e os atores Bourvil e Louis de Funès a mostrarem que a rir também se pode falar de coisas sérias, como a fuga de franceses para a zona livre.
Para quem tiver interesse nas imagens reais desses dias, sugerem-se dois documentários. "Ils Ont Liberé Paris", composto em boa parte por montagem de filmes amadores da época, mostra, em mais de hora e meia, depoimentos de pessoas que viveram o período: soldados, resistentes, cidadãos, soldados alemães de serviço em Paris. Quanto a "La Libération de Paris", de André Zwobada, foi produzido por iniciativa do Comité de Libertação do Cinema Francês, próximo do PCF, e é composto por imagens de vários operadores de câmara que percorreram Paris logo a seguir à Libertação.

**"Diplomacia",** de 2014, tem como figuras centrais um diplomata sueco e o comandante alemão de Paris

# Novidades e outras leituras

### 25 DE ABRIL. REVOLUÇÃO E MUDANÇA EM 50 ANOS DE MEMÓRIA

MANUEL LOFF | MIGUEL CARDINA (ORG.)
Tinta da China | 312 páginas | 19,90 €

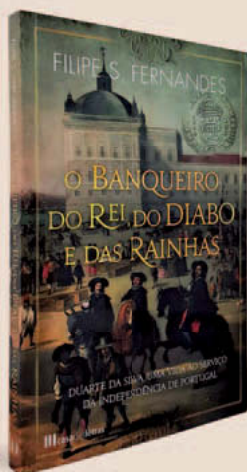
Decerto que, a publicar-se daqui a um ano, este livro seria outro, como diferente seria se escrito por outras pessoas, asserção que poderá parecer uma banalidade. Vamos por partes. Desde logo, seria muito diferente daqui a um ano porque não se trata de fazer um trabalho historiográfico propriamente dito, mas de estudar "as dinâmicas de construção da memória pública da Revolução no Portugal democrático", e este ano tem sido fértil na evocação de Abril. Por outro lado, este tipo de análise é inevitavelmente permeável aos filtros de quem se propõe interpretar os processos. Exemplos, pelos coordenadores: a) "(…) a memória reacionária da Revolução parece ganhar a batalha da narração do passado." (M. Loff); b) "(…) ações de desafio a esta paisagem memorial [*nota JNH: monumentos e outras evocações do passado colonial*] são parte importante de uma vitalidade democrática empenhada em rever e discutir essas políticas da memória a céu aberto." (M. Cardina). Nada disto desvaloriza o trabalho, porque a natureza do mesmo implica leituras assim. Mas é o tipo de estudo para o qual devemos partir avisados.

### A ÚLTIMA CRUZADA - AS VIAGENS ÉPICAS DE VASCO DA GAMA

NIGEL CLIFF
D. Quixote | 600 páginas | 29,90 €

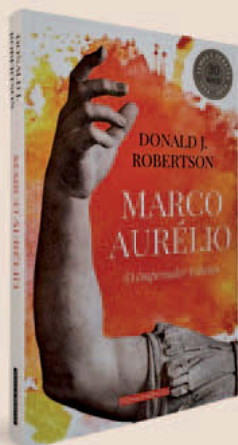
É sempre arriscado folhear livros sobre a história de Portugal escritos por autores estrangeiros. Não por qualquer questão de legitimidade – cada um escreve, onde entender, sobre o que muito bem entender –, mas porque é frequente apercebermo-nos de que a base bibliográfica nem sempre, ou muito pouco, acompanha o estado da arte em relação às matérias, e esse passa incontornavelmente pelo progresso da historiografia portuguesa. Assim sucede com este livro, que nem é propriamente uma novidade entre nós, embora o seja na fidelidade ao título original (já havia sido publicado pela Texto Editores, em 2011, sob o título "Guerra Santa"). Todavia, mesmo que possa questionar-se a veemência com que o autor afirma o espírito de cruzada inerente ao processo português de expansão , o que aqui apraz sublinhar é algo que a historiografia anglo-saxónica tem e a que outros países, Portugal incluído, resistem. A capacidade de dar à divulgação histórica as roupagens de narrativa fluida e cativante. Também não é fácil, com as limitações do nosso mercado livreiro, seguir esse caminho. Mas seria bom.

### O HOMEM MAIS RICO DE SEMPRE

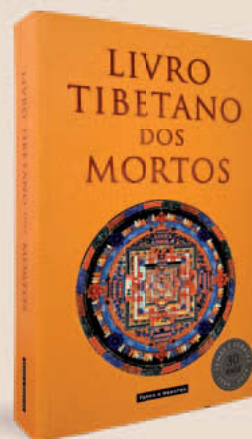
GREG STEINMETZ
Casa das Letras | 280 páginas | 16,90 €

Qualquer pessoa que estude história, de um modo geral, acaba por tropeçar no nome Fugger, pois essa família de banqueiros alemães (bávaros, enfim) dominou as finanças europeias na transição do século XV para o século XVI, tendo também tocado Portugal, nesse período considerado como apogeu do reino. Jakob Fugger, o décimo filho nascido no seio de uma próspera família de mercadores, veio a tornar-se o líder dos negócios, que não paravam de crescer, e, com o incessante acumular de riqueza e a diversidade de interesses, desenvolveu a sua atividade bancária, financiando famílias reinantes (em particular os Habsburgo, no Sacro Império Romano-Germânico) e tornando-se uma das figuras mais influentes do seu tempo. "Fugger mudou o curso da história porque viveu numa época em que, pela primeira vez, o dinheiro foi o elemento determinante na guerra e, portanto, na política. E se ele tinha dinheiro. Viveu em palácios e possuía uma verdadeira coleção de castelos. (…) Foi o primeiro milionário comprovado da história", escreve Greg Steinmetz, o autor desta fascinante biografia.

### O BANQUEIRO DO REI, DO DIABO E DAS RAINHAS

FILIPE S. FERNANDES
Casa das Letras | 208 páginas | 14,90 €

Esta é a história de Duarte da Silva, cristão-novo, mercador e banqueiro, de extrema utilidade para a coroa portuguesa, na Restauração, mas também perseguido pelo Santo Ofício. É um rosto obscuro da história portuguesa, que o jornalista Filipe S. Fernandes começou por resgatar em artigo dado à estampa na revista do "Expresso" e que agora aprofunda em livro: "Duarte da Silva atuou no financiamento das embaixadas, da compra de armas, pólvora e navios para as guerras travadas pela Coroa, para recuperar Angola e o Nordeste brasileiro, assim como para buscar o apoio para a causa bragantina junto a outras comunidades de cristãos-novos na Europa. A sua atuação é revelada pelos empréstimos que faz à Coroa e nas cartas do padre António Vieira. Muitas ações de defesa do Brasil, e mesmo a recuperação de Angola, somente são possíveis devido ao capital de Duarte da Silva empenhado nessas missões. As relações comerciais do banqueiro em outras praças por meio da sua rede e dos seus agentes comerciais facultavam aos embaixadores portugueses e a Portugal crédito, informações e apoio para as ações."

### MARCO AURÉLIO - O IMPERADOR ESTOICO

DONALD J. ROBERTSON
Temas e Debates | 240 páginas | 18,80 €

Como diriam os Monty Python, "and now for something completely different" – e algo completamente diferente, numa revista de história, é sugerir que mergulhemos no mundo de um imperador romano pela pena de um psicoterapeuta cognitivo-comportamental. Diferente mas não estranho, sendo que a história se movimenta por todas as áreas do saber. O que Robertson faz é assentar a biografia, enquanto género historiográfico, na busca de um perfil psicológico, baseado em fontes, que ajude a compreender o pensamento daquele que ficou conhecido como "imperador filósofo" e o seu compromisso com o estoicismo, que bem expresso deixou num livro a que chamou "Meditações". A principal base de trabalho, aqui, foi o capítulo inicial das "Meditações", que o autor classifica de "fragmento de uma autobiografia": "Elaborei esta biografia moderna baseando-me nesses fragmentos, e outras fontes, para mostrar como Marco Aurélio se inspirou, quando jovem, nos seus familiares e tutores e como aplicou a filosofia estoica que lhe ensinaram aos enormes desafios que teve de enfrentar enquanto imperador".

### LIVRO TIBETANO DOS MORTOS

GRAHAM COLEMAN, COM THUPTEN JINPA (EDIÇÃO)
Temas e Debates | 656 páginas | 22,20 €

Há um ponto prévio, ao sugerir este livro, que tem de ficar muito claro. Não há aqui qualquer apelo à religiosidade, e o "Livro Tibetano dos Mortos" é apresentado com a mesma pertinência com que o seria qualquer escrito sagrado de quaisquer religião e geografia. Não é, insistamos, um apelo a conversões ou a que os leitores encontrem no budismo as respostas que eventualmente possam procurar, pois tal decorre da intimidade de cada um. Fora isso, sendo a história, de um modo genérico, uma forma de tentar compreender o mundo, através de processos de reconstituição do passado, e sendo a morte, transversalmente à humanidade, o mais perene e interpelador de todos os mistérios, compreender povos e civilizações (e religiões) nos seus modos de lidar com isso ajuda, obviamente aos processos de compreensão desses "outros", algo de especial importância num tempo em que a história se constrói – ou se tenta construir – de um modo mais global e integrado. Por outro lado, os textos religiosos são também, quase sempre, exercícios literários fascinantes. De resto, cada um sabe de si.

# De novo o espetro da década de 1930

José Pedro
Teixeira Fernandes

*Importa ter em conta o passado, quando queremos ler o presente e tomar decisões acertadas. Mas não o podemos fazer ignorando que a história não se repete e que o passado não é um manual de instruções para usar de ânimo leve no presente*

1 A ascensão dos populismos e da extrema-direita aflige as democracias de hoje. Lidar com as incertezas e medos do presente, sem um guia, é tarefa árdua, até angustiante, e leva o ser humano a procurar refúgio na História. Em termos racionais, é reconfortante encontrar acontecimentos do passado que possam servir de exemplo – e idealmente de guia – para o que fazer ou evitar. Algo que nos alerte para os problemas de outras épocas, com que possamos aprender, sem cair em erros similares. Para muitos ocidentais de hoje, a Europa dos anos 1930 é o manual de instruções para o presente da democracia liberal, com as ameaças que enfrenta. Essa década ficou na História como um período trágico, na origem de todos os males: subversão das democracias liberais, ascensão do fascismo, do nazismo e de outras ideologias totalitárias como o estalinismo e, para culminar, o desencadear da guerra mais destruidora da Europa e do mundo. São motivos mais que suficientes para esse passado não ser esquecido e se evitar a repetição do trauma.

2 A chegada do Partido Nazi ao poder e o fim trágico da República de Weimar (1919-1933), na Alemanha, é agora o espetro sobre as democracias liberais. O *annus horribilis* foi 1933. O incêndio do parlamento federal, o *Reichstag*, em fevereiro, encenado pelos nazis para culpar os comunistas de tentativa de golpe e instalar o sentimento de grave ameaça interna; as eleições parlamentares, em março, sob um clima de intimidação e perseguição a comunistas, sociais-democratas, sindicalistas e judeus; a vitória do partido de Adolf Hitler com cerca de 44% dos votos; a incapacidade de o presidente da República, Hindenburg, travar a ascensão do nazismo, acabando por nomear Hitler chanceler; a suspensão da Constituição, a eliminação das liberdades democráticas e a instalação do autoritarismo mais hediondo que humanidade até aí conhecera. É um passado que lembra como, existindo uma complexa conjugação negativa de circunstâncias, as instituições democráticas e liberais podem ser frágeis. Lembra, também, como podem ser subvertidas pelos que aceitam, na aparência, as regras democráticas e liberais, para depois instalarem formas de governo autoritárias.

3 Pelo impacto devastador, devemos aprender com essa subversão das democracias liberais no passado. Mas a analogia tem claros limites. A Europa do século XXI não é a de 1930. Isso ocorre em aspetos que alteram substancialmente as comparações apressadas. O regresso da guerra à Europa em 2022, com a invasão russa da Ucrânia, mostrou as ilusões de uma paz perpétua kantiana. Mas não é uma simples repetição do passado, apesar das acusações de nazismo entre russos e ucranianos. As ameaças dos populismos e radicalismos às democracias liberais, hoje, têm contornos próprios, para os quais o passado é um guião limitado. As circunstâncias políticas, institucionais, sociais, demográficas, tecnológicas e outras das democracias liberais são muito diferentes. O número de democracias e o enraizamento das instituições democráticas não tem comparação com aquela época. Os mecanismos institucionais de proteção das democracias e dos direitos humanos, desde logo os criados pela União Europeia e pelo Conselho da Europa (Convenção Europeia dos Direitos do Homem e Tribunal Europeu dos Direitos Humanos) são uma alteração radical face à primeira metade do século XX. Nada indica que possam ser subvertidos como a República de Weimar. Por último, o estudo da História nunca pode garantir que um acontecimento presente, por mais semelhanças que tenha com o passado, provocará as mesmas consequências. As cadeias de acontecimentos sociais e políticos são demasiado complexas para tal simplismo analítico. Ignorar o passado empobrece o ser humano e pode levar a erros políticos trágicos. Porém, acreditar que no passado há um manual de instruções para resolver os problemas do presente é, provavelmente, um erro ainda maior.